



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

FACTORES ESTRATÉGICOS DA PAZ SOCIAL EM ANGOLA

Estudo de caso: roboteiros, zungueiros e taxistas

Dissertação de Mestrado em Estratégia

Candidata: **Maria da Glória Adão António**

Orientadores: Professor Doutor Luís Fontoura †

Professor Doutor António Silva Ribeiro

Lisboa
Agosto de 2015

VALORIZAMOS PESSOAS



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACTORES ESTRATÉGICOS DA PAZ SOCIAL EM ANGOLA

Estudo de caso: roboteiros, zungueiros e taxistas

Maria da Glória Adão António

Orientadores: Professor Doutor Luís Fontoura †
Professor Doutor António Silva Ribeiro

Dissertação de Mestrado em Estratégia

Lisboa
Agosto de 2015

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, por me ter inspirado e guiado na sua elaboração, aos meus pais (*in memoriam*), pelo exemplo de vida que me deram, ao meu amor (Tony Alberto), pelo carinho e apoio, essenciais ao esforço que tive de realizar para, a par das minhas absorventes tarefas profissionais e familiares, empreender a investigação que conduziu a esta dissertação.

Dedico, ainda, aos meus filhos (Tony, Zaly, Sissy e Leo) e aos meus netinhos (meu tesouro), que souberam compreender os momentos em que me ausentei para a elaboração deste exigente trabalho académico.

AGRADECIMENTOS

Num trabalho destinado a identificar factores estratégicos da paz social em Angola, tomando como caso de estudo os grupos estratégicos socio-profissionais dos roboteiros, zungueiros e taxistas, houve, forçosamente, contributos, mais ou menos profundos, de diversas pessoas e organizações. Sendo difícil agradecer a cada uma delas individualmente, gostaria de expressar o meu reconhecimento àqueles que me concederam apoios mais relevantes.

Em primeiro lugar, agradeço o persistente e tolerante apoio familiar do meu amor (Tony Alberto) e dos meus filhos (Tony, Zaly, Sissy e Leo), e os inúmeros incentivos para que, com coragem, determinação e humildade, ultrapassasse as dificuldades sentidas e tivesse a disponibilidade de tempo para realizar tão exigente tarefa académica.

Aos meus restantes familiares, bem como a outros amigos e amigas a quem, durante tantos meses, não pude dar a devida atenção, agradeço a paciência e a compreensão que demonstraram, face à minha concentração na investigação, que provocou tantas desatenções e omissões.

Agradeço, também, a orientação inicial do saudoso Professor Doutor Luís Fontoura, com o qual foram lançadas as bases e desenvolvida parte substancial desta investigação. Por sua indisponibilidade, devido ao problema de saúde que acabou por provocar a sua morte, recomendou que adoptasse como orientador o Professor Doutor António Silva Ribeiro, com quem concluí a presente dissertação.

Relativamente aos meus dois orientadores, manifesto uma enorme gratidão, quer pela exigência a que foi submetido o meu trabalho, quer pelos apoios cuidados e persistentes que me concederam. Realçam-se, em especial, os seus inúmeros pareceres e sugestões ao longo do tempo que durou a realização da dissertação. Porém, são igualmente merecedores de destaque as suas visões de conjunto, os seus contributos para a clarificação e objectivação do tema da dissertação e os seus frequentes conselhos sobre as questões teóricas e metodológicas, que acabaram por se revelar o maior desafio à elaboração deste trabalho, pela inovação que constituíram, no âmbito da minha formação académica. Aos meus orientadores, devo ainda agradecer o contributo para a estruturação da dissertação, o entusiasmo e a

persistência em apoiar um projecto de investigação de uma aluna que, a tão grande distância do ISCSP, não desistia de prosseguir o seu trabalho académico, apesar de ter uma vida profissional muito preenchida, que provocou inevitáveis atrasos na conclusão do trabalho.

Agradeço, ainda, aos meus chefes e colegas de serviço, que me incentivaram e apoiaram na realização desta dissertação.

Aos funcionários das bibliotecas onde realizei as minhas pesquisas, agradeço a forma pronta e eficaz na satisfação dos meus pedidos de bibliografia, que forma muitos, pois em Angola ainda não existem condições que tornem fácil a consulta de obras essenciais para uma investigação científica como esta, com uma base teórica focalizada na estratégia.

À Dr.^a Helena Prado agradeço o empenho e o elevado profissionalismo com que realizou a revisão e o processamento final do texto, bem como as sugestões que apresentou para a melhoria do seu rigor e clareza, aspectos que foram determinantes na apresentação global da dissertação. Agradeço, igualmente, o apoio que me deu no cumprimento de diversas formalidades junto dos serviços académicos e administrativos do ISCSP, aspecto essencial para reduzir as minhas deslocações a Lisboa.

RESUMO

A manutenção da paz social é um objectivo fundamental da governação dos Estados que saíram da guerra civil. Para o alcançar, é necessário conhecer os factores estratégicos, adaptados à dinâmica das circunstâncias sociais de cada país, que contribuem para que a paz não fracasse e a guerra regresse.

Na abordagem ao tema, depois de estabelecer o enquadramento teórico básico, acrescido do essencial sobre duas teorias pacifistas de referência, apresenta-se um modelo de análise estratégica da paz social, que considera como factores estratégicos relevantes: a promoção da cultura da paz; o estabelecimento da relação de alteridade; o fomento da solidariedade; a primazia do diálogo; e a prática da não-violência.

Por fim, testa-se esse modelo nos grupos estratégicos socio-profissionais dos roboteiros, zungeiros e taxistas do distrito urbano da Maianga (Luanda), de forma a perceber como é que os factores estratégicos relevantes, por incorporarem as aspirações dos três grupos estratégicos socio-profissionais, são determinantes da paz social. Desta forma, espera-se tirar lições que permitam inferir sobre a eventual aplicabilidade, a outros grupos sociais angolanos mais vastos, do modelo de análise estratégica concebido nesta dissertação.

PALAVRAS-CHAVE: estratégia; paz social; tranquilidade social; factores estratégicos; Angola.

ABSTRACT

The maintenance of social peace is a fundamental objective for the governance of states that emerged from civil war. To achieve this objective, it is necessary to acknowledge the strategic factors, adapted to the dynamics of social circumstances of each country, for a sustainable peace, able to avoid war to return.

In the approach to the topic, after establishing the basic theoretical framework, followed by the essential on two pacifists theories of reference, it is presented a model for strategic analysis of the social peace, that considers: the promotion of the culture of peace; the establishment of the relationship of otherness; the enhancement of the culture of solidarity; the primacy of dialogue; and the practice of the non-violence.

Finally, this model is tested on the *roboteiros*, *zungeiros*, and *taxi drivers* strategic socio-professional groups, from the Maianga urban district (Luanda), in order to perceive how those relevant strategic factors are determinant of social peace, due to the fact they are part of these socio-professional groups aspirations. This way, we hope to learn some lessons witch enable us to deduce about an eventual applicability, to other wider angolan social groups, of the strategic analysis model conceived in this academic work.

KEYWORDS: strategy; social peace; social tranquillity; strategic factors; Angola.

ÍNDICE

Dedicatória	i
Agradecimentos	iii
Resumo.....	v
Abstract	vii
Lista de Abreviaturas	xi
Lista de Figuras	xiii
Lista de Tabelas.....	xv
Lista de Gráficos	xvii

INTRODUÇÃO

1. Justificação do tema	1
2. Enquadramento teórico	2
3. Objecto e objectivos	4
4. Procedimento metodológico.....	5

CAPÍTULO I – CONCEITOS OPERACIONAIS

1. Estratégia.....	9
1.1 Conceito	9
1.2 Análise estratégica	14
1.3 Factores estratégicos	18
1.4 Grupos e tipos estratégicos	21
2. Paz.....	22
2.1 Conceito	22
2.2 Formas de materialização	27
2.3 Paz social	30
2.3.1. Conceito	30
2.3.2. Perturbações	32
2.3.3. Factores de potenciação	36
2.4 Tranquilidade Social	38
2.5 Relação entre a paz social e a tranquilidade social	39

CAPÍTULO II – ALGUMAS TEORIAS PACIFISTAS RELEVANTES

1. Evolução histórica dos projectos pacifistas	43
--	----

2.	Duas teorias pacifistas de referência	52
2.1	Jean Jaques Rousseau: a educação para a paz	53
2.2	Immanuel Kant: o ideal da paz perpétua	55

CAPÍTULO III – MODELO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA DA PAZ SOCIAL

1.	Os factores estratégicos do modelo de análise	57
2.	Conteúdo dos factores estratégicos	59
2.1.	A cultura de paz	59
2.2.	A relação de alteridade	62
2.3.	A solidariedade	64
2.4.	O diálogo	66
2.5.	A não-violência.....	69

CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO: roboteiros, zungueiros e taxistas

1.	Aplicação do modelo	74
2.	Esboço para estruturação das linhas de acção.....	78

CONCLUSÕES

1.	Grandes linhas do procedimento seguido	89
1.1	Pergunta de partida	89
1.2	Construção do modelo	89
1.3	Campo de observação	90
1.4	Comparação dos resultados	91
2.	Contributos para o conhecimento	92
2.1	O que se sabe mais.....	92
2.2	O que se sabe de novo	93
2.3	Análise crítica	93
3.	Contributos de ordem prática	94

Bibliografia.....	97
-------------------	----

Anexo	105
-------------	-----

LISTA DE ABREVIATURAS

AC – Acto Constitutivo.

AFDL/ADFLC – Aliança das Forças Democrática de Libertação do Congo/Zaire.

UE – União Europeia.

FIFA - Federação Internacional de Futebol Associado.

G-8 – Grupo dos Oito.

IRNC – Instituto de Pesquisas sobre a Resolução Não Violenta de Conflitos.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

ONU – Organização das Nações Unidas.

RDC – República Democrática do Congo.

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

UA – União Africana.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 – Matriz das questões prioritárias	20
Fig. 2 - Síntese dos factores estratégicos dos interesses estruturantes e dos indicadores sintéticos do modelo de análise estratégico da paz social	72
Fig. 3 - Síntese dos factores estratégicos, dos indicadores sintéticos e do esboço para a estruturação das linhas de acção	87

LISTA DE TABELAS

Tabela nº 1: Está satisfeito(a) com a situação de paz social que Angola tem na actualidade? ...	75
Tabela nº 2: O que considera mais importante para manter a paz social em Angola?	76
Tabela nº 3: Se fosse um político angolano, qual seria o seu sector de actuação prioritário para promover a cultura de paz no nosso país?	79
Tabela nº 4: Indique o que, na sua opinião, afecta mais a relação de alteridade entre angolanos?	80
Tabela nº 5: O que pode fomentar a solidariedade em Angola?	82
Tabela nº 6: O que pode incrementar o diálogo social em Angola?.....	83
Tabela nº 7: Como se deve promover a não-violência em Angola?.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1: Situação de paz social - total e percentagem das respostas	76
Gráfico nº 2: Manter a paz social – total e percentagem das respostas.....	78
Gráfico nº 3: Cultura de paz – total e percentagem das respostas	80
Gráfico nº 4: Relação de alteridade – total e percentagem das respostas	81
Gráfico nº 5: Solidariedade – total e percentagem das respostas.....	83
Gráfico nº 6: Diálogo social – total e percentagem das respostas.....	84
Gráfico nº 7: Não-violência – total e percentagem das respostas	86

INTRODUÇÃO

1. Justificação do tema

A investigação que nos propusemos realizar tem como título “Factores estratégicos para a paz social em Angola. Estudo de caso: roboteiros, zungueiros e taxistas”. Pensamos que este tema possui grande relevância para o nosso país, na medida em que existem pessoas que reduzem a paz, somente, ao calar das armas decorrente do fim dos combates, esquecendo-se da relevância da tranquilidade social no período pós-conflito, quando os Estados procuram organizar-se, tendo em vista proporcionar aos seus cidadãos as condições básicas de progresso, de justiça e de segurança. Quando isso não acontece, reaparecem os conflitos internos, como foram os casos recentes, por exemplo, na Líbia, na Nigéria, no Mali e no Congo democrático. Nestes países, os governos não souberam ou não quiseram pôr em prática medidas destinadas à manutenção da paz social, que explorassem os factores estratégicos da paz social, nomeadamente a cultura da paz, a relação de alteridade, a solidariedade, o diálogo e a não-violência.

As medidas governativas que exploram os factores estratégicos da paz social antes enunciados, são condição *sine qua non* para que se possa manter viva a esperança de um futuro de progresso, justiça e segurança para todos os cidadãos angolanos. Porém, a manutenção da paz social não deve ser apenas compreendida como uma tarefa do governo, mas de todos os cidadãos de Angola. Na realidade, o bem maior que qualquer nação pode preservar, internamente, é a paz social. Por isso, o envolvimento da sociedade civil, de organizações não-governamentais, de associações profissionais, de igrejas, de outros actores sociais e dos cidadãos em geral, também deve ser determinado e constante.

Um bom exemplo da exploração real de um factor estratégico da paz social em Angola, foi dado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, quando propôs e desencadeou o diálogo com a nossa juventude, que aspira a superiores níveis de progresso, justiça e segurança. De salientar que, antes da apresentação desta proposta, os jovens angolanos realizavam muitas manifestações que ameaçavam a paz social. Se não fosse esta visão estratégica do Presidente José Eduardo dos Santos, o que seria do país hoje? Estaria, certamente, sujeito a graves perturbações internas, decorrentes de disputas, mais ou menos violentas, pela afirmação dos anseios desses jovens. Nestas circunstâncias, com a referida

proposta, traduzida na escolha criteriosa de um factor estratégico da paz social em Angola, o Presidente José Eduardo dos Santos evidenciou a importância do estudo do tema, de forma a conceber um modelo de análise estratégica da paz social, que possa ser aplicado à realidade de outros dos grupos sociais angolanos mais vastos.

2. Enquadramento teórico

A investigação científica sobre os factores estratégicos da paz social tem sido rara em Angola, visto que, no essencial, as elites nacionais, terminada a guerra civil, ficaram fascinadas com o fim dos combates militares e com o pujante desenvolvimento económico que se seguiu, viabilizado pelo aumento súbito de recursos financeiros afectos a actividades agrícolas, industriais e comerciais e de serviços, que atraíram grandes empresas estrangeiras e fomentaram o aparecimento de muitas outras, a maior parte de dimensão média ou pequena, detidas por cidadãos angolanos. Este incremento da economia angolana, conjugado, entre outros aspectos, com a realização de importantes obras públicas, com o aumento das oportunidades de emprego, com a melhoria do sistema de ensino, criou, nas elites e no povo angolano, enormes e justificadas expectativas de um futuro político, económico e social mais auspicioso. Desta forma, ficou esbatida a percepção de que o fim do longo e traumatizante conflito interno, na sequência da luta de libertação nacional contra o colonialismo, não significava a paz social, que é preciso construir, pondo em prática, para esse efeito, medidas governativas adequadas, exequíveis e aceitáveis pelo governo e pelos cidadãos angolanos.

O fascínio do fim da guerra civil, aliado à ténue percepção da necessidade de construir a paz social, explica o forte atraso em que se encontra a investigação científica sobre o tema desta dissertação em Angola, e porque são poucas as obras publicadas e os trabalhos académicos com ele relacionados. A maioria são estudos parciais que, normalmente, não possuem uma base de sustentação teórica que lhes confere validade científica. Para além disso, versam aspectos demasiado particulares da paz social no nosso país. Por isso, aproveitou-se a oportunidade de realização do mestrado em estratégia no ISCSP, para efectuar uma investigação científica sobre os factores estratégicos da paz social em Angola, na medida em que se está plenamente convicta que as realidades conjunturais do país, apesar das grandes melhorias políticas, económicas e sociais verificadas na última década, face à complexa e demorada resolução dos problemas que persistem, não permitirão manter a paz social, sem se porem em prática medidas governativas que reduzam os comportamentos

violentos, os desequilíbrios económicos, as clivagens sociais, o desrespeito pelos direitos humanos, as desigualdades de género, as exclusões políticas e a cultura de intolerância que ainda se verificam na nossa sociedade.

Para sustentar teoricamente a investigação, o estudo aborda, em primeiro lugar, o conceito de estratégia, privilegiando o conteúdo estratégico, de forma a enquadrar a identificação dos factores prevalentes na manutenção da paz social em Angola. Depois, apresentam-se as principais características da análise estratégica, evidenciando a sua utilidade para identificar os factores estratégicos e os grupos estratégicos que serão objecto de investigação. Neste âmbito, é conferido particular relevo aos tipos de dados necessários, bem como à forma de realização do trabalho de pesquisa. Ainda subordinado ao conceito operacional da estratégia, referem-se os fundamentos teóricos básicos dos factores estratégicos e dos grupos estratégicos, essenciais para se perceber a estrutura do modelo de análise estratégica da paz social e para, depois, se proceder à sua aplicação aos grupos estratégicos socio-profissionais dos roboteiros, zungueiros e taxistas. Em seguida, aborda-se o conceito de paz e as suas formas de materialização, para o que se estabelece a sua relação com a ausência de conflito e com a solidariedade social. Depois, apresentam-se, brevemente, alguns dos caminhos relevantes para a paz social, evidenciando o conceito, as perturbações e os factores de potenciação. Para concluir o capítulo dedicado à sustentação teórica da investigação, debate-se o conceito de tranquilidade social que, no essencial, traduz a condição estável ou situação durável que decorre da paz social. Analisa-se, também, a relação entre a paz social e a tranquilidade social.

Também se apresentam algumas teorias pacifistas tomadas como referência. Para isso, começa-se por abordar, sinteticamente, a sua evolução histórica a partir do século XVI. Depois, destacam-se, entre as escolas pacifistas modernas, dois dos principais pensadores que contribuíram para a sua expansão e afirmação. Neste contexto, evidencia-se o essencial das ideias de paz de Jean Jaques Rousseau (contrato social) e Immanuel Kant (paz perpétua). Escolhemos estes dois filósofos da paz, pelo facto das suas obras serem particularmente relevantes para evidenciarem que a paz social se situa num plano mais além do fim da guerra. Isto é, tem implícito o cumprimento de um conjunto de requisitos, que levem as pessoas a viver em tranquilidade social.

Em seguida, e com base nos conceitos operacionais apresentados, nas teorias pacifistas de referência escolhidas e nas propostas formuladas por diversos autores, deduzem-se e sintetizam-se os elementos essenciais de um modelo de análise estratégica da paz social.

Por fim, aplica-se esse modelo de análise estratégica da paz social à realidade de Angola, vertendo para o quotidiano, um conjunto de questões que, sob a forma de inquérito, foram respondidas pelos grupos estratégicos socio-profissionais de trabalho informal dos roboteiros (vendedores ambulantes que transportam as mercadorias em pequenos veículos por si movimentados), dos zungueiros (vendedores ambulantes que carregam as mercadorias) e dos taxistas, todos eles residentes no distrito urbano da Maianga (Luanda). Importa referir que, do universo da amostra e tendo em conta a especificidade e exigências físicas do trabalho de cada grupo estratégico socio-profissional estudado, os roboteiros e os taxistas são todos homens, enquanto os zungueiros são compostos de homens e mulheres. Na impossibilidade de, nesta fase de investigação académica, aplicar este modelo a todos os segmentos relevantes da sociedade angolana, escolhemos estes três grupos estratégicos socio-profissionais, porque a nossa experiência, resultante da vivência e análise da realidade do país, mostra serem relevantes na manutenção da paz social, na medida em que têm sido, invariavelmente, os mais propensos e activos em manifestações violentas das suas aspirações.

3. Objecto e objectivos

O objecto de estudo da presente dissertação são os factores estratégicos da paz social, que dão corpo a um modelo de análise estratégica aplicado a um universo reduzido de elementos dos três grupos estratégicos socio-profissionais, que são entidades capazes de uma intervenção relevante na perturbação da tranquilidade social em Angola, compostos por roboteiros, zungueiros e taxistas do distrito urbano da Maianga (Luanda).

Tendo definido este objecto, a investigação a realizar tem como objectivos:

1. Estabelecer o quadro teórico indispensável à sustentação e ao rigor metodológico da abordagem ao tema;
2. Conceber um modelo de análise que permita identificar e caracterizar os factores estratégicos determinantes da manutenção da paz social em Angola;
3. Aplicar e testar esse modelo na realidade dos grupos estratégicos socio-profissionais dos roboteiros, dos zungueiros e dos taxistas;
4. Percepcionar em que medida esses factores estratégicos, por incorporarem as aspirações destes três grupos estratégicos socio-profissionais, poderão determinar os comportamentos que relevam para a paz social em Angola;
5. Interferir sobre o potencial do modelo de análise estratégica concebido, para ser aplicado a realidades sociais mais vastas;

6. Elaborar um trabalho de investigação válido, sóbrio e simples, que apresente algumas novidades à comunidade académica e que tenha utilidade no quadro da nossa actividade profissional.

Neste contexto, importa evidenciar que os governos, embora não possam prescindir dos instrumentos securitários de coacção, podem e devem tirar partido dos factores estratégicos da paz social, também eles um instrumento de poder, na realidade de poder não violento (*soft power*), essencial para, ao garantirem o justo equilíbrio entre a satisfação dos anseios e as frustrações dos grupos sociais estratégicos, contribuírem para a manutenção da paz social.

4. Procedimento metodológico

A presente investigação procurará responder à seguinte questão central: Quais os factores estratégicos a considerar na formulação das políticas públicas para garantir a paz social em Angola?

Esta questão foi identificada e explicitada a partir de diversas abordagens reveladas pelas leituras e pelos contactos exploratórios realizados, bem como pela longa observação participante, decorrente da nossa participação em fóruns securitários e do acompanhamento directo feito às políticas públicas angolanas relevantes para a manutenção da paz social.

Relativamente às leituras exploratórias, bem como sobre toda a bibliografia utilizada na investigação, procurou garantir-se que assegurassem a qualidade da problematização e a fundamentação teórica do trabalho realizado. Para isso, devido à carência, em Angola, de obras de apoio teórico e metodológico, bem como de obras específicas sobre o tema, foi-se forçada a, nas curtas e diversas deslocações a Portugal, recorrer, pontualmente, a obras da biblioteca do ISCSP, complementadas por outras adquiridas expressamente para a investigação, e por muitas outras disponíveis na Internet. Estão, neste caso, em especial, os artigos publicados em jornais, revistas e sítios de autores, bem como algumas teses, dissertações e monografias publicadas no Brasil e em Portugal.

Os contactos exploratórios com docentes, investigadores, especialistas e peritos com um conhecimento privilegiado sobre o tema, tiveram o carácter informal de troca de pontos de vista e destinaram-se a conhecer a realidade por eles vivida, a poupar tempo de leitura e a facilitar a compreensão da realidade relevante para a paz social em Angola.

Os métodos complementares exploratórios ajudaram a tomar contacto com a problemática em análise e, no essencial, consistiram na observação diferida, feita a partir de documentos nacionais e estrangeiros. Também englobaram a observação participante, que ajudou a perceber as necessidades de sustentar teoricamente a abordagem aos factores estratégicos da paz social em Angola.

Em conjunto, as leituras, os contactos exploratórios e as observações diferida e participante, contribuíram para evidenciar a abordagem que se considerou como a mais adequada para a investigação, caracterizada por quatro questões derivadas da questão central, e que traduzem a problemática:

1. Quais os conceitos operacionais de sustentação teórica da abordagem ao tema?
2. Quais as teorias pacifistas mais relevantes para a identificação dos factores estratégicos da paz social?
3. Com base nos conceitos operacionais e nas teorias pacifistas adoptadas, que modelo usar na análise estratégica da paz social em Angola?
4. Em que medida os factores estratégicos que dão corpo ao modelo de análise estratégica concebido, por incorporarem as aspirações dos grupos estratégicos dos roboteiros, zungueiros e taxistas, poderão determinar os comportamentos que relevam para a paz social em Angola?
5. Qual o potencial do modelo de análise estratégica da paz social concebido para ser aplicado a realidades sociais mais vastas de Angola?

Logo na fase de planeamento da investigação, a identificação e a explicitação desta problemática obrigaram a diversas interacções com as leituras, os contactos exploratórios e a observação diferida e participante. Desta forma, aperfeiçoou-se o objecto de pesquisa, em conformidade com o ângulo que se pretendeu explorar, e pode, agora, expor-se a metodologia seguida.

Para a explicitação da problemática antes referida, foram usados diversos critérios. Em primeiro lugar, procurou-se evitar que o gosto pessoal pelo tema e o envolvimento profissional em matérias correlacionadas, levasse a realizar um estudo que, embora útil, se aproximasse de um simples relatório técnico. Para isso, foi realizado como uma tarefa académica séria e fundamentada, que contribuiu para a aquisição de novos conhecimentos. O estudo também teve um campo específico, adoptou uma terminologia própria, e encontrou resposta para interrogações concretas a esclarecer, pela utilização conjugada dos métodos científicos dedutivo e indutivo. De igual modo, teve-se em atenção a necessidade do

problema se relacionar com a nossa actividade profissional e com o desejo pela sua superior compreensão, devido às razões antes expostas.

A motivação necessária para se empreender um trabalho tão exigente, pela sua complexidade, pela sua novidade em Angola e pelo facto de ser realizado, em simultâneo, com o desempenho de um cargo profissional absorvente, impôs que se procedesse dessa forma. Todavia, prevaleceu a exigência de resposta aos critérios académicos do ISCSP, onde a originalidade do pensamento e das ideias é uma preocupação muito marcante, para que, do trabalho de investigação pessoal realizado, resultassem algumas novidades, que podem, agora e com humildade, ser apresentadas à comunidade científica.

O texto é composto por quatro capítulos, que traduzem o percurso metodológico adoptado para a abordagem do tema.

Na parte pré-textual apresenta-se a introdução, que começa por justificar o tema, explicando a necessidade e a motivação para a realização da investigação. Em seguida, caracteriza-se o enquadramento teórico. Depois, definem-se o objecto e os objectivos a alcançar. A introdução termina com a explicitação do procedimento metodológico usado na investigação, que inclui a delimitação do processo de desenvolvimento da dissertação, explicitando a sua estrutura e conteúdo.

O capítulo I, dedicado aos conceitos operacionais, começa por abordar o conceito de estratégia, a que se seguem os conceitos de análise estratégica, de factores estratégicos e de grupos estratégicos. Depois, relativamente à paz, apresentam-se o conceito e as formas de materialização, bem como as características da paz social. Por fim, trata-se a tranquilidade social, analisando o conceito e as relações entre a paz social e a tranquilidade social.

O capítulo II, dedicado às teorias pacifistas adoptadas como referência, começa por caracterizar a evolução histórica dos projectos pacifistas. Em seguida, apresenta o essencial das duas teorias pacifistas usadas para o tratamento da paz social: a educação para a paz e o ideal de paz perpétua.

O capítulo III apresenta a estrutura do modelo de análise estratégica que se preconiza para a abordagem, em tese, às questões da paz social. Nele são caracterizados os cinco factores estratégicos a adoptar nessas abordagens.

O capítulo IV é dedicado ao estudo do caso da realidade traduzida pelos grupos estratégicos socio-profissionais dos roboteiros, dos zungueiros e dos taxistas do distrito

urbano da Maianga (Luanda), aos quais foi feito um inquérito destinado a aferir em que medida os factores estratégicos, por incorporarem as suas aspirações, determinam comportamentos que relevam para a manutenção da paz em Angola.

O texto da dissertação termina com as conclusões, que visam habilitar o leitor com uma ideia global da investigação realizada, da forma como ela foi efectuada e dos resultados a que se conseguiu chegar. Para esse efeito, as conclusões englobam uma retrospectiva das grandes linhas do procedimento seguido, evidenciando a pergunta de partida, a construção do modelo da investigação, a definição do campo de observação, com a sua caracterização, justificação e métodos usados, e a comparação entre os resultados esperados e os conseguidos. Depois, apresentam-se os contributos da dissertação para o conhecimento da problemática da paz social em Angola, evidenciando o que se sabe mais e o que se sabe de novo, complementada por uma análise crítica. O texto é encerrado com algumas considerações sobre os contributos da ordem prática do resultado da investigação realizada.

O texto foi escrito no português oficialmente escrito e falado em Angola, que difere daquele que resulta do acordo ortográfico que foi adoptado por Portugal. Optou-se por esta forma redatorial, pois não se conhece bem, nem se possui ainda experiência no uso das normas estabelecidas por esse acordo.

CAPÍTULO I – CONCEITOS OPERACIONAIS

1. Estratégia

1.1 Conceito

O termo estratégia foi usado, entre os gregos, para designar o comando do exército, sendo o titular incumbido desse cargo designado por estratega ou, como agora se diz, estratega.

Nesses tempos antigos da civilização helénica, os exércitos integravam efectivos muito menores do que os mobilizados a partir do início da revolução industrial. Por isso, aquelas formações eram comandadas pelo chefe político, ou por um seu representante directo, cuja tarefa fundamental era fazer estratégia, entendida esta como estabelecer os objectivos políticos e conceber os planos para a sua materialização, dos quais fazia parte a preparação e o emprego da força militar. Como o estratega era, simultaneamente, o governante político e o comandante militar, por um lado, normalmente não havia funções particulares ou necessidades do exército que o estratega não pudesse desempenhar ou satisfazer. Por outro lado, a estratégia era identificada com a acção militar, e assim permaneceu durante séculos. Porém, à medida que se foram ampliando os horizontes geográficos dos Estados, os níveis de progresso e bem-estar social, as ambições políticas e os efectivos populacionais, a guerra deixou de ser uma preocupação exclusiva dos militares e passou a colocar exigências aos outros sectores do Estado.

É nesta evolução que devem situar-se as análises aos diferentes conceitos de estratégia que diversos pensadores clássicos, modernos e contemporâneos, produziram e que analisamos, brevemente, de seguida.

Entre os autores clássicos, que cingem a estratégia ao emprego da força militar, têm particular relevância três generais, que viveram e combateram nas guerras napoleónicas.

Para o Arquiduque Carlos, general do exército austríaco, «a estratégia é a ciência da guerra; ela esboça os planos e estabelece a conduta das acções militares; ela é, propriamente, a ciência dos Generais-em-chefe»¹.

¹ Alves, José Lopes, *Lições de Estratégia*, vol. I, Pedrouços, Instituto de Altos Estudos Militares, 1971, p. 82.

Para Clausewitz, a estratégia é «o emprego da batalha na guerra e a tática é o emprego das tropas no combate»². Assim, para este general prussiano, a estratégia relaciona os combates entre si para atingir os fins da guerra, enquanto a tática ordena e conduz a acção nos combates.

Para o general prussiano Bulow, a «estratégia é a ciência dos movimentos militares efectuados fora das vistas do inimigo; Tática é a ciência dos movimentos militares que têm lugar à vista do inimigo»³.

Os autores modernos, também oriundos dos principais exércitos do seu tempo, começam por identificar a estratégia com a actividade militar, passando, depois, a alargar o seu âmbito a todos os sectores do Estado.

Para o marechal prussiano Moltke «a estratégia fixa o modo geral de atingir o fim da guerra, formula os planos de campanha, determina a marcha das operações e estabelece os princípios pelos quais se deve regular a direcção e a distribuição das forças num teatro de operações, as relações entre essas forças e a ordem que deve presidir aos seus movimentos, de forma a empenhá-las nas condições convenientes para atingir o fim desejado»⁴.

O capitão Liddell Hart, inspirado em Clausewitz, apresenta os conceitos de pequena e de grande estratégia. A primeira é considerada a arte de repartir e empregar os meios militares para atingir os fins políticos. Sobre a segunda, afirma que trata da condenação e da direcção de todos os recursos de uma coligação, a fim de atingir os objectivos da guerra definidos pela política. Desta forma, Liddell Hart, embora mantenha a estratégia ligada à actividade militar, envolve todos os sectores de um país ou conjunto de países, na disponibilização dos recursos essenciais à vitória proporcionada pelo emprego das forças armadas.

Nesta mesma linha, o general Beaufre define a estratégia como «a arte de fazer concorrer a força para realizar os fins da política»⁵. Importa notar que este autor já não fala de meios militares, mas de força em sentido amplo, isto é, de todos os meios que o Estado dispõe para se impor à vontade contrária, com recurso a diferentes formas de coacção.

² Ibid., ibidem.

³ Ibid., p. 83.

⁴ Ibid., p. 84.

⁵ Ibid., p. 85.

Com interesse para apoio teórico à nossa investigação, é igualmente relevante outra definição do general Beaufre, que considera a estratégia «a arte da coacção e da anti-coacção»⁶. Sobre a coacção, refere que tem em vista, usando os meios adequados, levar o contrário a aceitar certas condições que não aceitaria sem recurso à força. Quanto à anti-coacção, considera-a com a finalidade de, pelo emprego dos meios adequados, recusar as condições que o contrário tenta impor. Neste contexto, depois de evidenciar que a aceitação é, sempre, «o resultado de uma capitulação moral, de um processo psicológico que conduz a preferir as condições fixadas à continuação da luta», conclui que «a essência da estratégia é de ordem psicológica»⁷.

Esta conclusão do general Beaufre é muito relevante no âmbito da nossa investigação, pois aquilo que, no essencial, se procura encontrar, são os factores estratégicos, todos eles com forte componente de ordem psicológica, que levem os membros de uma sociedade a manter-se em paz.

Beaufre, preocupado com as questões estratégicas internacionais, refere que a fórmula geral dessa acção psicológica deve ser «obter a decisão, criando ou explorando uma situação que leve à desintegração moral e material de um adversário»⁸. Neste contexto, importa realçar que a nossa investigação, focalizada nas divergências internas da sociedade angolana, privilegia o direccionamento da acção psicológica para a obtenção da decisão, em resultado de uma situação social que, tendo presente um conjunto de factores estratégicos, leve à abdicação da realização de acções que perturbem a paz interna do país. Na linha deste nosso pensamento e, entre os autores contemporâneos que seguem na rota da evolução citada, é incontornável o conceito de estratégia proposto por Silva Ribeiro: «ciência e arte de edificar, dispor e empregar os meios de coacção, num dado meio e tempo, para se materializarem os objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambientes de desacordo»⁹.

Este conceito de estratégia vai além dos propostos pelos autores clássicos e contemporâneos, pois os seus componentes são essenciais para evidenciar os elementos fulcrais de todo e qualquer processo estratégico e que, por isso, não podem deixar de ser

⁶ Ibid., p. 86.

⁷ Ibid., ibidem.

⁸ Ibid., p. 87.

⁹ Ribeiro, António Silva, *Estratégia pura: fundamentos teóricos*, Luanda, Instituto de Informações e Segurança de Angola, 2011, p. 22.

considerados, quando se procuram identificar e caracterizar os factores estratégicos da paz social em Angola.

Assim, e sem preocupação de total explicação sobre esses componentes, refere-se que, com interesse para o objecto da presente investigação, Silva Ribeiro preconiza que «a estratégia intervém em toda a gama de acções genéticas, estruturais e operacionais destinadas, em permanência, a gerar e criar novos meios (edificar), a compor, organizar e articular os meios (dispor) e a utilizar os meios (empregar)»¹⁰.

Acrescenta que, para cumprir tais finalidades, é necessário elaborar «planos de acção, onde é definida a vontade consciente, directora e coordenadora dos esforços estratégicos, através de orientações que, ao proporcionarem a um Estado as melhores condições para poder superar os problemas antepostos pelos contrários, ou explorar as eventualidades proporcionadas pelas circunstâncias em ambientes de desacordo, permitem a acção estratégica»¹¹.

A referência articulada aos meios de coacção, ao meio e ao tempo «garante que, nos planos de acção, são considerados apenas os factores de decisão relevantes, evitando-se, assim, a dissolução ou pulverização da análise estratégica, perante a impossibilidade de lidar com todos os elementos relativos aos actores e ao ambiente...»¹². Para além disso, «relaciona os meios de coacção na forma adequada (material e moral), aos teatros devidos (meio) e ao tempo oportuno (momento, duração e ritmo), aspectos essenciais para discriminar as manifestações do grau de negação e a caracterização das formas de luta usadas para cada contendor»¹³.

O componente conceptual relativo aos objectivos fixados pela política, evidencia que a estratégia «implica materializar (alcançar ou obter e preservar ou garantir) com recurso ao poder nacional, finalidades colectivas identificadas com precisão e designadas por objectivos nacionais»¹⁴.

Refere ainda Silva Ribeiro que «da conjugação dos componentes conceptuais edificar, dispor e empregar, com meios de coacção, meio e tempo, e com objectivos fixados pela política, torna-se evidente que a estratégia tem um processo cuja estrutura resulta da síntese

¹⁰ Ibid., p. 32.

¹¹ Ibid., ibidem.

¹² Ibid., p. 34.

¹³ Ibid., ibidem.

¹⁴ Ibid., p. 38.

dos objectivos com os procedimentos utilizados para a sua materialização, e que é responsável, não só, pela construção desses objectivos, mas, também, pela procura da máxima rentabilidade no emprego do poder nacional...»¹⁵, o que implica a formulação e operacionalização de uma estratégia (modalidade de acção), que permite superar os problemas e explorar as eventualidades, seja pela ponderação do grau de negação, seja pela exploração das circunstâncias favoráveis, tendo em vista provocar a evolução da situação no sentido desejado.

Sobre o componente conceptual relativo ao ambiente de desacordo, Silva Ribeiro refere que evidencia a necessidade de existirem entidades estratégicas, «dotadas de vontade e de capacidade, que dispõem de estruturas de comando habilitadas a tomar iniciativas e a reagir às acções realizadas, de forma a negar, reciprocamente, a materialização de objectivos nacionais divergentes»¹⁶.

A partir dos componentes essenciais do conceito de estratégia de Silva Ribeiro, que sintetizamos de forma muito breve, podemos considerar, como elementos fulcrais de processo estratégico destinados a manter a paz social em Angola: as acções genéticas, estruturais e operacionais; os planos de acção; os factores de decisão relevantes; o processo de implementação; e as entidades estratégicas.

Relativamente às acções genéticas, estruturais e operacionais, destinadas a manter a paz social, o conceito de estratégia de Silva Ribeiro evidencia a necessidade da sua natureza multidisciplinar nos campos da edificação, da organização e do emprego dos meios. Para isso, preconiza planos segundo cada uma das três disciplinas da estratégia, onde são estabelecidas as orientações e proporcionadas as condições destinadas a conter os problemas que perturbam a paz social. Também realça que, nesses planos, só devem ser considerados os factores relevantes para a obtenção do resultado pretendido, no lugar desejado, no momento apropriado, com significado relevante para a comunidade nacional e identificados com precisão. Acrescenta que esses planos são implementados segundo um processo, onde os procedimentos descritos pela modalidade de acção, visam obter a maior rentabilidade dos meios empregues nas acções de negação e de exploração das circunstâncias para a materialização dos objectivos estabelecidos. Refere, ainda, que, em tal processo, cada entidade envolvida na disputa estratégica, usa as suas estruturas de comando para conceber e pôr em prática as acções que permitam afirmar a sua vontade.

¹⁵ Ibid., p. 40.

¹⁶ Ibid., p. 45.

1.2 Análise estratégica

Tendo tomado a decisão de realizar um esforço estratégico para a manutenção da paz social em Angola, não é possível a nenhuma entidade começar esse trabalho, sem alguma informação relevante, que habilite a tomada de decisões adequadas, exequíveis e aceitáveis, que viabilizem a concretização desse objectivo. Por isso, nesta parte teórica da dissertação, parece importante reflectir sobre as amplas categorias de dados disponíveis, as formas de acesso aos dados existentes e como obter novos dados necessários. É este o âmbito do subcapítulo de análise estratégica, que deve considerar informação interna e externa ao país, cujo tipo depende, naturalmente, da finalidade da análise e, em certa medida, dos dados disponíveis e da capacidade de os recolher e analisar. Por isso, poder-se-á dizer que a informação associada a qualquer análise estratégica é a «base fulcral»¹⁷ para todo o processo estratégico.

Numa análise estratégica, a primeira decisão a tomar é sobre o que se necessita saber. A dúvida sobre este assunto, muitas vezes provoca uma situação de paralisia analítica, motivada por excesso de pesquisa e reflexão, e traduzida pela estagnação na acção estratégica, até se ter a certeza que se obteve toda a informação necessária para tomar as melhores decisões. Todavia, é preciso estar consciente que tais propósitos são ambos inalcançáveis na sua plenitude, pois não é possível recolher toda a informação, nem estar completamente certo. O que importa na análise estratégica é minimizar o risco até um grau aceitável, face aos custos e benefícios envolvidos na pesquisa. Por outras palavras, na análise estratégica deve ponderar-se sempre qual é o valor da informação que se obtém e como é usada, em comparação com o tempo e custo envolvido na sua pesquisa. Se o resultado pesar mais para o custo, traduzido no tempo e no dinheiro gastos, do que para o valor dessa informação, não valerá a pena o esforço na sua pesquisa, pois há outra informação mais valiosa, que requer esforço de pesquisa e análise.

É neste plano que se coloca a dicotomia entre a necessidade de saber (*need to know*) e a satisfação de saber (*nice to know*). Com efeito, é preciso fazer escolhas sobre a informação que é verdadeiramente relevante para incorporar e melhorar o processo decisório, e muita outra a que se pode ter acesso, mas que é, não só, difícil analisar, mas também, menos relevante para os resultados a alcançar. Para, no âmbito da análise estratégica, não se incorrer nestas situações de paralisia, é essencial determinar que questões devem ter resposta. É este o

¹⁷ Gensing-Pophal, *Strategic planning*, New York, Alpha, 2011, p. 70.

grande desafio que nos foi colocado na elaboração do inquérito apresentado no anexo, que configura uma entrevista não estruturada, e é destinado a obter informação sobre como os factores estratégicos que dão corpo ao modelo de análise estratégica da paz social, incorporam as aspirações dos grupos estratégicos socio-profissionais dos roboteiros, zungueiros e taxistas e respondem aos indicadores sintéticos associados.

A reflexão sobre as questões a incluir no inquérito requereu tempo e não foi nada fácil. Para isso, contribuíram a necessidade de se pensar bem e identificar concretamente os tipos de informação a recolher face ao objectivo da dissertação, a disponibilidade de dados, o custo da sua pesquisa e o tempo necessário para o efeito, variáveis todas importantes, mas com níveis de influência distintos. Também teve influência na nossa reflexão sobre as questões que incorporam o inquérito apresentado em anexo, o facto de ter sido realizado a título individual e não por um grupo multidisciplinar de especialistas, que identificasse qual o tipo de informação mais apropriada a pesquisar.

A informação resultante de uma análise estratégica engloba tanto dados primários como secundários. Os dados primários são aqueles que resultam de pesquisa que efectuámos, enquanto os dados secundários são os provenientes da colecta de outras entidades, nomeadamente os governos, os grupos profissionais ou as empresas de consultoria.

Os dados secundários, quando pertinentes, são de grande utilidade, e permitem economizar tempo e recursos. Com efeito, normalmente é muito mais dispendioso obter dados primários, do que aceder a informação que está disponível a partir de outras fontes, nomeadamente a Internet, como foi o caso da nossa investigação.

Relativamente aos dados primários, convirá realizar um esforço adequado, no sentido de explorar todo o seu potencial informativo na identificação dos objectivos a alcançar. Quanto aos dados secundários, a sua principal utilidade é para comparar e avaliar as relações entre os factos, as características próprias e as de outros actores externos.

Tanto os dados primários como os secundários podem ser qualitativos ou quantitativos. Os dados qualitativos são informativos, mas sem significância estratégica¹⁸. Por outras palavras, não são muito confiáveis quando se tomam decisões que envolvem risco elevado. Os dados quantitativos são estatisticamente significativos. Dão uma indicação muito boa da situação, embora sem ser perfeitos. A pesquisa quantitativa usa o cálculo matemático para definir uma situação existente (estatística descritiva) e para prever um resultado futuro

¹⁸ Indica o grau de confiabilidade da informação obtida para prever, com rigor, um resultado.

(estatística preditiva). O risco é reduzido à medida que, no espectro da natureza dos dados, estes evoluem de qualitativos para quantitativos.

Referimos antes as decisões que é necessário tomar sobre que informação obter e como deverão ser fundamentadas numa comparação de custo e benefício. Será necessária uma decisão semelhante para realizar uma pesquisa, considerando qual o nível de significância estratégica (confiabilidade) necessária para tomar boas decisões. Quanto mais importante e potencialmente arriscada for a decisão, maior o nível de confiabilidade é necessário e, consequentemente, o custo de obtenção da informação.

Quando não se dispõe da informação necessária e as fontes secundárias não a disponibilizam, é preciso realizar uma pesquisa, como aconteceu na nossa investigação. Alguns dos métodos mais comuns de pesquisa da informação englobam a observação, os grupos focais, os levantamentos e as votações.

A observação é permanente e informal, e permite informação qualitativa sobre o facto examinado. Os grupos focais também são qualitativos, proporcionam informação útil, mas esta não permite cálculos matemáticos, nem deve ser usada para fundamentar decisões relevantes.

Os levantamentos, tal como as votações, podem ser qualitativos ou quantitativos, conforme a amostra for seleccionada e o seu tamanho representativo face à dimensão do universo da escolha.

Embora os levantamentos pareçam de fácil implementação, pois, no essencial, requerem a formulação das questões e a sua distribuição aos indivíduos auscultados, há um conjunto de requisitos que procurámos satisfazer, para que o inquérito apresentado no anexo alcance o nível de confiabilidade necessário:

- Fixar objectivos claros;
- Escolher uma amostra apropriada;
- Adequar o momento da amostragem;
- Não perguntar o que se sabe, nem sobre o que não se quer mudar;
- Testar o levantamento antes da sua distribuição;
- Automatizar o levantamento;
- Usar referências para aferir o significado dos resultados obtidos.

A clareza dos objectivos impôs que, antes de realizar o levantamento, se identifique bem o que se pretende saber e como se usará a informação depois dele concluído, requisitos cuja satisfação implica focalização e exequibilidade.

A escolha de uma amostra adequada, implicou a obtenção de resultados estatisticamente válidos, pelo levantamento de um segmento da população, que inclui um número significativo dos membros do grupo cuja resposta se pretende caracterizar.

A adequação do momento da amostragem obrigou a considerar a realização do levantamento em épocas em que os indivíduos que compõem o universo de escolha tinham disponibilidade.

Não se perguntou o que se sabe nem sobre o que não se quer mudar porque, se no primeiro caso não há qualquer benefício, no segundo criam-se expectativas para as quais não se darão respostas.

O levantamento foi testado antes da distribuição do inquérito, num grupo pequeno, de 10 a 12 indivíduos, de forma a obter uma ideia sobre se é facilmente perceptível, se as questões são compreensíveis e se, inadvertidamente, se esqueceu algum ponto-chave.

Embora não tenhamos adoptado esta prática, importa referir que a automatização do levantamento pode ser facilitada com recurso à Intranet e à Internet, ferramentas que ajudam muito a auscultação das pessoas e a compilação e análise das suas respostas. Para isso, existem ferramentas de levantamento “*on line*”, que permitem a avaliação rápida de uma audiência.

O uso de referências para aferir o significado dos resultados obtidos, implica perguntar a outros para fornecerem dados sobre a sua experiência, que sirvam de base de comparação para os nossos resultados. Desta forma, poderemos determinar se estamos abaixo, na média, ou acima de outras organizações na actividade que foi medida.

Para além dos dados primários obtidos pelos métodos de pesquisa de informação antes caracterizados, na investigação deve-se tirar partido daqueles, a que já foram conseguidos por outros trabalhos. Nestas circunstâncias, os dados secundários são outra fonte acessível e valiosa de informação para a investigação. Estes dados são disponibilizados por diversas fontes, nomeadamente os governos, as organizações económicas e profissionais, empresas, órgãos de comunicação social, etc.. A sua utilidade é especialmente relevante

quando não se dispõe de tempo ou de recursos para realizar uma pesquisa específica que, muitas vezes, proporciona a informação suficiente para a tomada de decisão.

A Internet é uma extraordinária fonte de informação. Todavia, a sua utilização implica avaliar muito bem a fonte que a disponibiliza. Para isso, e apenas como evidência sobre a natureza da entidade que promulga a informação, importa atender à natureza do respectivo domínio:

- *com* - está associado a sítios comerciais de empresas para promoção de produtos e de serviços;
- *org* - está associado a sítios de organizações não comerciais;
- *edu* - está associado a organizações educativas;
- *gov* - está associado a organizações governamentais.

O grau de credibilidade da informação disponibilizada nos sítios de cada um destes domínios é muito distinto e requer adequada ponderação, para que a análise estratégica tenha validade.

1.3 Factores estratégicos

A análise estratégica incide na monitorização, na avaliação e na disseminação de informação sobre o ambiente externo e interno¹⁹ de uma determinada entidade, as pessoas-chave, no país ou na organização, com responsabilidades no processo de elaboração estratégica, e as fases da formulação estratégica, de operacionalização estratégica e da avaliação e controlo.

O propósito da análise estratégica é identificar os factores estratégicos, isto é, os elementos externos e internos que determinam o futuro dessa entidade, organização ou país.

A forma mais simples de realizar uma análise estratégica é com recurso a uma ferramenta prática, designada por análise SWOT, acrónimo inglês para descrever as forças (*strengths*), as fraquezas (*weaknesses*), as oportunidades (*opportunities*) e as ameaças (*threats*), que são os factores estratégicos básicos para uma determinada entidade.

¹⁹ Wheelen, Thomas L. e Hunger, J. David, *Concepts in Strategic Management and Business Policy*, 12ª ed., Boston, Prentice Hall, 2010, p. 16.

O ambiente externo é composto pelas variáveis (oportunidades e ameaças) que estão fora da entidade e, normalmente, escapam ao controlo de proximidade da sua gestão de topo. Tais variáveis formam o contexto em que essa entidade existe, e consistem nas forças e tendências gerais, que fazem parte do ambiente natural, que são parte inerente da vida na Terra (recursos físicos, vida selvagem e clima), e do ambiente social do Homem, que inclui as forças gerais que influenciam as decisões de longo prazo (forças socio-culturais, político-legais, tecnológicas e económicas). Aquelas variáveis englobam, ainda, os factores específicos do ambiente-tarefa da entidade, frequentemente classificado por sector²⁰, que incluem os elementos ou os grupos com os quais existe interacção recíproca. Os ambientes natural, social e tarefa devem ser continuamente monitorizados, para se poderem detectar os factores que, no futuro, poderão ter um forte impacto no sucesso ou fracasso da entidade.

O ambiente interno da entidade integra as variáveis (forças e fraquezas) que dele fazem parte e, normalmente, não estão dentro do controlo de proximidade da sua gestão de topo. Tais variáveis formam o contexto em que essa entidade realiza as suas actividades, e consistem na sua estrutura, cultura e recursos. As forças mais significativas possuem um conjunto de competências-chave que a entidade pode utilizar para obter vantagem competitiva. No caso da nossa investigação, interessa-nos identificar os factores estratégicos internos relacionados com a estrutura, a cultura e os recursos de Angola.

A origem da vantagem competitiva reside na capacidade de identificar e responder à mudança do ambiente, com adequada antecipação relativamente à disputa estratégica. Embora esta assumpção pareça óbvia, é um facto que entidades adaptam-se a ela de forma distinta. Isso resulta da diferente capacidade dos gestores para reconhecerem e compreenderem os ambientes externo e interno e os factores estratégicos a eles associados.

É um facto que nenhuma entidade pode monitorizar plenamente todos os factores estratégicos externos e internos. Por isso, há que fazer escolhas, distinguindo-os pela respectiva importância. Apesar desta hierarquização ser feita e evidenciar as variáveis que devem ser monitorizadas de forma consistente, os gestores, por vezes, ou não se apercebem, ou optam por ignorar novos desenvolvimentos ambientais²¹. Este problema ocorre porque os valores e as experiências profissionais dos gestores, bem como o sucesso das estratégias em

²⁰ Conforme referem Hunger e Wheellen, ob. cit., p. 16, no caso das empresas o ambiente-tarefa engloba: accionistas; governo; grupos de interesse especiais; clientes; credores; comunidades; associações comerciais; competidores; empregados/sindicatos; e fornecedores.

²¹ Ibid., p. 108.

curso, tendem a influenciar, quer a sua percepção daquilo que é importante monitorizar nos ambientes externo e interno, quer as suas interpretações daquilo que eles identificam.

Esta predisposição para rejeitar informação desconhecida ou negativa foi designada por Ansoff como miopia estratégica²², cujo principal efeito é não produzir as necessárias alterações da estratégia adoptada.

Uma técnica muito útil para identificar e avaliar os desenvolvimentos dos ambientes externo e interno, é a da matriz das questões prioritárias que devem ser feitas, separadamente, para cada um destes ambientes, de forma a identificar os respectivos factores estratégicos.

		PROBABILIDADE DE IMPACTO		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	ALTA	ALTA	MEDIA	BAIXA
	ALTA	ALTA PRIORIDADE	ALTA PRIORIDADE	MÉDIA PRIORIDADE
	MEDIA	ALTA PRIORIDADE	MÉDIA PRIORIDADE	BAIXA PRIORIDADE
	BAIXA	MÉDIA PRIORIDADE	BAIXA PRIORIDADE	BAIXA PRIORIDADE

Fig. 1 – Matriz das questões prioritárias²³

O preenchimento desta matriz implica, em primeiro lugar, identificar um conjunto de tendências relevantes, que podem emergir nos ambientes externo (natural, social e tarefa), e interno (estrutura, cultura e recursos) e, nesse caso, determinarão o futuro próximo. Depois, deve qualificar-se a probabilidade baixa, média, ou alta destas tendências ocorrerem. Por fim, importa deduzir o impacto provável, entre alto, médio e baixo, de cada uma destas tendências na entidade a ser examinada.

²² Ansoff, H. I., «Strategic Management in a Historical Perspective» in *International Review of Strategic Management*, vol. 2, n.º 1, Chinchester, Wiley, 1991, p. 61.

²³ *Long-Range Planning*, vol. 17, n.º 3, 1984, Campbell, “Foresight Activities in the USA: Time for a Re-Assessment?”, p. 46.

Os factores estratégicos são as tendências ambientais relevantes, que se considera terem, probabilidade média ou alta de impacto na entidade. Estas tendências ambientais devem ser monitorizadas com elevada prioridade, devido à sua relevância como factores estratégicos. As tendências ambientais de baixo impacto devem ser acompanhadas com baixa prioridade. As tendências ambientais classificadas como factores estratégicos, externos e internos, são então categorizadas, respectivamente, em oportunidades e ameaças, forças e fraquezas.

1.4 Grupos e tipos estratégicos

Um grupo estratégico é um conjunto de entidades que perseguem estratégias semelhantes com recursos idênticos²⁴. A identificação e caracterização dos grupos estratégicos que integram um determinado sector de actividade estratégica, tem grande utilidade para se perceber melhor a conjuntura estratégica.

Os grupos estratégicos pertencentes a um mesmo sector de actividade têm dinâmicas de actuação, por vezes, muito distintas entre si. Isso deve-se ao facto da cultura e da estrutura das entidades que compõem cada grupo estratégico ser semelhante e determinar o comportamento que adoptam, o que confere natureza específica às respectivas missões, objectivos e estratégias. Assim, entidades pertencentes a um mesmo grupo estratégico, como são semelhantes entre si, tendem a ser fortes rivais na sua actividade, porque operam de forma semelhante. Relativamente às entidades de outros grupos estratégicos pertencentes ao mesmo sector de actividade estratégica, como, normalmente, têm pouco em comum e não prestam grande atenção recíproca no planeamento das suas actividades, a competição situa-se a nível mais baixo.

Para se identificarem os grupos²⁵ estratégicos num determinado sector de actividade, em primeiro lugar, devem escolher-se características identitárias que diferenciem as entidades umas das outras no respectivo sector. Depois, tais características devem ser traduzidas por variáveis estratégicas, dispostas segundo os eixos vertical e horizontal de um gráfico bidimensional. Por fim, traça-se um círculo à volta das entidades mais próximas umas das outras, que representam um grupo estratégico. O tamanho do círculo deve variar em função da proporção da relevância das actividades do grupo, no sector estratégico a que pertence.

²⁴ Ibid., p. 115.

²⁵ Ibid., p. 116.

Podem ser construídos gráficos bidimensionais com características identitárias distintas, para se perceberem melhor as dinâmicas estratégicas dos diferentes grupos no sector estratégico onde operam. Em qualquer dos casos, importa notar que as características identitárias não devem ter grande correlação, sob pena dos círculos ficarem alinhados segundo a diagonal do gráfico bidimensional, não tendo grande utilidade analítica.

Para se analisar e prever o nível de intensidade competitiva num determinado sector estratégico ou grupo estratégico, torna-se indispensável caracterizar as diferentes entidades. É, neste contexto, que tem utilidade o conceito de tipo estratégico, destinado a traduzir uma categoria, na qual se inserem entidades com uma orientação estratégica comum, bem como uma combinação de estrutura, de cultura e de processos consistentes com essa estratégia.

No âmbito da nossa investigação, consideramos, para análise e previsão da sua intervenção nos processos que podem perturbar a paz social em Angola, como grupos estratégicos socio-profissionais de referência os roboteiros, os zungueiros e os taxistas.

2. Paz

2.1 Conceito

Para abordarmos o conceito de paz, será conveniente fazer uma breve incursão retrospectiva, para identificar como, ao longo do tempo, foi definido e concebido por vários pensadores e tratadistas, tendo em atenção que encerra realidades subjectivas e objectivas, que são traduzidas, entre outros aspectos, por símbolos e por representações mentais.

Na etimologia latina, *pacem* refere-se ao estado de *absentia belli*, isto é à ausência de violência ou guerra. Nestas circunstâncias, a paz é, geralmente, definida como uma situação de calma ou de tranquilidade, uma inexistência de perturbação ou de agitação ao normal decorrer da vida das pessoas, das organizações ou dos Estados. Neste sentido, a paz entre nações e, dentro delas, é o objetivo assumido de muitas entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Podemos pois considerar que, de uma forma geral, a paz é sinónimo de ausência de conflito e do estabelecimento e respeito da ordem entre as partes e o todo, chegando a confundir-se com o conceito de segurança, definido pelo Instituto de Defesa Nacional de Portugal, como «a situação que garante a unidade, a soberania e a independência da Nação, a integridade e a segurança das pessoas e dos bens; o bem-estar e a prosperidade da Nação; a

unidade do Estado e o desenvolvimento normal das suas tarefas; a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o regular funcionamento das instituições democráticas, no quadro constitucional»²⁶. Para os Estados, a paz possui uma dimensão interna, regulada pelo direito interno, e uma dimensão externa, regulada pelo direito internacional.

Sendo a paz traduzida pela ausência de conflito e regulada pelo direito interno e internacional, não é possível falar dela sem pensar na guerra, isto é, como refere Bobbio, «um conflito entre grupos políticos respectivamente independentes e considerados como tais, cuja solução é confiada à violência organizada»²⁷. Nesta linha, José Martins considera a guerra como o confronto entre dois ou mais grupos de indivíduos que, na disputa de interesses, recorrem às armas para derrotar um contrário, impondo a sua vontade²⁸. Surge assim, com relevância na vida dos Estados, o binómio paz-guerra, onde a palavra paz pode assumir um sentido negativo ou positivo. Num âmbito geral, a paz pode adquirir um sentido negativo, quando a situação que encerra é de tal forma frágil que a guerra assume papel relevante. Em âmbito estrito, a paz assume um sentido positivo, quando se quer e pode pôr fim a um conflito particular. É, nesta perspectiva, e na linha do pensamento de Sérgio Gregório, que poderemos afirmar que a paz é muito mais que uma aspiração. É, também, a capacidade de manter a situação de ausência de conflito e de estabelecer o respeito da ordem, sem a qual, o normal é a guerra²⁹.

Torna-se assim evidente que a paz é um bem relativo pois, como notou Bobbio³⁰, não pode, por si só, garantir uma vida social perfeita, em que os homens vivem seguros e prósperos. A paz é um meio, como são a justiça social e a eliminação das desigualdades, entre outros aspectos essenciais, no seu conjunto, à satisfação das finalidades últimas de qualquer entidade política: a segurança e o desenvolvimento. No essencial, e no que de mais profundo significa, a paz defende um bem vital, que é a vida humana.

Na mesma linha de Bobbio, outros autores procuram definir o conceito de paz como algo inerente à vida do Homem em sociedade, e que se relaciona com outras realidades.

²⁶ Sacchetti, António Emílio, *Temas de Política e Estratégia*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1986, pp. 21 e 22.

²⁷ Apud Vieira, Gustavo Oliveira, *A paz e os direitos do homem no pensamento de Norberto Bobbio*, Revista de Ciências Sociais Civitas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, vol 5, n.º 2, JUL-DEZ 2005, p. 328.

²⁸ Martins, José M. Q., *Digitalização e guerra local: fatores do equilíbrio internacional*, Tese de Doutoramento em Ciência Política, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, pp. 11-13.

²⁹ Gregório, Sérgio Biagi, *Reflexões sobre a paz*, disponível em www.ceismael.com.br/artigo/reflexoes-sobre-apaz.htm, p. 1.

³⁰ Apud Vieira, Gustavo Oliveira, ob. cit., p. 146.

Assim, para Elisabeth Wartchow, especialista brasileira em saúde pública, a paz é «um fenómeno complexo que envolve a construção de uma estrutura e de relações sociais em que exista justiça, igualdade, respeito, liberdade, e pela ausência de todo o tipo de violência. Está relacionada ao desenvolvimento, aos direitos humanos, à diversidade e à cooperação de pessoas, grupos ou nações»³¹.

Com o objectivo de incentivar os esforços que diversas individualidades têm empreendido em prol da paz, a UNESCO outorgou o “Prémio UNESCO da Educação para a Paz” ao educador, pedagogo e filósofo brasileiro Paulo Freire³² que, na ocasião da sua recepção, em Setembro de 1986, em Paris, fez um pequeno discurso, que sintetiza o essencial sobre o que já se referiu relativamente ao conceito de paz. Dele, destaca-se o seguinte extracto: «De anónimas gentes, sofridas gentes, exploradas gentes aprendi sobretudo que a Paz é fundamental, indispensável, mas que a Paz implica lutar por ela. A Paz se cria, se constrói na e pela superação de realidades sociais perversas. A Paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social. Por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para a Paz que, em lugar de desvelar o mundo das injustiças o torna opaco e tenta miopizar as suas vítimas»³³.

Sobre o binómio paz-guerra, importa, ainda, atender ao que Ana Maria Freire refere sobre o pensamento de seu pai, Paulo Freire: «Ao contrário da guerra, a Paz nos assegura, mesmo que fugaz e transitoriamente, momentos de bem-estar; de nossa esperança ontológica própria dos seres humanos - “adormecida” na desesperança - voltar-se para um futuro melhor; uma ruidosa alegria, que nos mobiliza para a fraternidade e busca da felicidade – esse o destino dos humanos, mas contraditoriamente negado pela antieticidade diante da natureza e do carácter contraditório dos humanos. A Paz que tem a avidez pelo sossego e cuidado com o humano e o planeta que nos abriga. A democratização que a verdadeira tolerância, como a entendeu Paulo, possibilita às vidas para a coexistência harmônica! A Paz que propicia a democracia e se gera na vigência da democracia verdadeira, é comemoração, é ressurreição»³⁴.

³¹ Wartchow, Elisabeth Susana, *Por uma cultura da paz, a promoção da saúde e a prevenção da violência*, Brasília, Ministério da Saúde, 2009, p. 6.

³² Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), foi um relevante educador, pedagogo e filósofo brasileiro. É considerado um dos pensadores mais notáveis da história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento da pedagogia crítica.

³³ Freire, Ana Maria, *Educação para a paz segundo Paulo Freire*, Porto Alegre, Educação, Ano XXIX, n.º 2 (59), MAI-AGO 2006, p. 389.

³⁴ Ibid., p. 390.

Mais adiante, a mesma autora continua a referir-se ao pensamento de Paulo Freire, evidenciando que «A Paz é singular por natureza, atinge o mais autêntico e mais radical do ser humano, para concretizar o Ser-Mais, como queria Paulo, e por isso lutou toda a sua vida. A Paz nos faz rir e sentirmo-nos mais *gente*. A Paz vem embrenhada da capacidade de dar vivência à vida democrática, socialmente a ser vivida por todos e todas sob a égide da tolerância. A Paz tem como objetivo a existência plena dos seres em geral, e mais especialmente dos seres humanos, mesmo com seus sentimentos e ações contraditórias, nutridas em nós, humanos, pelos nossos mais ancestrais traços de agressividade puramente animal. É branca como a tranquilidade, é biófila. É a expressão maior da tolerância, da colaboração, da cumplicidade entre os seres vivos daqueles que querem viver melhor»³⁵. Ana Maria Freire continua dizendo que as guerras não são inexoráveis. Mas, «para elas não existirem, precisamos saber, conscientizarmo-nos de que a Paz é fundamental, indispensável, mas que a Paz implica lutar por ela. A Paz se cria, se constrói na e pela superação de realidades sociais perversas. A Paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social»³⁶.

Do exposto, Ana Maria Freire identifica algumas questões relevantes para o objecto da nossa investigação, para as quais é conveniente encontrar resposta cabal. Considera que as respostas a tais questões não terão valor se, na prática, continuarmos a responder o contrário daquilo que se preconiza na teoria, isto é, que a paz deve ser uma prática do Homem em comunidade. Eis o essencial dessas questões³⁷:

1. Porque razão o Homem quer a paz?
2. Qual é a importância da paz?
3. A quem favorece a paz e a guerra?
4. Que exercício se pode fazer para instaurar a paz?
5. É necessário educarmos os cidadãos para a paz?

Assim, e como aproximação de respostas a estas perguntas, com base no trabalho da mesma autora³⁸, poderá referir-se que:

³⁵ Ibid., ibidem.

³⁶ Ibid., p. 391.

³⁷ Ibid., ob. cit., p. 389.

³⁸ Ibid., ob. cit., pp. 391 e 392.

- O Homem é um ser propenso à paz, facto íntimo à sua vida, que se constata, por exemplo, no sonho utópico representado na “Pomba da Paz”, criada pela genialidade do pintor Pablo Picasso em 1949.
- A paz é de extrema importância porque, para além de nos abrigar no conforto e na tranquilidade da vida, garante a preservação do planeta na sua multiculturalidade e diversidade de todas as naturezas.
- A paz favorece todos os seres do planeta, enquanto as guerras estão, como sempre estiveram, ao serviço de poucos, dos detentores do poder e dos que lucram com a produção e a distribuição dos armamentos, equipamentos e tecnologias de destruição. Infelizmente, as guerras também favorecem os fundamentalismos religiosos e algumas minorias que, descontentes, encontram no recurso à força das armas, a solução para os seus anseios. As guerras também são uma forma de acção frequente dos grandes impérios económicos actuais que, sectariamente, decidem os destinos não só das pessoas, como do planeta terra.
- A paz só se pode instaurar como consequência de alguma educação crítico-consciencializadora, como a que Paulo Freire propôs no seu discurso de 1986 em Paris, quando evidenciou a necessidade de desvelar o mundo das injustiças, em contraposição às tentativas para o tornar opaco e para tornar míope as suas vítimas.».
- A paz não é um dado, um facto intrinsecamente humano comum a todos os povos, de quaisquer culturas. Por isso, precisamos, desde a mais tenra idade, de educar as crianças na cultura da paz, que necessita desvelar e não encobrir, com criticidade ética, as práticas sociais injustas, incentivando a colaboração e a tolerância com o diferente, bem como o espírito de justiça e de solidariedade.

Das tentativas de resposta às cinco questões relevantes formuladas a partir do pensamento de Paulo Freire sobre a paz, considera Ana Maria Freire que essa situação de calma ou de tranquilidade, de ausência de perturbações ou de agitação ao normal decorrer da vida das pessoas, das organizações ou dos Estados, tem grande possibilidade de concretização, caso a relação entre os cidadãos e a possibilidade da convivência pacífica, for estruturada na educação pelo diálogo, que forma os Homens na cultura da paz, da solidariedade, da fraternidade, e da libertação humana. Em suma, e como referiu Paulo Freire no seu relevante discurso «A paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social.». Ora, isso significa, como notou Ana Maria Freire: «Sem fome, sem falta de hospital e saúde, sem falta de escolas e sem analfabetismo generalizado, sem falta de moradia e de saneamento. Sem falta de comida e de entretenimento. Sem discriminações, sem elitismos,

sem autoritarismo e sem a centralização desumanizante daqueles que se autodenominam os donos da democracia»³⁹.

Face ao que foi referido, poderemos considerar que a paz é um estado de equilíbrio e entendimento em si mesmo e entre outros, onde o respeito é adquirido pela aceitação das diferenças e da tolerância, onde os conflitos são resolvidos através do diálogo, os direitos das pessoas são respeitados e as suas vozes são ouvidas, e todos estão no seu ponto mais alto de serenidade, sem tensão social. Também começa a tornar-se evidente que a paz social depende de factores estratégicos como a cultura de paz, a relação de alteridade, a solidariedade, o diálogo e a não-violência. Estes factores são as grandes tendências do ambiente social, que poderão ter uma média a elevada probabilidade de impacto na paz social e, por isso, necessitam de ser acompanhados. A tais factores estão associados os interesses estruturantes das pessoas, como são, entre outros, os estilos de vida, a equidade, a inclusão, a tolerância e a justiça. Estes e outros interesses estruturantes são preceitos primários que expressam uma ideia perene no tempo histórico, sobre os tipos de interesses humanos que fundamentam a paz social e que importa alcançar e preservar.

2.2 Formas de materialização

A fórmula mais ambiciosa de materialização da paz é a da paz perpétua, conceito cunhado pelo filósofo Immanuel Kant, inspirado nos ideais da Revolução Francesa, para designar um estado de paz mundial, obtido através de uma "república" única, capaz de representar as aspirações, naturalmente pacíficas, de todos os povos e indivíduos. Como o próprio filósofo esclarece, o termo é derivado das inscrições comuns, nas pedras tumulares, de «Paz Eterna»⁴⁰!

A paz perpétua, sendo um propósito teleológico, porventura inalcançável, o Homem teve de encontrar formas tangíveis de materializar a paz. Foi, neste contexto, que a ideia de paz pela lei, se baseou na ideia de paz perpétua de Kant, para sugerir que, em âmbito internacional, a paz deve ser obtida através de legislação capaz de regulamentar as relações diplomáticas e os conflitos de interesses entre os múltiplos actores. Esta concepção assenta nas teorias contratualistas, segundo as quais a paz, e demais fenómenos sociais, resultam de um pacto que os actores sociais foram estabelecendo, cuja validade depende do respeito e da

³⁹ Ibid., p. 392.

⁴⁰ <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Tipos-De-Paz/177542.html>. (Acesso em 17 de Março de 2013).

observância do mesmo. Esta concepção de paz pela lei está vertida na maioria das Constituições, que apenas admitem o recurso à guerra para a defesa dos países perante os invasores. Mas, na realidade, estas leis fundamentais muitas vezes não são respeitadas, pois que as guerras têm carácter ofensivo e violam, igualmente, a Carta da Nações Unidas, documento basilar que rege as relações entre os Estados.

Não dando a lei garantias plenas e perenes de paz, esta não dispensa a força. Nestas circunstâncias, a paz pela força é obtida quando um indivíduo, instituição ou Estado dispõe de tais capacidades e reputação, que toda tentativa de subversão do *status quo* é dissuadida. Porém, também sabemos que a edificação de capacidades militares, conjugada com economias pujantes e ambições estratégicas desmedidas, levou a conflitos de enorme dimensão e violência, como foram as duas guerras mundiais do século XX e os grandes conflitos regionais verificados no âmbito da guerra fria. Por isso, pensamos que este mesmo Homem, que provocou tais situações de guerra, deve estar em condições de reconstruir a sua mente no sentido de produzir coisa boas, porque, como afirma Albert Einstein: «Não se pode manter a paz pela força, mas sim pela concórdia», onde a lei tem papel determinante.

Esta proposta de materialização da paz pela concórdia foi, originalmente, avançada pelo Abade Saint-Pierre, filósofo francês que participou, entre 1710 e 1712, no Congresso de Utreque, tendo publicado, no ano seguinte, o «Projecto para tornar perpétua a Paz na Europa», onde refere que: «... aqueles cujas divergências tiverem sido resolvidas por julgamento têm a certeza de possuir tranquilamente aquilo que lhes pertence. Isso, porque a mesma lei que regula e decide o que pertence a um e o que pertence ao outro, aquilo que um e outro devem possuir separadamente, os garante e defende, por sua autoridade, contra qualquer invasão ou despojamento. Essa autoridade vem da força todo-poderosa ou suficientemente poderosa Sociedade, poder contra o qual seria inútil que qualquer membro se revoltasse. Menos propenso será ele a resistir, quanto maior e mais inevitável for a punição. Ora, essa segurança que cada qual terá, para si próprio e seus pósteros, de possuir tranquilamente aquilo que possui, e ainda o que poderá vir a adquirir, é uma das grandes vantagens que se possa ter, e não seria possível gozar dela senão em uma sociedade, e enquanto durar essa Sociedade»⁴¹.

No entanto, como também notou Saint-Pierre, a existência de concórdia nem sempre é condição suficiente para manter a paz, pois esta pode ser desrespeitada pelas gerações

⁴¹ Saint-Pierre, Abbé, *Projecto para tornar perpétua a Paz na Europa*, São Paulo, Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 24.

vindouras ou ainda pelos signatários do acordo. Estes, embora se tenham comprometido a respeitar o acordo, poderão mudar de ideias. Para além disso, os seus sucessores, também poderão fazer valer alguma pretensão antiga, ou nova, para os isentar de executar o que foi prometido. Ora, como não existe a certeza absoluta e perene quanto ao cumprimento voluntário do acordo, é preciso que haja a garantia de que as condições acordadas são cumpridas, o que implica a possibilidade de recurso à força para prevenir.

Porém, esta modalidade de acção pode levar à paz pelo terror, situação que ocorre quando os países em disputa são capazes de causar a destruição total recíproca, através do emprego de meios bélicos poderosos, como são as armas nucleares, por exemplo. Nestas circunstâncias, a posse de tais arsenais desestimula as agressões mútuas e conduz à situação de paz pelo terror decorrente das eventuais consequências catastróficas de um conflito militar. Assim acontece, porque o terror manifesta-se na mente das pessoas e, depois, infiltra-se nas suas almas, aniquilando cada uma das suas disposições de combate. Por isso, quem realiza e promove a paz pelo terror, tem um grande conhecimento de como é a natureza humana.

Em contraponto a esta forma de materialização da paz pelo terror, comum nas relações internacionais durante a guerra fria, mas que também pode ter expressões internas, normalmente associadas ao autoritarismo e ao uso e abuso da força desproporcionada pelos regimes ditatoriais, para o objecto da nossa investigação interessa, igualmente, evidenciar a paz activa, teoria desenvolvida, em especial a partir dos ensinamentos de Johan Galtung⁴² sobre a «paz positiva», por um grupo de investigadores do John Woolman College of Active Peace dos EUA. Segundo essa teoria, a paz faz parte de uma tríade, que inclui, também, a justiça⁴³ e a totalidade (ou bem-estar). Para além disso, postula cinco estágios de desenvolvimento interrelacional aplicáveis a indivíduos, a comunidades e a sociedades, sucessivamente: a aquiescência; o pacifismo; a resistência passiva; a resistência activa; e finalmente, a paz activa, dedicando-se esta à pacificação, à manutenção e/ou construção da paz.

⁴² Relativamente ao pensamento de Johan Galtung sobre a paz positiva é relevante o trabalho de Pureza, José Manuel, *O desafio crítico dos estudos para a paz*, Relações Internacionais n.º 32, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais, 2011.

⁴³ Wilmerding, John, *Justice as Active Peace*, *Complementary Justice Review*, Journal of the Justice Studies, vol 15, Issue 2, Junho 2012, consultado em http://www.internationalpeaceandconflict.org/form/topics/john-woolman-college-of-active-peace?xg_source=activity (Acesso em 20 de Fevereiro de 2013).

Do referido sobre as formas de materialização da paz, surgem indícios fortes que os seus interesses estruturantes devem ser traduzidos em indicadores compostos por várias variáveis (indicadores sintéticos), que ajudam a explicar, quantitativamente, de forma necessariamente agregada e empírica, os conceitos sociais genéricos e abstractos, informando sobre a correspondente realidade social, para efeitos de operacionalização e avaliação de programas e de políticas públicas. Mas, para isso, temos de aprofundar, em especial, o conceito de paz social, sua perturbação e factores de potenciação.

2.3 Paz social

2.3.1. Conceito

A paz social nem sempre foi vista como uma situação positiva e boa. Bastará recordar o comportamento dos vikings, que baseavam o seu desenvolvimento na pilhagem das comunidades vizinhas, pelo que exaltavam os ânimos dos guerreiros e as suas virtudes. Também, os portugueses impuseram as regras do acesso a recursos estratégicos para a sua economia (como cereais, ouro, especiarias e escravos), pelo uso da força militar, como acontece ainda hoje com as grandes potências.

Em termos gerais, e situando a nossa análise ao plano da política e do direito internacional, pode afirmar-se que a paz consiste na relação mútua vivida por aqueles que não estão numa situação de guerra. Trata-se, nestes casos, de uma situação onde são mantidas relações pacíficas entre comunidades de indivíduos.

No plano pessoal, a paz designa um estado de espírito isento de ira, de desconfiança e, de um modo geral, dos sentimentos negativos, e apresenta-se como algo que todos podem vivenciar. Assim, a paz é desejada por cada pessoa para si própria e, eventualmente, para os outros, ao ponto de se tornar numa saudação interpessoal (que a paz esteja contigo) e num objectivo de vida (vive em paz), representado pela pomba e pela bandeira branca.

Porém, é fundamental ter consciência que a paz, em qualquer dos planos de análise referidos, no essencial, está muito ligada à tolerância pelas diferenças e ao respeito pelos direitos das pessoas, sobretudo dos menos favorecidos que, no essencial, são duas linhas de acção para a paz social. Ora, neste contexto, Jung Mo Sung e Josué Cândido da Silva, na obra «Conversando sobre ética e sociedade»⁴⁴, preconizam que uma linha de acção solidária é,

⁴⁴ Sung, Jung Mo e Silva, Josué Cândido da, *Conversando sobre ética e sociedade*, Rio de Janeiro, Ed. Petrópolis, 2009.

necessariamente, uma acção colectiva, que se expressa, actualmente, nos movimentos sociais em defesa dos mais fracos, nomeadamente, o movimento pelos direitos humanos, ecológicos, das mulheres, dos índios, do combate à fome e de tantos outros que se baseiam numa nova ética social, a ética solidária, factor determinante da paz social. Neste sentido, não faz sentido prosseguir com a retórica de colocar a culpa e de esperar que a solução de todos os problemas da sociedade esteja apenas a cargo do Governo.

Como proposto pela UNESCO, no plano pessoal, é essencial desenvolver a consciência de que, cada um de nós, é cidadão e, por isso, tem o compromisso para com a comunidade onde está inserido, de contribuir para a resolução dos problemas colectivos. Nestas circunstâncias, quando um cidadão vandaliza telefones públicos, escreve nos muros das escolas públicas, destrói autocarros públicos, com o sentimento de que o bem público é daquele que exerce o Governo, contraria os deveres de cidadania.

Passando agora ao plano internacional, também está na perspectiva aristotélica de cidadania o que menciona Adriano Moreira, quando, referindo-se ao bem comum, afirma que «o interesse de uma comunidade de Estados é o bem comum que primeiro os determina»⁴⁵. Por isso, entre Estados com interesses comuns, todo o acto de guerra ou outro, direccionado a qualquer deles, para além de ser dirigido a si, também o é para os demais membros da comunidade. Gera-se, assim, uma ética solidária entre os Estados com interesses comuns, muitas vezes originadoras de alianças que criam oportunidades de contribuir para o bem comum, linha de acção que é a base da paz social dos seus membros. A NATO e a UE são dois exemplos claros destas circunstâncias.

Abrangendo os planos pessoal e internacional, Giovanna Leal Borges refere que «Não basta trabalhar em benefícios da própria família, mas estender os horizontes solidários para toda a Humanidade. A paz e a felicidade do mundo dependem de cada indivíduo e da maneira como ele actua na sociedade da qual participa»⁴⁶. Ora, neste contexto, e em todo o espectro abrangido entre os planos pessoal e internacional, parece essencial reflectir, de seguida, sobre as perturbações da paz social ligadas à violência escolar, ao crime violento, às disparidades económicas, social e cultural, à violência doméstica e ao desrespeito pelos princípios

⁴⁵ Moreira, Adriano, *A Europa em formação (a crise do atlântico)*, 4ª ed, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2004, p. 96.

⁴⁶ BORGES, Giovanna Leal, *Dinâmicas de grupo: crescimento e integração*, 9ª edição, Rio de Janeiro, Vozes, 2011, p. 26.

fundamentais do ser humano. Desta forma, parece-nos possível aprofundar eventuais linhas de acção para garantir a paz social.

2.3.2. Perturbações

Uma das perturbações da paz social mais comum e visível na sociedade angolana é a violência verificada nas nossas instituições de ensino. Sobre elas importa referir que são o reflexo directo daquilo que a sociedade angolana experimenta neste difícil período de reconstrução nacional. Porém, a violência escolar tem características próprias, que precisam ser estudadas e combatidas, senão corre-se o risco de as escolas e os professores se acomodarem, imaginando que nada podem fazer, enquanto a paz social não for estabelecida no mundo!

No quadro dos problemas que perturbam a paz social nas escolas, os diversos públicos de interesse têm o hábito de buscar um tipo de culpado, para sobre ele focalizarem todas as razões, isentando-se, assim, de qualquer responsabilidade. Por isso, como refere Rosângela Corrêa sobre a realidade brasileira, enquanto a escola acusar os pais, estes culparem os meios de comunicação social, estes condenarem o Governo, e este amaldiçoar o crime organizado, perdemos preciosas oportunidades de fomentar a paz nas mentes e nos corações das crianças e dos adolescentes que frequentam as nossas escolas⁴⁷.

Nunca é demais relembrar que a missão da escola é educar para a vida e formar cidadãos, e que a consecução destes dois desideratos só é possível, na medida em que forem implementadas linhas de acção destinadas a criar espaços, oportunidades, projectos e actividades, através dos quais os alunos aprendam a dialogar, a respeitar o outro, a negociar conflitos, a conviver com as diferenças, a trabalhar em grupo, a controlar os impulsos agressivos, dentre outras habilidades sociais que são indispensáveis para a vida adulta, sobretudo num país como Angola, saído de um longo conflito interno.

Neste contexto, parece igualmente importante referir que o crime violento, perpetrado por pessoas portadoras de armas de fogo, tem crescido cada vez mais e perturba a paz social em Angola. Por isso, é necessário impor um controlo muito rigoroso sobre quem pode usar a arma, onde e quando. Numa sociedade como a angolana, saída de uma longa guerra civil, que

⁴⁷ Corrêa, Rosângela Azevedo, *Cultura, educação para, sobre e na paz*, in *Cultura de Paz – Estratégias, Mapas e Bussulas*, Salvador, Edições INPAZ, 2003, p. 123.

se seguiu a um conflito pela independência nacional, o controlo das armas de fogo representa um novo estágio de desenvolvimento do país, essencial para se alcançar a paz social.

Porém, o ponto crucial deste imperativo de controlo de armas de fogo, encontra-se no facto de a sociedade angolana precisar de tomar consciência de que a segurança não depende apenas do Estado e das medidas legais ou acções coercivas sobre os infractores, que forem implementadas. É, também, uma responsabilidade colectiva, onde todos devem colaborar, cada um com o que for possível, buscando a paz social, pondo fim à criminalidade em geral e à violência em particular. Neste contexto, está claro, na sociedade angolana actual, que ficar à mercê do Estado e das suas iniciativas securitárias, não é suficiente para o fim da criminalidade violenta perturbadora da paz social. Por isso, uma sociedade como a nossa, não pode permanecer estática, diante de evidências sociais que contribuem para a sua ruína, decorrentes dos problemas de insegurança relacionados com a falta de controlo das armas. Deve insurgir-se, usando todos os recursos que possui e que podem ser a formação escolar, associada a projectos sociais, a organizações não-governamentais, a programas de assistência a necessitados, entre outros meios que estimulem a educação, o desporto, o lazer, a cidadania, essenciais para operacionalizar as linhas de acção que visem, entre outros aspectos, o respeito pela vida, a promoção dos direitos humanos e as liberdades fundamentais, a vida em comunidade, o desenvolvimento de mecanismos de inclusão social, e fazer valer os nossos direitos, reconhecendo os dos outros.

A paz social também pode ser muito perturbada pelas injustiças no equilíbrio económico, social e cultural entre os membros de uma sociedade.

A justiça, como interesse estruturante regulador de todos os comportamentos, promove a paz social, na medida que, quem a pratica, faz o que é correto em benefício próprio e também dos outros. Isto é, mantém-se dentro dos seus limites sem ser autoritário e valoriza os outros de acordo com seu esforço e dedicação⁴⁸. Por outras palavras, garante a articulação entre a dignificação humana e os direitos das pessoas, o que está associado a linhas de acção onde se fazem valer os nossos direitos, reconhecendo os dos outros e se compreende o pensar e o agir do outro.

Nestas circunstâncias, para se evitarem perturbações à paz social, a justiça também deve estar intimamente ligada a outros interesses estruturantes de natureza económica, social

⁴⁸ <http://www.emanarp.com.br/index.php/para-refletir/96-justics-paz-social-e-religiosa>. (Acesso em 17 de Fevereiro de 2013).

e cultural de todos os povos. Com efeito e, como referiu Paulo VI, em 1967, na encíclica *Populorum Progressio*, «as excessivas disparidades económicas, sociais e culturais provocam, entre os povos, tensões e discórdias, e põem em perigo a paz ... Combater a miséria e lutar contra a injustiça, é promover não só o bem-estar mas também o progresso humano e espiritual de todos e, portanto, o bem comum da humanidade. A paz não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio sempre precário das forças. Constrói-se, dia a dia, na busca de uma ordem querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre os homens»⁴⁹.

Assim sendo, poderemos afirmar que a paz social se constrói com interesses estruturantes como a justiça mas, também, com os valores, com a equidade, com a inclusão e com a tolerância, que permitem implementar linhas de acção destinadas a: a garantir o equilíbrio na maneira de pensar e de agir sem prejudicar os outros; trabalhar pela igualdade de direitos entre os cidadãos; respeitar as diferenças; compensar honestamente o que é devido ao outro; rejeitar os preconceitos e os fanatismos; tratar todos com equidade; reconhecer que, apesar das diferenças sociais, étnicas e religiosas, deve ser perseguido o objetivo comum do bem-estar de todos os cidadãos.

À medida que o ritmo da vida se acelera e as referências dessa vida se desvanecem, a verdadeira paz social é aquela que se instala no coração e na mente dos indivíduos e se estrutura num dos pilares fundamentais da sociedade: a família. O número continuamente crescente de toxicodependentes, associado a um apetite insaciável pelas coisas materiais e por estatuto social, são dois testemunhos claros da miséria espiritual em que está a ser mergulhada a nossa sociedade, e que leva, por exemplo, multidões de adeptos fanáticos a seguirem os eventos desportivos e de entretenimento, como formas de fugir da realidade. Porém, quando os problemas sociais são ignorados, ou não são adequadamente enfrentados, multiplicam-se, podendo, até, afectar o esteio mais relevante de uma sociedade, como é a família. Por isso, os casamentos estão a dissolver-se e as famílias a desintegrar-se, incutindo na nossa sociedade um sofrimento emocional muito elevado⁵⁰, que, por gerar crescentes níveis de violência nas famílias, põe em causa a paz social.

⁴⁹ Encíclica *Populorum Progressio* de Sua Santidade o Papa Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos, parág. 76, 1967. Analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122417371489sEDOfo7Tg77TI9.pdf (Acesso em 11 de Janeiro de 2015).

⁵⁰ Riffe, Ron, *Paz e Tranquilidade*, São Paulo, E. P. N., 2007, consultado em <http://www.espada.eti.br/p246.asp>. (Acesso em 17 de Março de 2015).

Como linha de acção contra esta perturbação, o Governo de Angola promulgou a lei contra a violência doméstica, considerada, pelos especialistas, como um dos mais importantes instrumentos jurídicos em vigor na ordem jurídica angolana, para a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, sobretudo das mulheres. Dois aspectos que se consideram positivos desta lei, são a função preventiva da violência e a responsabilidade conferida ao Estado para criar instituições que possam prevenir conflitos que colocam em risco a estabilidade das famílias.

Sobre esta lei, conforme referiu o Provedor de Justiça, Paulo Tjiplica, em entrevista ao *Jornal de Angola*, «O Estado tomou medidas ao nível do poder legislativo e executivo, para termos uma sociedade onde impera a paz social. Proteger a família é assegurar a sua convivência na sociedade. Proteger a família implica também uma particular atenção à defesa dos direitos humanos e ao respeito pela dignidade da pessoa humana»⁵¹. Mais adiante, na mesma entrevista, o Provedor de Justiça refere que «os direitos humanos devem começar a ser respeitados a partir das nossas casas, no local do trabalho e nas comunidades para alcançarmos a dignidade»⁵². De uma forma geral, considera que, com este instrumento jurídico, se protege não só a mulher, mas a família angolana, tendo em vista uma diminuição das convulsões sociais, que muitas vezes põem em causa a paz social no país, na medida em que todo homem, causador de conflito na sociedade, é proveniente de uma família. Daí que faça pleno sentido o seu pensamento de que «cuidar da família é cuidar da sociedade»⁵³, como ideia paradigmática e linha de acção estruturante para a contenção de uma das principais fontes de perturbação da paz social.

Por fim, importa referir que as perturbações da paz social também estão ligadas às violações do princípio fundamental da solidariedade moral, intelectual e material da Humanidade. Neste contexto, importa atender ao que postula a UNESCO, organização que tem como missão primordial a construção da paz a nível mundial. O preâmbulo da sua Constituição refere: «Que uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é na mente dos homens que devem ser construídas as defesas da paz»⁵⁴. Acrescenta, também, que «O propósito da Organização é contribuir para a paz e para a segurança, promovendo a

⁵¹ Tjiplica, Paulo, *Jornal de Angola*, online. Consultado em <http://jornaldeangola.sapo.ao>. (Acesso em 14 de Dezembro de 2012).

⁵² Ibid.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, BR/2002/PI/H/12. Prólogo. Disponível em unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf, consultado em 10 de Fevereiro de 2015.

colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura, para favorecer o respeito universal pela justiça, ao estado de direito, e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, que são afirmados aos povos do mundo»⁵⁵.

A doutrina subjacente ao propósito da UNESCO encontra-se fundada numa análise profunda e rigosa dos processos pelos quais a paz e a guerra podem ser alcançadas, e refere-se ao ideal democrático de que a paz baseada, exclusivamente, nos arranjos políticos e económicos dos governos, nunca é uma paz que assegura o apoio sincero, unânime e duradouro dos povos do mundo. Assim sendo, para que a paz social perdure, deve ser fundada sobre a solidariedade moral, intelectual e material da humanidade.

A consciencialização de que, a qualquer nível da sociedade, todos precisam de todos e de que, ao ser solidário, moralmente, intelectualmente e materialmente com o próximo, estaremos ajudando-nos a nós mesmos, tem que se tornar consensual, e não permanecer como uma excepção ou realidade distante, para que haja paz social. Ora, isso implica que, cada pessoa, tenha o discernimento necessário para perceber que o próximo precisa da nossa solidariedade, traduzida, como refere Elisabeth Wartchow, numa «série de serviços de carácter social e de segurança pública capazes de reduzir a violência e valorizar a cidadania. A ideia é levar o maior número de programas sociais do governo aos bairros e regiões mais vulneráveis à violência»⁵⁶. Estas ideias estão directamente ligadas a linhas de acção destinadas a ajudar no que o outro não consegue, a desenvolver mecanismos de inclusão social e a criar oportunidades para contribuir para o bem comum.

2.3.3. Factores de potenciação

Tendo debatido, brevemente, o conceito de paz social, enunciando algumas das causas das suas principais perturbações e deduzindo várias linhas de acção necessárias à sua preservação, afigura-se agora indispensável complementar esta revisão da literatura relevante para o tema, com a caracterização daqueles que nos parecem ser os principais indicadores sintéticos da paz social, nomeadamente: a promoção do emprego, do salário condigno e de condições sociais sustentáveis; a educação para a paz; o respeito pelos direitos humanos; a dignificação humana; a solidariedade voluntária; e a liberdade de expressão.

⁵⁵ Ibid., Artigo I.1.

⁵⁶ Wartchow, Elisabeth Susana, *Por uma cultura da Paz, a promoção da saúde e a prevenção da violência*, Brasília, Ministério da Saúde, 2009, p. 5.

Quanto ao emprego, do salário condigno e de condições sociais sustentáveis, parece possível a sua promoção pela redução das desigualdades económicas e sociais, pela erradicação da pobreza, pela garantia da segurança alimentar sustentável, pela justiça social, pelas soluções duradouras para os problemas da dívida, pela capacitação das mulheres, pelas medidas específicas para os grupos com necessidades especiais e pela sustentabilidade ambiental.

A educação para a paz pode ser consideravelmente incrementada através da revisão dos currículos de ensino, de forma a promoverem os valores, as atitudes e os comportamentos estruturantes de uma cultura de paz, onde se incluem a resolução pacífica dos conflitos, o diálogo, o consenso e a não-violência activa, que Mahatma Ghandi definiu como um movimento bem mais activo que os outros, e que não exige o uso das armas. Neste âmbito, considerou que a verdade e a não-violência activa são, talvez, as forças mais potentes de que o mundo dispõe.

O respeito pelos direitos humanos deve ser encarado como uma realidade intrínseca à pessoa humana, na medida em que, cada Homem, ao observar os direitos humanos, respeita, não somente os outros, mas também se respeita a si mesmo. Este fenómeno traduz uma ética de responsabilidade solidária, que significa colocar-se no lugar do próximo e que leva, quem a pratica, a indignar-se com as minorias que são excluídas da sociedade e a fazer algo para reverter a situação de vítima de, por exemplo, todos aqueles que sofrem de exclusão social.

A dignificação humana está intimamente ligada à igualdade de género e à vida em democracia. A garantia da igualdade de género é fomentada através da plena participação das mulheres no processo económico, social e político, da eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e da consecução de apoio e assistência às mulheres com necessidade. É conveniente que se entenda correctamente o conceito de igualdade de género preconizado, pois ele não deve ser confundido com a igualdade matemática. Na nossa concepção preconiza-se que a igualdade seja proporcional, isto é, cada um tenha o que lhe é devido!

A vida em democracia é um alicerce indispensável à manutenção da paz social, resultante: da adopção dos princípios e das práticas democráticas por todos os sectores da sociedade; de uma governança e administração transparente e responsável; do combate contra o crime organizado, a corrupção, o tráfico de drogas e pessoas, a lavagem de dinheiro e o terrorismo.

Para se potenciar a paz social, é indispensável transcender e superar os narcisismos, os egocentrismos e niilismos, adoptando uma postura de solidariedade voluntária entre todos os cidadãos. Desta forma, aprender com as diferenças, através do diálogo e da troca de informações, é um processo enriquecedor, porque ao deixarmos de ver as coisas sempre a partir do nosso ponto de vista, para nos colocarmos no ponto de vista dos outros, contribuímos para a resolução pacífica dos problemas sociais. Para isso, é necessário desarmar todas as mentes que ainda carregam consigo sentimentos de ódio, de inveja, de intolerância e de tudo aquilo que possa perigar a paz social.

A liberdade de expressão, que inclui como liberdades subsidiárias as liberdades de informação, comunicação, troca de informações e conhecimentos são indispensáveis para potenciar a paz social. Contudo, precisam ser tomadas algumas medidas para resolver a questão da violência nos meios de comunicação, incluindo as novas tecnologias de comunicação, bem como a promoção que fazem dos valores relativistas (particulares e subjectivistas) que estão a revelar-se demasiado funestos para a Humanidade no seu conjunto. É, por esta razão, que se aponta para a necessidade de se estabelecerem novos consensos em torno de valores que sirvam para fomentar a paz social no relacionamento inter-pessoal, e não comprometam o nosso futuro comum.

2.4 Tranquilidade Social

O termo tranquilidade social provém da língua latina, onde *tranquillate* significa o estado do que é estável ou constante, a situação de estabilidade moral ou psicológica, a calma, o sossego, a serenidade, ou a paz. A tranquilidade é concebida como um bem supremo de qualquer sociedade. Porém, se assim é, devemos interrogar-nos porque razão o Homem, nos seus relacionamentos e nos seus comportamentos, não adopta as atitudes que favorecem essa tranquilidade, bem distinta das perturbações horríveis, causadas pelos comportamentos socialmente disruptivos que, na maior parte das vezes, por se tornarem ameaçadoras para outros actores, desencadeiam conflitos internos e internacionais.

Os líderes sábios das sociedades civilizacionalmente avançadas, promotoras do emprego, do salário condigno e de condições sociais sustentáveis, da educação para a paz, do respeito pelos direitos humanos, da dignificação humana, da solidariedade voluntária e da liberdade de expressão, concebem o bem-estar dos seus concidadãos como um tecido contínuo, que nenhuma ocorrência, nenhum acidente pode romper. Por isso, em todo o tempo

e em todo o lugar, esses líderes procuram preservar a tranquilidade social nos seus países, evitando a sua dependência de factores externos, dos favores da fortuna, ou dos outros homens.

A tranquilidade social está dentro de cada país, pelo que, fazê-la vir de fora, seria expulsá-la da alma nacional, que é onde, de facto, ela nasce e se cultiva. É certo que podem sempre surgir quaisquer ocorrências externas, que perturbem a tranquilidade social de um país civilizacionalmente avançado. Mas, ocorrências deste tipo, são de menor importância e não o atingem mais do que superficialmente. Por isso, é frequente assistir-se, nas sociedades civilizacionalmente avançadas, que os dias de grande agitação e mudança política, em que ocorrem eleições gerais, são dias de uma enorme tranquilidade, porque a afluência às urnas é pacífica e ordeira, as autoridades policiais são apenas vistas junto das assembleias de voto, e os fluxos de trânsito são semelhantes aos dos fim-de-semana e do período de férias.

2.5 Relação entre a paz social e a tranquilidade social

Num texto intitulado «Paz e tranquilidade sociais», Chez Ludgero afirma «Por mim, prevenir sempre foi melhor - e muito mais barato - do que remediar. No nosso caso, muito melhor que reprimir»⁵⁷. Neste texto, referindo-se à comunidade cabo-verdiana, o autor, como medidas pré cautelares para manter a paz e a tranquilidade sociais, advoga a necessidade de políticas sociais, económicas, fiscais, bem como de projectos e programas que integram linhas de acção para a promoção da qualidade de vida, para a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento, para o reforço da coesão social e para o incremento da auto-estima. Considera o referido autor que estes aspectos concorrem, directamente, para a manutenção da paz e da tranquilidade sociais, porque todo cidadão que encontra resposta para as suas necessidades básicas, em nenhum momento instigará um conflito que as ponha em risco.

Para a manutenção da paz e da tranquilidade sociais, o mesmo autor preconiza como determinante: uma maior justiça na redistribuição do rendimento; um nível de rendimento familiar que garanta a sua subsistência básica; uma urbanização planeada ao pormenor; a educação para a cidadania; uma maior democracia económica com oportunidades para os jovens; adequados níveis de justiça social. Caso estas condições não existam, como é comum

⁵⁷ LUDGERO, Chez, *Paz e tranquilidade sociais*, disponível em <http://ludgerocv.blogspot.com>. Acesso em 14 de Dezembro de 2012.

verificar-se nas sociedades dos países em desenvolvimento, podem ocorrer convulsões sociais graves, como as verificadas, por exemplo, em S. Paulo e no Rio de Janeiro, em 2013. Segundo o mesmo autor, para se evitar o descontrolo destas situações, devem ser efectuadas intervenções firmes e em tempo real do Estado, pelo exercício da autoridade resultante da aplicação da força pública que garanta a segurança e a liberdade dos cidadãos, pela reinstalação da paz e da preservação da tranquilidade sociais.

Ludgero chama ainda a atenção para o facto de a segurança com liberdade e a liberdade em segurança, sendo um direito, um desejo e uma ambição de todos, deverá ser, também, uma tarefa de todos, isto é dos cidadãos, das autoridades, das confissões religiosas, dos partidos políticos e da sociedade civil organizada. Neste contexto, destaca que a liberdade é um desafio particular para a polícia, porque é ela que, no imediato, tem de liderar o processo de instalação, de manutenção e de conservação de um sistema de segurança urbana, capaz de garantir a paz social e a tranquilidade social, condição *sine qua non* para que se possa manter viva a esperança de um futuro de progresso e bem-estar para os cidadãos⁵⁸. Nestas circunstâncias específicas, a tranquilidade social pode, também, ser entendida como tranquilidade pública, pelo facto de necessitar da presença activa da polícia. É, neste contexto, que a tranquilidade pública funciona, pois a acção preventiva da polícia leva à exclusão do seio da colectividade social, dos causadores da agitação, do desassossego.

No âmbito da análise às relações entre a paz social e a tranquilidade social, pensa-se que os tribunais têm, igualmente, uma função relevante. Em artigo de editorial publicado no “Jornal de Angola”, onde é debatido o mapa judicial do país, é referido que «O sector da Justiça tem dado indicações de que pretende criar condições para que haja mais dinamismo nos serviços que tem de prestar aos cidadãos. É sabido que a justiça constitui um dos principais fins do Estado, que institui órgãos necessários à prossecução da paz social. Angola é um Estado Democrático e de Direito que tem como fim a realização da Justiça. A paz social é um dos grandes objectivos de qualquer sociedade política organizada. E essa paz social é também garantida pelo exercício da função jurisdicional, traduzida na solução, pelos tribunais, dos conflitos de interesses»⁵⁹. Desta forma, o artigo evidencia que a aplicação do Direito à regulação da vida dos cidadãos concorre, directamente, para a paz e tranquilidade sociais, na medida em que reduz o número elevado de conflitos entre famílias. Preconiza o

⁵⁸ Ibid., ibidem.

⁵⁹ Editorial, *Jornal de Angola*, edição online, de 03 de Dezembro de 2012. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao>, p.1. (Acesso em 21 de Março de 2013).

artigo que, este facto, poderá contribuir para participar na implementação, pelo Governo, de tribunais em mais localidades, de forma a garantir o acesso dos cidadãos à justiça para dirimir os possíveis conflitos, evitando, assim, as perturbações da tranquilidade social na colectividade, resultantes de práticas de justiça anti-constitucionais. Neste âmbito, o artigo refere que a Constituição Angolana advoga que só os órgãos jurisdicionais têm a competência de fazer justiça nos termos da Constituição e da Lei. Afirma, ainda que, para ninguém fazer justiça por mãos próprias, é necessário que os tribunais cheguem onde há cidadãos, no sentido de, sempre que for necessário, recorrerem a eles.

CAPÍTULO II – ALGUMAS TEORIAS PACIFISTAS RELEVANTES

1. Evolução histórica dos projectos pacifistas

Chegados a este ponto é lícito colocar algumas interrogações sobre a utilidade da abordagem a algumas teorias pacifistas tomadas como referência, quando têm o seu objecto focalizado nas relações internacionais, visto que a nossa investigação se encontra direccionada para a realidade interna de Angola.

Essa utilidade pareceu-nos, logo de início, óbvia, na medida em que os padrões de comportamento dos Estados nas relações internacionais, não são mais do que o reflexo da maneira de pensar e de agir do Homem que integra a sua população e que têm repercussões externas e internas. Nestas circunstâncias, parece-nos lógico e correcto que as grandes referências teóricas para promover a paz no contexto internacional, poderão servir de orientação ao fomento da paz social e, consequentemente, à dedução dos seus factores estratégicos mais relevantes.

Tendo presente este raciocínio e, antes de abordarmos directamente a temática ligada às teorias pacifistas relevantes para o objecto da presente investigação, considerou-se conveniente fazer uma breve incursão sobre os seus antecedentes, nomeadamente os projectos pacifistas que, desde a antiguidade, foram apresentados.

Como destaca Adriano Moreira⁶⁰, entre os percursores dos projectos pacifistas europeus englobam-se os de: Pierre Dubois (1255-1321), conhecido por «*República Cristã*»; George Podiebrad (1420-1471), rei da Boémia designado por «*Congregatio Concordiae*»; Émeric Crucé (1590-1648), autor de «*Le Nouveau Cynée ou Discours d'État représentant des occasions et moyens d'établir une paix générale et la liberté de commerce par tout le monde*», aparecido em 1623, cujo objectivo era a paz universal.

Crucé desenvolveu a sua teoria pacifista na convicção de que as guerras, resultantes da incompreensão entre as nações e do domínio social pela classe militar, podiam ser reduzidas pelo comércio, pois este aproximava os povos. No essencial, essa teoria visava a constituição de um organismo internacional dedicado à manutenção da paz, onde se reuniriam os responsáveis políticos dos países, incluindo os países islâmicos, para resolver as suas disputas. Localizado em Veneza, funcionaria como um congresso de paz permanente.

⁶⁰ Ibid, ob. cit, p. 98.

Neste contexto, Crucé preconizou um sistema político internacional assente no comércio livre, com uma só moeda e os mesmos sistemas de pesos e de medidas. Também se preocupou com objectivos económicos e sociais, bem como com os gastos públicos.

Um outro projecto pacifista foi o do «*grand dessein*» atribuído ao Rei Henri IV, visando unificar a Europa sob o seu ceptro, e desenvolvido nas «*Mémoires des sages et royales economies d'Etat domestiques, politiques, et militaires de Henri le Grand*», escrito por Maximilieu de Béthune (1560-1641), duque de Sully. Este projecto, relativamente ao qual existem muitas dúvidas sobre se estaria fundamentado no pensamento do rei, tinha como propósito essencial a pacificação na Europa, e concebia a paz sob a direcção e predomínio da França⁶¹. É conveniente ressaltar algumas das propostas avançadas neste documento:

- Redução da Espanha ao território peninsular e o desmembramento da Áustria;
- A Europa estaria dividida em 15 Estados de poder equivalente, constituindo a *Christianissima Republica*, com três confissões: católicos, calvinistas e luteranos. Este facto conduziria os Turcos a abandonarem a Europa ou, forçosamente, a professarem uma destas confissões;
- Haveria um órgão de 40 membros, chamado de Cristianíssimo Conselho, que teria o poder de arbitrar todas as questões. Tal conselho teria uma sede móvel e disporia de um exército composto por cem mil infantes, vinte e cinco mil cavaleiros e cento e vinte canhões⁶²;

Por seu lado, os protestantes apresentaram, também, uma proposta de paz para a Europa, onde tem destaque especial William Penn (1644-1718), inspirando pelo pacifismo Quaker. Este projecto preconizou uma Europa federal, com uma Assembleia composta de 90 membros, representando o poder ponderado de cada Estado. O império teria 12 representantes, a Espanha 10, Portugal 3, e era defendida a manutenção do *status quo* territorial. No seu texto pode ler-se o seguinte: «pelas mesmas regras de justiça e prudência pelas quais os pais e os senhores governam as suas famílias, e os magistrados as suas cidades, e os Estados as repúblicas, e os príncipes e reis os seus principados e reinos, a Europa pode obter e preservar a paz entre as suas soberanias»⁶³.

Outra abordagem à volta da questão em análise foi apresentada por Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), na obra *Codex Juris Gentium Diplomaticus* (1693), onde fala de uma

⁶¹ Ibid., pp. 98-99.

⁶² Ibid., p. 99.

⁶³ Ibid., ibidem.

paz dos cemitérios, referindo-se à paz perpétua. A sua sugestão mais relevante para a paz refere-se ao governo europeu dirigido por um colégio universal, sob a autoridade simultânea do Papa e do Imperador. Ao imperador cabia um poder arbitral e cada Estado europeu teria uma missão⁶⁴. Como matemático, acreditava no poder do saber organizado, pelo que advogou a fundação das academias, que seriam as células de uma só Academia Europeia, ou federação internacional dos sábios⁶⁵.

Outro tratado de referência incontornável no âmbito dos projectos pacifistas foi escrito por Charles-Irénée Castel, conhecido por abade de Saint-Pierre (1658-1743), depois da paz de Utrecht⁶⁶ estabelecida em documento jurídico seminal da Europa. No seu «*Project*», texto que traduz uma Constituição referencial sobre a paz, o abade de Saint-Pierre aceita o *status quo* político e territorial. Contudo, propõe a constituição de uma Assembleia com poderes legislativos e judiciais, estabelece o princípio do voto ponderado em função da população dos Estados, mas prevê o agrupamento das pequenas potências, para terem um voto significativo. As decisões seriam tomadas por maioria, salvo em questões importantes, para as quais se exigiria a unanimidade. Os exércitos nacionais eram limitados a 6000 homens e, no caso de guerra, um generalíssimo comandaria um exército internacional europeu. Para além disso, o abade de Saint-Pierre condenou a diplomacia secreta e sustentou a supremacia do direito internacional⁶⁷.

Tendo em conta a pertinência deste projecto pacifista para o objecto da nossa investigação, vamos debruçar-nos sobre ele com um pouco mais de detalhe, tendo em vista evidenciar alguns dos seus aspectos mais importantes.

É sabido que não é o projecto pacifista mais antigo, mas foi aquele que maior destaque mereceu a nível das relações internacionais. Publicado em três volumes no ano de 1713, o projecto passou despercebido até à análise interpretativa feita por Jean-Jacques Rousseau em 1761, num resumo de 40 páginas intitulado «*Extrait du Project de Paix Perpetuelle de Abbé de Saint-Pierre*».

⁶⁴ Ibid., p. 99-100.

⁶⁵ Ibid., p.100.

⁶⁶ Neste tratado de 1713, a Inglaterra e a Espanha diziam ter em vista «estabelecer a paz e a tranquilidade da cristandade por um justo equilíbrio de poder». Ibid., p. 97.

⁶⁷ Ibid., p. 100.

No essencial, o projecto pacifista do abade de Saint-Pierre propõe a construção da paz perpétua na Europa cristã⁶⁸, à época dilacerada por vários conflitos anteriores. O abade de Saint-Pierre, inapto para o serviço militar devido à sua fraqueza física, e tendo em conta a sua relação com o cristianismo, encontra, neste, a sua fonte de inspiração para a paz. Neste âmbito, percebe que a política e as normas jurídicas são bem mais importantes do que a moral. Para além disso, convence-se de que as leis, e somente elas, poderão garantir a segurança e a paz na Europa. Foram estes dois factos que o animaram para a elaboração do Projecto de paz perpétua.

Ricardo Seitenfus considera que o projecto pacifista do abade de Saint-Pierre se justificou no seu tempo e ocupa hoje um espaço próprio na história do pensamento político internacional, por dois aspectos fundamentais⁶⁹.

Em primeiro lugar, a sua filiação à corrente *pan-europeia*, que tenta encontrar instrumentos, inclusive institucionais, para pôr um termo às constantes guerras continentais. Esse projecto insere-se num movimento intelectual europeu já anteriormente referido, e que possui os seus principais expoentes na «*República Cristã*» de Pierre Dubois (século XIV), no «*Congregatio Concordiae*» do rei da Boémia, George Podiebrad (século XV), nas «*Royalles economies*» do duque de Sully (século XVII), no «*Discours des occasions et moyens*» de Emeric Crucé (século XVII), nas ideias de «*Federação Europeia*» propostas por Leibniz (no final do século XVII) e, finalmente, nos trabalhos de William Penn, que sugere a conclusão de um tratado perpétuo entre os soberanos europeus (1693). Todavia, foi com o «*Projecto*» do abade de Saint-Pierre que a ideia *pan-europeia* surgiu, pela primeira vez, de maneira sistémica⁷⁰.

O segundo aspecto fundamental do «*Projecto*», evidenciado por Seitenfus, relaciona-se com a sua problemática pacifista, relativamente à qual o desafio de Saint-Pierre consiste em «apresentar uma sociedade europeia como sendo a única garantia de paz perpétua nos Estados dos príncipes cristãos como fora deles». Neste contexto, embora Saint-Pierre seja um clérigo, como nota o mesmo autor, a sua motivação «decorre mais da inquietação com o

⁶⁸ Composta por França, Espanha, Inglaterra, Holanda, Portugal, Suíça e Associados, Florença e Associados, Génova e Associados, Estado Eclesiástico, Veneza, Savoia, Lorena, Dinamarca Curlândia com Dantzic, etc., o Imperador e o Império, Polónia, Suécia e, finalmente, Moscóvia.

⁶⁹ Seitenfus, Ricardo, «O Abade de Saint-Pierre: os fundamentos das instituições internacionais», prefácio a Saint-Pierre, Abbé, *Projecto para tornar perpétua, a Paz na Europa*, São Paulo, Editora Universidade de Brasília, 2003, p. XXIV.

⁷⁰ <http://pt.scribd.com/doc/36147859/Projeto-Paz-Perpetua-Na-Europa-St-Pierre>. (Acesso em 17 de Março de 2013).

equilíbrio de poder europeu e menos de considerações religiosas. Preocupado com a necessidade de manter o *status quo* territorial na Europa, propõe, de maneira precursora, uma Santa Aliança entre os estados cristãos. Como se vê, a sua proposta distingue-se da percepção de kantiana, já que esta defende a paz entre os povos através da transparência dos tratados internacionais, objectivando colocar um termo às cláusulas secretas, e apoiando o incremento das relações económicas, sobretudo comerciais. Contudo, a realidade que prevalece na Europa, em especial a partir da Revolução Francesa, é marcada por constantes e sangrentas guerras civis e ideológicas. Para Saint-Pierre, o espírito belicoso vincular-se-á à autocracia monárquica, sobretudo de Luís XIV, que manifesta desenfreada ambição e pratica guerras de conquista, colocando a fogo e sangue, a Europa»⁷¹.

O texto da Paz Perpétua é redigido em forma de artigos. O seu núcleo central é composto por cinco artigos fundamentais, cujo conteúdo relevante se resume de seguida, com base no trabalho, já citado, de Ricardo Seitenfus.

No artigo 1º, o «*Projecto*» considera que os signatários alcançariam uma aliança perpétua, que propiciaria, a eles e a seus sucessores, uma absoluta e total segurança «contra as grandes desgraças das guerras estrangeiras e as grandes desgraças das guerras civis». Haveria uma garantia mútua, que hoje seria designada por segurança colectiva, que protegeria os Estados, os seus bens e as suas pessoas, e asseguraria a completa herança do seu poder, ou seja, o respeito aos direitos hereditários. Para além disso, haveria uma substancial diminuição das despesas públicas, decorrente da economia com o armamento e, por conseguinte, um aumento efectivo da renda nacional. As leis e os regulamentos internos beneficiariam de mudanças positivas, enquanto os tratados em vigor seriam respeitados, bem como as linhas de fronteira.

Refere Seitenfus⁷² que o aspecto mais marcante deste primeiro artigo, se relaciona com a preocupação de Saint-Pierre em manter o *status quo* nas relações de poder entre os Estados cristãos e no interior destes. A conquista da paz representa, para ele, uma clara renúncia ao estado de natureza, já que, os signatários do «*Projecto*» extraem-se deste estado primário das relações internacionais, para ingressarem num estado social. Nestas circunstâncias, o princípio das nacionalidades, que fundamenta o direito internacional moderno, não encontra sustentação no «*Projecto*», embora aceite a existência de Estados artificiais e a manifestação do poder de dominação nacional que marca a Europa. Para o

⁷¹ Ibid, pp. XXVI e XXVII.

⁷² Ibid, p. XXVIII.

abade de Saint-Pierre, o traçado artificial e injusto das fronteiras europeias, que privilegia os principais Estados, constitui um dado objectivo e incontornável da realidade internacional. Nesse sentido, a conjuntura geográfica e política, decorre de uma evolução histórica que não pode ser desconhecida, muito menos enfrentada. Por outro lado, a manutenção do *status quo* interno, decorrente da aplicação do princípio da segurança colectiva nos casos de guerra civil, constitui uma afronta ao princípio de auto-organização dos povos. O abade de Saint-Pierre não coloca em questão a legitimidade do poder soberano, mesmo quando este utiliza instrumentos arbitrários e ditatoriais para oprimir os seus súbditos. Nestas circunstâncias, o mau exercício do poder poderá eternizar-se, pois, além de sua própria força, poderá contar com o beneplácito colectivo, decorrente da possibilidade de criação de uma liga dos soberanos, destinada a actuar contra os seus povos.

No artigo 2º, e continuando a seguir de perto o trabalho de Seitenfus⁷³, o «*Projecto*» considera que os signatários contribuem, individualmente, segundo suas possibilidades, para o financiamento dos custos colectivos da aliança. As contribuições para a segurança e as despesas comuns, constituem «a alimentação quotidiana e perpétua do corpo político da Europa». Neste âmbito, o abade de Siant-Pierre considera que todos os Estados deverão arcar com o financiamento da segurança colectiva, já que todos encontram nesta os seus interesses maiores. Para isso, os custos seriam repartidos proporcionalmente às riquezas de cada um dos soberanos. O actual modo de financiamento da maioria das organizações internacionais obedece a este preceito, já que a contribuição de cada Estado membro é calculada de forma proporcional ao seu produto nacional. Nestas circunstâncias, o financiamento da paz é, preferencialmente, da responsabilidade dos Estados mais desenvolvidos, isto é, das grandes potências. Os Estados menos desenvolvidos colaboram no financiamento do funcionamento normal da instituição e nos projectos de retorno imediato, normalmente ligados a questões vinculadas ao progresso económico e social dos seus membros. A presidência do órgão colectivo é prevista de forma alternada, fazendo com que cada Estado membro a exerça durante um certo período, como acontece, por exemplo, na União Europeia.

Sobre o artigo 3º do «*Projecto*» Seitenfus⁷⁴ afirma que os signatários comprometem-se a não usar meios bélicos para resolver os seus litígios presentes e futuros, e aceitam, em qualquer situação, a mediação e a arbitragem dos aliados. Desta forma clarividente, a renúncia às armas proposta pelo abade de Saint-Pierre, é acompanhada pela indispensável

⁷³ Ibid., pp. XXIX e XXX.

⁷⁴ Ibid., pp. XXX a XXXII.

existência de instrumentos de mediação ou arbitragem, pois não basta criar uma situação de paz de facto. É necessário estabelecer soluções pacíficas dos litígios, que venham substituir a tradicional utilização da força. Assim, a conciliação, através da arbitragem e da mediação, é realizada pelos pares, no âmbito de uma assembleia geral.

Neste contexto, e nos dias de hoje, podemos encontrar materializadas as propostas do «*Projecto*», em muitos documentos de organizações internacionais e regionais. Destes, destacam-se, por exemplo, o artigo 15º do Pacto da Liga das Nações, que estipula a obrigatoriedade de submissão à autoridade do Conselho, de um litígio não resolvido por meios pacíficos entre os Estados membros. A Carta da Organização das Nações Unidas indica, nos capítulos VI e VII (a partir do artigo 33º), o papel fundamental desempenhado pelo Conselho de Segurança na prevenção e solução dos litígios internacionais. Caso o litígio não encontre solução através dos meios pacíficos, o «*Projecto*» propõe que seja submetido a um julgamento. Refere Seitenfus que «essa jurisdição obrigatória para os Estados membros, aproxima-se do modelo estatal contemporâneo e transcende o *princípio da cláusula facultativa de jurisdição obrigatória* do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça (art. 36º)». Acrescenta o mesmo autor que a actual fragilidade de jurisdição e de competência deste tribunal, contrapõe-se aos terríveis desafios das relações internacionais contemporâneas. Por isso, pode afirmar-se que o princípio da não-intervenção nos assuntos internos dos Estados, que constituem o seu domínio reservado, consagrado pelo Direito dos Tratados e pelas Cartas constitutivas das organizações internacionais contemporâneas, não encontra sustentação na argumentação do abade de Saint-Pierre. Para ele, a distinção entre guerra civil e internacional não é pertinente, pois ambas atentam contra a ordem monárquica e contra os direitos fundamentais dos Homens. Portanto, devem ser combatidas com a mesma intensidade, impondo a paz, mesmo que seja contra a vontade dos beligerantes. Nestas circunstâncias, tanto as guerras na ex-Jugoslávia, como os conflitos africanos, são exemplos de como o Conselho de Segurança das Nações Unidas se inspirou nos preceitos do abade de Saint-Pierre.

Sobre o artigo 4º do «*Projecto*», Seitenfus⁷⁵ refere que o abade de Saint-Pierre considera que todo e qualquer signatário da aliança que atentasse a sua solidez seria objecto de acções colectivas. Neste âmbito, incluíam-se os Estados signatários que, «recusam executar os julgamentos e as soluções indicadas pela grande aliança, negociam tratados contrários e preparam-se para a guerra». As medidas colectivas seriam levadas a cabo por

⁷⁵ Ibid., p. XXXII.

uma verdadeira polícia europeia, preconizada pelo abade de Saint-Pierre através de um curioso raciocínio. Segundo ele, a dissuasão representada pela existência dessa polícia, agirá segundo um medo saudável, que aproxima das crianças os Estados, que necessitam ter como perspectiva «uma certa punição, próxima e suficiente», para que sejam capazes de ouvir a voz de seus próprios interesses!

Quanto ao artigo 5º do «*Projecto*», Seitenfus⁷⁶ afirma que o abade de Saint-Pierre considera que outros artigos suplementares se poderiam adicionar aos actuais, seguindo negociações diplomáticas realizadas pelos plenipotenciários dos Estados membros. Contudo, o seu alcance jamais poderia modificar o conteúdo destes cinco artigos fundamentais. Desta forma, o abade de Saint-Pierre indica que concebe o seu *Projecto* como sendo uma verdadeira "constituição europeia", relativamente à qual os Estados podem, apenas, proceder à regulamentação dos dispositivos propostos e à sua complementação através de leis menores.

Os princípios propostos pelo abade de Saint-Pierre no seu «*Projecto*» chocam, frontalmente, com a percepção de poder dos Estados europeus, cujos responsáveis consideram, rapidamente, que o «*Projecto*» limitaria sua independência e desconhece os seus direitos soberanos. De salientar que foi apresentado num momento histórico determinado, pelo que só pode ser avaliado no seu contexto temporal. Nessa época, o abade de Saint-Pierre constata a grande miséria que os povos europeus sofriam, devido aos altos impostos, às incursões predatórias, aos incêndios, às violências, às crueldades e aos assassinatos, a que acresciam todos os males causados pelas guerras entre os soberanos da Europa. Por isso, resolveu penetrar nas complexidades desses problemas, indo até às suas razões primárias, para descobrir, pelas suas reflexões, se teriam ou não remédio, por estarem indissolivelmente ligados à natureza dos reinados e dos reinos. Foi, neste contexto, que apresentou o seu «*Projecto*», onde propôs meios práticos de resolver, sem guerra, as controvérsias futuras entre actores internacionais, tornando, assim, perpétua a paz. Fundamentou as suas propostas na evidente necessidade que todos os seres humanos têm, sejam soberanos ou simples cidadãos, de viver em paz, em permanente associação de propósitos para que possam viver mais felizes⁷⁷.

Foi, à luz desta constatação, que o abade de Saint-Pierre procurou demonstrar a inutilidade de os homens viverem em guerra, visto ser possível resolver qualquer conflito com base em tratados, que podiam estabelecer os limites dos territórios e regular outras

⁷⁶ Ibid., ibidem.

⁷⁷ Ibid., ibidem.

pretensões recíprocas, ou garantir alianças ofensivas e defensivas para estabelecer, manter ou restabelecer o equilíbrio de poder entre os actores dominantes.

Nestas circunstâncias, concorda-se com Seitenfus⁷⁸, quando este refere que o abade de Saint-Pierre é um *pan-europeísta* do século XVIII, que concebeu a sua missão como a de um simples ideólogo do bem colectivo, que buscou reformar o sistema político, contribuindo para o fim do absolutismo e do expansionismo monárquico. Contudo, o «*Projecto*» deve ser percebido, igualmente, como um instrumento para os soberanos manterem o seu poder intacto.

Durante todo o século XX os governos e as organizações que sustentaram a relevância do princípio da segurança colectiva desvalorizaram o «*Projecto*» do abade de Saint-Pierre. Contudo, recentemente, as relações internacionais evoluíram assustadoramente, e as organizações internacionais, sejam intercontinentais, continentais ou regionais, demonstram a actualidade do seu pensamento, sobretudo realçam o seu contributo para:

- Evidenciar a relevância do enquadramento moral e político dos Estados, mormente dos mais influentes, em parâmetros jurídicos que venham a proteger os mais fracos, concedendo maior previsibilidade às relações internacionais;
- A imposição de um mínimo de racionalidade às relações internacionais, por parte dos Estados, decorrente de um cálculo de custo-benefício da paz, que permite usufruir da tranquilidade e dos meios gastos com a guerra em benefício dos cidadãos.

Assim e, na decorrência do exposto, como notou Seitenfus, não surpreende o já referido reconhecimento de Kant à obra do abade de Saint-Pierre, pois este, para além de ter contribuído para o fortalecimento do movimento pacifista, que é um dos fenómenos transnacionais fundamentais da actualidade, inspirou a natureza e actividade das actuais organizações internacionais, e lançou as bases da lógica da argumentação que estrutura os modernos estudos sobre a retórica jurídica⁷⁹.

⁷⁸ *Ibdi.*, p. XXXIV.

⁷⁹ *Ibid.*, p. XXXV.

2. Duas teorias pacifistas de referência

As teorias pacifistas modernas surgiram na Europa no período pós iluminismo, e rejeitaram todos os argumentos utilizados para justificar qualquer espécie de guerra, mesmo as chamadas “guerras justas”, fundamentadas, por exemplo, entre os romanos, por violações dos domínios territoriais, da imunidade diplomática dos embaixadores na forma de ofensas corporais, e das obrigações decorrentes dos tratados, bem como pela ajuda de um inimigo, o desrespeito pelos lugares sagrados, e a recusa na entrega de indivíduos que houvessem cometido ofensas sérias.

As teorias pacifistas não admitem a morte do homem, sejam quais forem os motivos invocados, mesmo aqueles ligados à defesa dos interesses vitais do Estado, que implicam o emprego da força militar. É, nesta perspectiva, que Adriano Moreira afirma: «o pacifismo considera a guerra como prejudicial aos interesses do género humano, e combate o militarismo que, pelo contrário, concebe a guerra como função normal das sociedades humanas»⁸⁰.

Porém, os teóricos da guerra justa contrariam os teóricos pacifistas, afirmando que: «se alguém está prestes a matar-nos e nós nos recusarmos a actuar em auto defesa, o resultado será o de que o mal levará a melhor. Os bons, ao recusarem defender-se, morrem. Se alguém está em perigo eminente de ser morto, pode ser eticamente correcto matar em auto defesa»⁸¹.

Perante esta posição dos teóricos da guerra justa, uma questão pode, logicamente, ser levantada pelos partidários das teorias pacifistas: será que a via da auto defesa consiste, unicamente, em matar o adversário? Em resposta, os teóricos da guerra justa consideram que a moralidade das acções relaciona-se com capacidade de escolha que o Homem possui. Porém, esta capacidade varia de acordo com as condições de sobrevivência porque, quanto mais perigosas forem as ameaças, menor será o espaço para a escolha moral. Com efeito, diante do perigo iminente colocado por uma ameaça de morte, não se escolhe outra acção senão aquela que passa por eliminar o adversário.

Alfred Thayer Mahan, famoso estrategista americano defensor da guerra justa, advogou, no quadro da guerra com Espanha em 1898, que, «o Estado só deve fazer a guerra

⁸⁰ Ibid., ob. cit., p. 95.

⁸¹ Nye, Joseph S., *Compreender os Conflitos Internacionais, uma introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Gradiva, 2002, p. 29.

quando está convencido da justeza da sua causa, mas uma vez que comprometeu a sua consciência, não há outra alternativa para lá da guerra (nem mesmo a arbitragem) já que, os danos materiais da guerra ficam aquém dos danos morais decorrentes do compromisso com o mal»⁸².

Consideram os teóricos pacifistas que, partindo do pressuposto de que a guerra é feita por pessoas e, nela são usados meios para dizimar o inimigo, que é um ser vivo, e que o bom senso nos diz que a vida deve ser preservada sempre, é insensato considerar uma guerra de justa.

Os teóricos da guerra justa têm as suas razões. Contudo, a perspectiva pacifista é sempre de esgotar todas as possíveis soluções de diálogo, para se evitar o conflito, visto nele participarem inocentes que morrem, nomeadamente, crianças, mulheres e idosos. Nestas circunstâncias, à luz da razão, os pacifistas questionam-se sobre quem são os culpados da guerra, e consideram que, como morrem inocentes, não pode haver justeza numa guerra!

Dos nomes maiores da escola pacifista moderna, para efeitos do objecto da presente investigação, escolhemos as teorias de Jean Jaques Rousseau e de Immanuel Kant, que podemos, de forma muito simplificada, ligar a duas ideias fundamentais: a educação para a paz, o ideal da paz perpétua, com enorme relevância na formação do carácter das pessoas e na manutenção da paz social.

2.1 Jean Jaques Rousseau: a educação para a paz

Rousseau chama a atenção para a natureza pacífica do Homem e, principalmente, da criança. Este filósofo, tal como Coménio, é um dos pais do optimismo pedagógico, que caracteriza a Escola Nova. Esta, além de preconizar uma visão optimista das intenções e das potencialidades humanas, também indica uma das características principais que a paz deve ter: os educadores devem ensinar o conceito de paz universal.

Em Coménio a noção de paz vai incluir todos os seres humanos e significa a obediência e o respeito a uma lei universal, que regula as relações entre todos os povos do planeta. Para isso, defende a criação dos Guardiães da Paz, com a função de protegerem o bem-estar comum e prevenirem a guerra, preocupando-se com a paz, não somente de um país, mas em todo o mundo. Para esse propósito deveria ser estabelecida uma lei universal,

⁸² Apud Beede, Benjamin R. ed., *The War of 1898, and U.S. intervention, 1898-1934*, An Enciclopédia, s. l., Benjamin R. Beede, 1994, p. 295.

que servisse a toda a Humanidade: «Todo aquele que realmente não deseje toda a classe de bem-aventurança para a Humanidade inteira comete uma injustiça com toda ela... O mundo é nosso destino comum e único»⁸³.

Analisando a perda da piedade natural, que conduzia a relação entre os homens no estado de natureza, Rousseau, no discurso sobre a «*Origem da Desigualdade*», concluiu que ela está presente, unicamente, em «algumas grandes almas cosmopolitas capazes de transpor as barreiras imaginárias que separam aos povos e que, ao exemplo do Ser soberano que as criou, agasalham todo o género humano na sua benevolência»⁸⁴.

A ideia de paz adoptada pelos educadores da Escola Nova, evidentemente, exclui a distinção entre o interno e o externo e, ao mesmo tempo, a figura ameaçadora do inimigo. Aqui já não existe um inimigo externo, que impõe a unidade interna para a defesa da paz e da tranquilidade. O inimigo é a própria guerra que ameaça a todos. Como afirma Maria Montessori, uma das principais vozes dentro da Escola Nova: «a humanidade deve organizar-se, porque a fronteira mais débil – a fronteira que pode ceder em primeiro lugar e permitir ao inimigo, quer dizer a guerra, de entrar – não é o limite geográfico que separa dois países, mas o desejo dos homens e o isolamento dos indivíduos»⁸⁵.

A Escola Nova argumenta em favor de uma educação para a paz, com a compreensão da interdependência entre os povos e nações, e uma consequente educação universal, que permita a convivência tranquila e harmónica entre todos. Para isso, é importante desmascarar os processos educativos responsáveis pela deformação da natureza piedosa e pacífica do ser humano, que o levam a cometer barbaridades como as guerras.

Dito de outra forma, a educação deve ser universal e garantir a liberdade da criança. A sua universalidade refere-se, tanto à abrangência da educação (educar todos os seres humanos), como ao seu objectivo (a compreensão e a convivência internacional). Educar para a liberdade, por sua vez, significa permitir a expressão das boas e naturais qualidades humanas, e desenvolver o espírito crítico e a habilidade do contínuo questionamento.

⁸³ Almeida, Jane Soares de, «Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A Feminização do Magistério ao longo do século XX», em Saviari, Dermeval e outros, *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*, 2ª ed., s. l., Editora Autores Associados Lda, s. d., p. 64.

⁸⁴ Rousseau, Jean Jaques, *Discurso sobre a Origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, 5ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1991, p. 270.

⁸⁵ Montessori, Maria, *Educação e a Paz*, s. l., Papirus, s. l., p. 20.

2.2 Immanuel Kant: o ideal da paz perpétua

O pensamento kantiano de paz perpétua assenta num humanismo pacifista, cujas orientações estão em Erasmo de Rotterdam, com a sua ética, explicada no ensaio *Quaerela pacis* (Protesto da Paz), de 1517, e em Juan Luis Vives, através *De concordia et discordia in humano gerere e De pacificatione*, de 1529, com base nos quais já se haviam promovido diversos projectos de paz perpétua e de organização internacional, nomeadamente, a do rei da Boémia, George de Podiebrad, do Duque de Sully, bem como do abade de Saint-Pierre, de Emeric Crucé, e de William Penn e Rousseau.

O conceito de paz perpétua foi preconizado nos estados cristãos, com a finalidade de explorar a unidade religiosa, tendo em vista instituir a base da unidade política. Para isso, o pensamento kantiano tira partido do facto de haver uma religião verdadeira para todos os homens e todos os povos, para evidenciar que esta não é mais senão a razão moral, cujo interesse prioritário consiste na defesa da liberdade e dignidade do ser humano. Neste contexto, a sua proposta de paz perpétua visa mostrar, silogisticamente, aos monarcas cristãos, as vantagens de se criar uma Dieta europeia, como via para estabelecer a paz, a segurança e o equilíbrio no continente. Redige, para isso, uma Carta da União Europeia, enumerando uma série de princípios, como os de não-interferência nos assuntos internos dos Estados membros.

Porém, Kant também pensa que, seja qual for a forma de governo, não se pode permitir aos cidadãos manifestações violentas, porque, segundo ele, mais vale ter um Estado tirânico, do que não ter nenhum, porque foi destituído. Se isso ocorrer, o período de vazio de poder será aproveitado para pôr em perigo todos os direitos dos cidadãos, pela afirmação da anarquia. Nestas circunstâncias, para evitar a ausência de autoridade, não se pode permitir qualquer manifestação de violência. A este propósito, Kant afirma que: «Daí se depreende que toda a oposição ao poder legislativo supremo, toda a sedição para transformar em violência o descontentamento dos súbditos, toda a revolta que desemboca na rebelião, é num corpo comum o crime mais grave e mais punível, porque arruína o seu próprio fundamento. E esta proibição é incondicional, de tal modo que mesmo quando o poder ou o seu agente, o chefe do estado, violou o contrato originário e se destituiu assim, segundo a compreensão do

súbdito, do direito a ser legislador, porque autorizou o governo a proceder de modo violento (tirânico), não é todavia permitido ao súbdito resistir pela violência à violência»⁸⁶.

Verifica-se, assim que, de acordo com pensamento kantiano, não se pode resistir ao poder do Estado, seja qual for a sua natureza e origem: autocrático, aristocrático ou democrático. Para Kant, ao Estado deve-se obediência, desde o momento em que foi cedido o poder que confere legitimidade ao governante para elaborar as leis públicas.

Contudo, como refere Evans Pim, Kant pensa também na impossibilidade da consecução plena da paz perpétua, que considera uma ideia irrealizável, pois esta paz pleonástica seria um conceito de um estado perfeito, do que podemos (e devemos) aproximar-nos, ainda que não seja alcançado por completo⁸⁷.

É, neste contexto, que podemos dizer que o ideal kantiano foi materializado de forma palpável e existencial na Organização das Nações Unidas, no Tribunal Penal Internacional e em várias organizações de cooperação internacional e regional que visam acabar com a guerra, perfilhando o ideal de referência da paz perpétua.

Como comprova a actividade destas duas organizações internacionais inspiradas no pensamento de Kant, para que a paz perpétua se efective, pensamos que é necessário abandonar a mentalidade da guerra, convertendo o homem para a paz. Ora, isto significa, compreender que a corrida aos armamentos é, nela própria, um escândalo e uma agressão aos que sofrem de fome e de ignorância, devido às enormes somas afectas aos orçamentos de defesa. Todavia, essa tomada consciência passa pela educação, pela transformação da opinião pública, pelo reconhecimento dos direitos humanos, por renovar as escolas de valores, de tal modo que a não-violência seja mais considerada e mais desejada que os valores do poder militar ou da supremacia militar.

⁸⁶ Kant, Immanuel, *Sobre a expressão corrente: Isto pode ser correcto na teoria, mas nada vale na prática*, s. l. lusosofia:press, sd, descarregado de www.lusosofia.net, em 10 de agosto de 2014, p. 34.

⁸⁷ KANT, Immanuel, *A Paz perpétua*, Rianxo, Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, 2006, p. 13.

CAPÍTULO III – MODELO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA DA PAZ SOCIAL

1. Os factores estratégicos do modelo de análise

Conforme evidenciado pelos projectistas da paz e pelas teorias pacifistas relevantes, relativamente à paz, enquanto valor humano, não basta apenas conquistá-la, é necessário, sobretudo, mantê-la! Porém, este propósito não tem sido de fácil materialização. No essencial, e como evidenciou o abade de Saint-Pierre, esta incapacidade resulta de os meios usados para prevenir as disputas, serem, em si mesmo, inteiramente ineficazes⁸⁸.

Tendo presente esta ideia e, ciente de que em Angola há um longo caminho a percorrer, no sentido de se identificarem os factores estratégicos adequados à manutenção da paz social, procurámos aproveitar o esforço académico de elaboração desta dissertação, para, tendo em conta as exigências da nossa actividade profissional, contribuir para identificar quais os parâmetros mais adequados à concepção de um modelo de análise estratégica da paz social, aplicável ao nosso país, e que servissem para traçar um esboço de linhas de acção destinadas a manter a paz social.

Foi, por isso, que o nosso percurso metodológico se iniciou com a caracterização dos conceitos operacionais de estratégia e de paz, relevantes para a compreensão da problemática em investigação. Os conceitos adoptados resultaram de construções empíricas realizadas por diversos autores a partir de observações directas, ou de informações por eles recolhidas.

Depois, analisaram-se a evolução histórica dos projectos pacifistas e duas teorias pacifistas relevantes, focalizadas na educação para a paz e no ideal da paz perpétua. Como se evidenciou e esclareceu no Capítulo II, embora estas teorias não estejam centradas no objecto dos conflitos internos dos países, as suas principais propostas de paz pareceram-nos essenciais para deduzir os factores estratégicos mais adequados à concepção do modelo de análise estratégica da paz social. Nesse percurso metodológico, chegámos, agora, ao ponto onde identificámos como factores estratégicos as grandes tendências do ambiente social, que poderão ter uma média a elevada probabilidade de impacto na paz social: a cultura de paz; a relação de alteridade; a solidariedade; o diálogo; e a não-violência. Ora, são estes os factores estratégicos que dão corpo ao modelo de análise estratégica da paz social, e que usaremos no

⁸⁸ Saint-Pierre, Abbé, ob. cit., p. 17.

estudo de caso angolano apresentado no capítulo IV. Para isso, caracterizaremos, de seguida, o conteúdo de cada um destes factores estratégicos, tendo em vista identificar os interesses estruturantes e os indicadores sintéticos associados a cada um deles, conforme apresentado na Fig. 2. No entanto, antes disso importa perceber o seu relacionamento recíproco. Assim, a partir do conteúdo dos factores estratégicos, procede-se à identificação dos correspondentes interesses estruturantes, que consistem em preceitos primários que expressam uma ideia perene no tempo histórico, sobre os tipos de interesses humanos que fundamentam a paz social e que importa alcançar ou preservar.

Estes interesses são em número reduzido para cada factor estratégico e têm um carácter social genérico e abstracto, que reduz o interesse prático directo, embora não os torne nem triviais nem dogmáticos. A sua grande utilidade é para a formulação das linhas de acção da paz social, onde as respectivas valorizações podem ser muito distintas, alterando em cada situação, sendo combinadas de acordo com o julgamento individual e adaptadas às circunstâncias do momento. Embora o conhecimento destes interesses estruturantes não permita eliminar as incertezas acerca da elaboração das linhas de acção em cada situação, pelo menos permite perceber o que não se deve fazer, por induzir perturbações na paz social.

Todos os interesses estruturantes têm, como antes se referiu, um carácter social genérico e abstracto, que reduz o seu interesse prático directo à formulação das linhas de acção para alcançar a paz social, sem a necessária influência para orientar a sua operacionalização. Para isso, os interesses estruturantes devem ser traduzidos em indicadores sintéticos⁸⁹, que ajudam a explicar quantitativamente, de forma necessariamente agregada e empírica, os conceitos sociais genéricos e abstractos, informando sobre a correspondente realidade social, para efeitos de operacionalização e avaliação de programas e de políticas públicas.

A definição destes indicadores sintéticos deve ser feita de forma ampla, para:

- Possibilitar a aplicação do modelo a outros grupos sociais estratégicos angolanos;
- Permitir a comparação com outras realidades estrangeiras;
- Orientar as acções destinadas a resolver os problemas que podem afectar a paz social.

⁸⁹ Porque compostos por várias variáveis. Caso os indicadores fossem constituídos por apenas uma variável, seriam considerados analistas.

Para traduzir os interesses estruturantes em indicadores sintéticos é preciso um considerável esforço intelectual. É com total humildade académica que se reconhece que ainda há um longo caminho a percorrer, porque os apresentados no inquérito submetido aos grupos estratégicos, não passam de aproximações empíricas, que carecem de adequada e rigoroso aprofundamento e maturação, tarefas que exigem conhecimentos e tempo incompatíveis com a conclusão da presente investigação. A sua complexidade é tal, que se poderá inserir no âmbito de um trabalho de maior alcance académico.

2. Conteúdo dos factores estratégicos

2.1. A cultura de paz

Para que haja paz numa sociedade é conveniente abordá-la, não num sentido histórico, mas enquanto um bem que se deve alcançar e, sobretudo, manter por muitos anos. Ora, para isso é necessário conferir-lhe um carácter e uma dimensão cultural assimilada e perenizada na sociedade.

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu cultura da paz, em 1999, como sendo traduzida pelo «conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida de pessoas, grupos e nações baseados no respeito pleno à vida e na promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, na prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação, podendo ser uma estratégia política para a transformação da realidade social»⁹⁰.

Esta disposição torna bem evidente que não se pode pensar na cultura de paz sem considerar os preceitos fundamentais de vida do ser humano, tais como: a igualdade; os direitos humanos; a diversidade cultural; a justiça; a liberdade; a tolerância; o diálogo; a reconciliação; a solidariedade; o desenvolvimento; e a justiça social.

Estes preceitos fundamentais foram expressos pela antiga Directora Geral da UNESCO, Irina Bokova, ao afirmar «Tenho a convicção de que todos estamos naturalmente ligados por nossa condição de seres humanos. Temos todos os mesmos sonhos de prosperidade e felicidade. E todos sabemos muito bem que esses sonhos só se podem realizar em clima de paz. A diversidade cultural e o diálogo entre as culturas contribuem para o surgimento de um novo humanismo, onde se reconciliam o universal e o local, e mediante o

⁹⁰ Wartchow, Elisabeth Susana, ob. cit., p. 5.

qual reaprendemos a construir o mundo (...) Respeito aos direitos fundamentais, à dignidade de cada ser humano, à diversidade, a uma humanidade solidária e responsável (...), esta é a mensagem da UNESCO, cuja função consiste em dar um novo impulso à solidariedade, congregando e despertando consciências»⁹¹.

Os preceitos fundamentais de vida do ser humano são de tal forma relevantes e exigentes ao estabelecimento de uma cultura de paz, que devem envolver uma participação activa de todo e cada cidadão. Para o efeito, é necessário que, cada um de nós, no seu local de trabalho, os pratique e transmita. É uma responsabilidade de cidadania, porque se aos governos cabe estabelecer relações de paz, aos cidadãos impõe-se a cooperação na sua manutenção.

Como é evidente, a manutenção da paz também é uma preocupação central dos governos. Mas, é de tal forma exigente que, por si só, não conseguem alcançar tal desiderato. Para isso, necessitam da cooperação de todos os cidadãos, o que apenas é conseguido quando, numa sociedade, se cria uma cultura de paz.

O estabelecimento de relações de paz, pode ser uma empreitada longa, mas é sempre alcançável, como o exemplo angolano comprova. A grande questão que se coloca, consiste na manutenção da paz, porque esta exige condições mentais para que se perpetue. Neste contexto, a experiência de Angola no pós-guerra civil mostra que é muito mais fácil desarmar a população, que a mente dos cidadãos e dos seus líderes. Não constitui um trabalho de dias, nem de meses. Requer anos de muita educação, para que os cidadãos não olhem para o outro como um adversário a eliminar.

É, neste sentido, que, como refere Marlova J. Noleto, se pode afirmar que «A cultura de paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não violenta dos conflitos. É uma cultura baseada em tolerância e solidariedade, uma cultura que respeita todos os direitos individuais, que assegura e sustenta a liberdade de opinião e que se empenha em prevenir conflitos, resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não militares para a paz e para a segurança, como a exclusão, a pobreza extrema e a degradação ambiental.

⁹¹ Bokova, Irina, 85º Fórum Cultura de Paz – Uma década de visionários, consultado em comitepaz.org.br/index.php/850-forum/. (Acesso em 12 de Agosto de 2014).

A cultura de paz procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis»⁹².

É no contexto dos esforços para a manutenção da paz, que diversas organizações internacionais alertam certos Estados, realçando a necessidade dos seus governos respeitarem, por exemplo, os direitos humanos, as instituições democráticas e o estado de direito, bem como desenvolverem esforços para criarem uma sociedade mais justa e mais igualitária, em que os mais ricos possam ajudar os mais pobres, os mais inteligentes ensinem os menos dotados e, assim, construam uma sociedade onde possa reinar a paz.

Para a prevalência social da paz, também é essencial que a cultura de paz promova a diversidade em todas as dimensões da pessoa humana, nomeadamente, nos modos de vida, nos padrões de crença, nos valores e comportamentos, bem como nos correspondentes arranjos institucionais que promovem o respeito mútuo e o bem-estar, bem como uma igualdade, que inclui o reconhecimento das diferenças, a guarda responsável e a partilha justa dos recursos entre os membros dessa sociedade.

No entanto, importa notar que a cultura de paz não deve ser compreendida nem conotada com a ausência de conflitos, pois que, onde há seres humanos existem sempre disputas. O que releva da cultura de paz é a capacidade de resolvê-los de forma pacífica e justa.

Todos sabemos que, em qualquer sociedade e a todos os níveis, as divergências são sempre necessárias. Porém, estas devem estar ao serviço do desenvolvimento, da cooperação e nunca para provocar desunião. É possível colocar cada sociedade, assim como cada família e indivíduo, em algum ponto dessa sociedade, a depender de como lida com a maior parte de seus conflitos. Neste contexto, a cultura de paz deve ser compreendida de forma ampla, de modo a reconhecer-se que está directamente relacionada com a justiça e com o equilíbrio nas relações entre nações, entre classes económicas, entre seres humanos e meio-ambiente onde está inserido.

Foi, tendo presente estes imperativos, que Federico Mayor, ex-Director Geral da UNESCO, afirmou que «Não pode haver paz sustentável sem desenvolvimento sustentável. Não pode haver desenvolvimento sem educação ao longo da vida. Não pode haver desenvolvimento sem democracia, sem uma distribuição mais equitativa dos recursos, sem a

⁹² Noleto, Marlova Jovchelovitch, «A construção da cultura de paz: dez anos de história» em Diskin, Lia e Noleto, Marlova Jovchelovitch (coord.), *Cultura de paz: da reflexão à ação*, Brasília, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), 2010, pp. 11 e 12.

eliminação das disparidades que separam os países mais avançados daqueles menos desenvolvidos»⁹³.

Num outro documento das Nações Unidas de 2003, é referido que «a Cultura de Paz se constitui dos valores, atitudes e comportamentos que reflectem o respeito à vida, à pessoa humana e à sua dignidade, aos direitos humanos, entendidos em seu conjunto, interdependentes e indissociáveis. Viver numa cultura de paz significa repudiar todas as formas de violência, especialmente a cotidiana, e promover os princípios da liberdade, justiça, solidariedade e tolerância, bem como estimular a compreensão entre os povos e as pessoas»⁹⁴.

Do exposto, depreende-se que a construção da cultura de paz é um factor decisivo para, em qualquer sociedade, se compreender e enfrentar o fenómeno da violência social. Como interesses estruturantes adoptámos: os valores; as atitudes; as tradições; os comportamentos; e os estilos de vida. Estes interesses estruturantes foram traduzidos nos indicadores sintéticos da saúde, educação e habitação.

2.2. A relação de alteridade

A relação de alteridade remete-nos para relação de complementaridade que deve existir entre os Homens porque, como expressa Karl Jaspers «...todo e qualquer relacionamento autêntico entre dois “tus” tem de fundamentar-se na fé, na mútua confiança no outro»⁹⁵. O Homem, enquanto ser social, não vive sozinho, pois há sempre um outro que o interpela e que o apela, com o qual sente necessidade de ir ao encontro, pois que, cada Homem completa-se no outro. Esta visão integradora é mais completa e estabelece uma diferenciação clara nas relações entre os animais, que vivem, e os Homens, que vivem e convivem, o que significa viver com o outro, que é uma grande responsabilidade. Assim acontece, porque o Homem deve estar aberto aos outros e a vida deve ser partilhada, vendo no outro um reflexo de si, e não um inimigo.

⁹³ Apud Oliveira, Simone Barros de, *Desenvolvimento sustentável e cultura de paz no meio escolar: desafios para o serviço social*, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007, p. 24.

⁹⁴ UNESCO, 2003.

⁹⁵ Jaspers, Karl et al., *Introdução ao pensamento filosófico*, Edições Loyola, 8ª edição, São Paulo, Brasil, 2005, p. 139.

Martin Buber e E. Levinas insistiram no valor desta relação “eu-tu”, visando um “nós” transcendental, pois só nele se dá a superação das contingências e das limitações que são próprias do ser humano.

Esta concepção demonstra que o Homem, seja qual for a sua condição social e cultural, é chamado não só a viver, mas a viver junto. Por isso, é tão relevante ver no outro um reflexo de si, rejeitando considerações de que a pessoa com quem convivo, pode ser considerada um inimigo, isto é, aquele ser que ocupa o meu lugar, que subtrai o que é meu, e que me incomoda!

É preciso ter consciência que o mal só gera mal, pelo que, se todos pensassem que o mal se paga com o mal, então a espécie humana estaria em extinção. Já os antigos romanos diziam «*non hostis, sed hospes*», isto é, não hostiliza mas hospeda. Neste contexto, hospedar o outro pressupõe acolhê-lo e ter a consciência de que está comigo alguém do qual eu sou responsável, e não ver o outro como aquele que me serve ou satisfaz os meus interesses. Este aspecto é muito importante para a paz social, porque a relação entre os homens deve estabelecer-se no valor do outro, enquanto pessoa com dignidade, e não numa visão consumista e materialista de que o outro é um objecto de que me posso servir para alcançar os meus intentos.

Qualquer relação assente na visão consumista ou na redução do outro a uma coisa, como refere William Desmond, afecta «o respeito pelo valor intrínseco do outro»⁹⁶. Sobre esta matéria, Paulo Silva afirma que a pessoa humana tem valor e dignidade, pelo que não deve ser pensada como uma coisa: «A pessoa não pode ser tratada como meio para algum fim, sob pena de ser violada, em todas e quaisquer circunstâncias da sua existência, como na família, nas diversas profissões, nas instituições particulares e públicas no relacionamento entre homem e mulher, porque ela é um sujeito capaz de pensar e escolher os próprios fins. Ela, por direito natural, deve ser fim da acção»⁹⁷.

A concepção da pessoa como um outro e não como uma coisa, é essencial para estabelecer relações do tipo “Homem-Homem”, que assentam na necessidade da existência do outro, para que eu me torne pessoa e, nós, possamos relacionar-nos como pessoas, superando as contingências e as limitações daí decorrentes.

⁹⁶ Desmond, William, *A Filosofia e os seus outros modos do ser e do pensar*, São Paulo, Loyola, 2000, p. 323.

⁹⁷ Silva, Paulo César, *A Antropologia Personalista de Karol Wojtyła*, Aparecida, Ideias e Letras, 2005, pp. 128-129.

Dar campo para que a relação “Homem-Homem” se transforme em “Homem-coisa”, leva a que a pessoa possua valor na medida em que é útil. Ou é capaz de satisfazer as necessidades de alguém, desumaniza o Homem e o meio em que se encontra, dando origem a conflitos sociais. Por isso, toda a pessoa, na relação com a outra, deve ser valorizada na sua dignidade. Cada Homem deve ser visto como senhor de si mesmo, com a sua dignidade e auto-determinação, e não meio, mas acção direccionada para as coisas. Para isso, é necessário voltarmos a nossa atenção aos valores inerentes à pessoa e perceber a sua contribuição no meio no qual vive, para assim se poder chegar a uma relação “Homem-Homem” que seja verdadeiramente integral.

Do exposto, como interesses estruturantes adoptámos: a equidade; a confiança; o acolhimento; a abertura; e a partilha. Estes interesses estruturantes foram traduzidos nos indicadores sintéticos de emprego, do salário condigno e das condições sociais.

2.3. A solidariedade

Bernhard Haring e Valentino Salvoldi afirmam que «todos somos responsáveis por todos»⁹⁸, para evidenciar a importância da solidariedade. Porém, a operacionalização deste pensamento basilar e simples implica, por exemplo, diminuir o elevado índice de pobreza que se verifica no mundo, tarefa gigantesca que ultrapassa as capacidades e, sobretudo, a vontade de muitos homens.

A nossa consciência obriga-nos a ter sempre em conta o outro, porque ninguém é uma ilha, ninguém se basta a si mesmo, e todos precisamos uns dos outros. Nos nossos dias, a tendência dos governos é, cada vez mais, associarem-se em organizações internacionais. Esta tendência também se verifica individualmente a nível profissional, em áreas com interesses comuns, como são, por exemplo, as associações de trabalhadores ou de estudantes. Ao mesmo tempo, experimentamos a existência de focos de conflito, o aumento do número de refugiados, as desigualdades sociais e muitas crianças fora do sistema de ensino. Por isso, se, por um lado, se verifica o espírito de solidariedade, por outro, há permanentes reafirmações do espírito do poder.

A solidariedade pressupõe ir ao encontro do inimigo, declarando-lhe paz. É, de facto, um exercício difícil, mas não é impossível, sobretudo, se o diálogo for empregue no sentido

⁹⁸ Haring, Bernhard e Salvoldi, Valentino, *Tolerância por uma ética de solidariedade e paz*, São Paulo, Paulinas, 1995, p. 75.

de estabelecer um laço recíproco entre os seres humanos co-responsáveis uns pelos outros. O fundamento deste princípio de solidariedade é cada um ser co-responsável pelo bem de todo e qualquer ser humano⁹⁹.

Porém, solidarizar-se com alguém, não significa ajudar naquilo que ele pode, mas naquilo que não consegue. Neste contexto, cada pessoa, tendo em conta as suas capacidades materiais, morais ou intelectuais, deve participar na realização do bem comum. Para além disso, essas ajudas não devem ser concedidas com o espírito de minimizar, mas de fazer com que o ajudado se sinta dentro de uma órbita, cujo objectivo é o bem comum.

Neste contexto, a ajuda providenciada deve ser subsidiária, o que implica que, quem a concede, se coloque à disposição dos beneficiários, admitindo transformar-se e transformar os que se encontram ao seu redor, recorrendo ao superior, no caso de inadequação ou de incompetência no que diz respeito a questões muito importantes. Além disso, deve contribuir para que todos se coloquem em condição de dar o melhor de si mesmos, a fim de que todos possam sentir-se criativos e realizados na procura do bem comum¹⁰⁰. Neste contexto, cada um deve procurar ser cada vez mais humano, dilatando os horizontes na sua relação com os outros, corrigindo as atitudes e, assim, progredir para a perfeição, porque esta só será possível se todos concorrerem para o mesmo fim, isto é, se houver um espírito de ajuda e unidade entre as pessoas.

Sobre a relação da unidade entre as pessoas com a paz, em 1 de Janeiro de 1971 Paulo VI, na celebração do IV Dia Mundial da Paz, dirigindo-se ao mundo numa mensagem intitulada *Cada Homem é meu Irmão*, afirmou que «a paz, decididamente orientada rumo à unidade contribui, *de per se*, para o progresso moral da Humanidade. A unidade e a paz, quando a liberdade as une, são irmãs» (...). A paz (...) vale-se da rede cada vez mais densa das relações humanas: culturais, económicas, comerciais, desportivas e turísticas, é preciso viver juntos, e é bonito conhecer-se, estimar-se e ajudar-se. Está-se a formar, no mundo, uma solidariedade fundamental, que favorece a paz»¹⁰¹.

Ainda a propósito da relação da unidade entre as pessoas com a paz, dizia José Manuel Imbamba, que a Humanidade será humanizada, se os Homens construírem uma

⁹⁹ Ibid., p. 77.

¹⁰⁰ Ibid., p. 80.

¹⁰¹ Paulo VI, mensagem para celebração do IV Dia Mundial da Paz, 1 de janeiro de 1975, consultado em w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/messages/peace/documents/hf_j-vi_mes_19701114_iv_world_day_for_peace.html. (Acesso em 5 de Agosto de 2014).

sociedade inclusiva, onde todos participem: «trata-se duma sociedade inclusiva e não exclusiva, isto é, uma sociedade que desenvolve todos os valores, tendo em conta a justa hierarquia, que devem ajudar o Homem a ser cada vez mais Homem»¹⁰². Uma sociedade padronizada desta maneira, permitiria a cada Homem criar o seu próprio ser e viver em felicidade, porque as necessidades básicas estariam resolvidas.

Algumas pessoas podem pensar que a solidariedade é uma obrigação normativa. Todavia, ela nasce da necessidade humana de viver em sociedade, onde todos necessitamos uns dos outros. Por isso, no quadro da relação de unidade entre as pessoas para haver paz, esta não deve ser baseada, exclusivamente, nos arranjos políticos e económicos dos governos, porque não assegura o apoio sincero, unânime e duradouro dos povos do mundo. Como referem Diskin e Noleto, para que a paz perdure, deve ser fundada sobre a solidariedade moral e intelectual da humanidade”¹⁰³.

É, neste contexto, que em Angola se começa a perceber este espírito de solidariedade, facto que levou ao surgimento de organizações não-governamentais viradas a promoção da pessoa humana, dando dignidade à mesma, tendo em vista a manutenção da paz social.

Do exposto, como interesses estruturantes adoptámos: a vontade; a responsabilidade; a reciprocidade; a unidade; e a inclusão. Estes interesses estruturantes foram traduzidos nos indicadores sintéticos das organizações solidárias, dos recursos financeiros e das atitudes voluntárias.

2.4. O diálogo

O significado de diálogo, em abstracto, está relacionado com o entendimento, através da palavra, da conversação, do colóquio, da comunicação. Porém, no plano que importa ao objecto desta investigação, focalizada na paz social, o diálogo significa a discussão ou troca de ideias, de conceitos e de opiniões, tendo em vista construir e manter a paz social.

Com este propósito, é fundamental que o diálogo seja privilegiado por toda a comunidade humana e esteja presente em todas as instituições sociais, desde a escola, à família e à sociedade em geral, porque só ele derruba muralhas e constrói pontes entre as diversas mentalidades, idades, temperamentos. Para isso, o diálogo ajuda a descobrir, tanto o

¹⁰² Imbamba, José Manuel, ob. cit., p. 234.

¹⁰³ Diskin, Lia e Noleto, Marlova Jovchelovitch, ob. cit., p. 11.

positivo como o negativo, em nós e nos outros. Todavia, apesar da sua imperiosa necessidade, está cada vez menos em uso entre as diversas gerações, culturas e blocos, o que concorre para a desumanização da vida em sociedade, onde os conflitos proliferam apenas por falta de diálogo.

Neste contexto, Patrick Wilson, criador da série televisiva intitulada «A luta pela democracia», quando refere que «A democracia é comunicação: as pessoas conversando entre si sobre os seus problemas comuns e traçando um destino comum. Antes que as pessoas possam governar-se a si próprias, devem ser livres de se expressar»¹⁰⁴, está a enfatizar o valor do diálogo para a vida em sociedade democrática, onde a existência de ideias contrárias não deve ser considerada nenhum mal. Esse, consiste, exactamente, no facto dos homens não dialogarem sobre seus pontos de vista diferentes, o que os leva, por vezes, ao conflito irredentista. A contraposição de ideias, desde que objecto de diálogo, enriquece cada vez mais o homem e a própria sociedade. Com efeito, ao permitir encontrar soluções para os problemas comuns, é um factor de paz social.

Barros de Oliveira considera que «Dialogar é: ter a capacidade de amar, simpatizar e de sintonizar; respeitar e confiar no outro; ser autêntico; saber ouvir antes de falar; respeitar e não julgar; dar-se a conhecer; dizer a verdade na caridade; pôr-se na “pele” do outro; não impor mas propor o seu ponto de vista; saber ceder quando o outro tem razão e desarmar-se de todos os mecanismos de defesa»¹⁰⁵.

Esta definição carrega consigo um grande sentido de respeito e tolerância pelo outro, o que implica que, em diálogo, devemos estar abertos ao outro. Nestas circunstâncias, importa proceder à revisão do conceito que o Homem, em geral, possui de diálogo, pois que, a maioria dos conflitos desencadeados, seja a nível internacional, seja no interior dos Estados, se deve, em grande medida, à falta dessa abertura ao outro.

Isso passa por esgotar todas as possibilidades de diálogo, antes de se partir para um conflito, que deve ser a última alternativa do relacionamento entre homens, para resolver as suas divergências. Porém, isso exige uma atitude de grande humildade, implícita ao pôr-se na pele do outro, mesmo nas vezes em que estamos certos e a razão está do nosso lado. Mesmo, nestas circunstâncias, é preciso dialogar para nos fazermos compreender.

¹⁰⁴ *What is Democracy? Rights*, U.S. Department of State's Bureau of International Information Programs, em www.ait.org.tw/infonsa/zhtw/docs/whatsdem/whatdem3.htm/, consultado em 19 de outubro de 2014.

¹⁰⁵ Oliveira, José H. Barros de, *É preciso renascer*, 3.ª ed., Vila Nova de Gaia, Seminário dos Carvalhos, 1985, p. 2.

O diálogo deve ser sempre um discurso construtivo que visa, sobretudo, reconciliar as partes em contradição. Todavia, há vezes em que os interlocutores transformam o diálogo em sofisma. Isso ocorre quando o diálogo não atinge a profundidade que se pretende, não se prolonga muito para não fugir à execução, ou privilegia a demagogia. Neste caso, o diálogo não traz nada de novo e serve, apenas, para exteriorizar aquilo que é comumente sabido. Para evitar estes inconvenientes, o diálogo deve ter um conjunto de características. De entre elas salienta-se a necessidade de ser preciso e encarado como uma tomada de consciência sobre os problemas que afligem a sociedade, tendo em vista definir como podem ser solucionados.

O diálogo, enquanto instrumento que leva as partes desavindas a reencontrarem-se, tem de perseguir um objectivo concreto e bem definido e, como tal, não se pode fazer o debate pelo debate. As discussões inerentes ao debate devem ser produzidas pacientemente, com serenidade e calma, num formato que facilite o intercâmbio de ideias e opiniões. Para além disso, o diálogo também deve ser feito com humildade e privilegiar a verdade, para que os valores dos outros sejam bem entendidos, as esferas de compromisso mais claramente definidas e o caminho do progresso e da unidade possa ser percorrido. Por fim, no diálogo as pessoas devem exprimir as suas ideias com oportunidade e sem nenhum constrangimento. Sobre esta característica do diálogo e, como notou Rodrigo Alves¹⁰⁶, John Stuart Mill, no seu ensaio publicado em 1859 e intitulado «Liberdade» argumenta, quando se refere à liberdade de pensamento e discussão, que todas as pessoas são prejudicadas quando a palavra é suprimida. A respeito da auto-exclusão das pessoas do diálogo, é célebre a frase de Martin Luther King quando disse: «O que mais preocupa não é o grito dos violentos, nem dos corruptos, nem dos desonestos, nem dos sem ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons»¹⁰⁷.

Embora os factos demonstrem que o diálogo é essencial para evitar os conflitos, pode ser facilmente perturbado, quando são adoptados alguns procedimentos que desencadeiam os conflitos nas famílias, na sociedade ou entre os povos. Entre tais procedimentos surgem, com realce, a falta de confiança entre as partes, levando cada um a ficar de pé atrás, com medo de ser mal interpretado, ou que, depois, abusem do que ele disse.

¹⁰⁶ Alves, Rodrigo Vitorino Souza, *Sobre a Liberdade: Indivíduo e Sociedade em Stuart Mill*, Revista CEPPC – Centro de Ensino Superior Catalão, Ano XIV, n.º 25, 2º Semestre/2011, p. 205

¹⁰⁷ <http://geofaust.files.wordpress.com/2013/04/lutherking.jpg>. Acesso em 27 de Março de 2013.

O diálogo também é prejudicado por tabus de diversa ordem, que levam a evitar um certo número de assuntos ou pessoas, quando é da maior relevância que tudo seja colocado na mesa de negociações. Para além disso, o diálogo pode ser afectado pela ignorância das sensibilidades próprias de cada sexo, idade ou temperamento. Nestas circunstâncias, o diálogo, antes de basear-se nas palavras, deve fundar-se nos sentidos, isto é, nos olhos que acolhem dentro de si uma pessoa, nas mãos que apertam, selando uma aliança, porque o corpo humano emite sinais capazes de criar uma relação interpessoal. Por isso, Harold e Salvoldi referem que «o diálogo inicia-se com a escuta, reforça-se com a simpatia e concretiza-se em respostas verbais»¹⁰⁸. Todavia, para que o diálogo tenha sucesso, devem evitar-se os chamados preconceitos¹⁰⁹, encarando o outro, não como um inimigo, mas como um “tu”, que pede e comunica valores. É, neste contexto, que o conceito de não-violência a seguir apresentado, adquire enorme importância e deve ser, com base nele, que se deve construir ou reconstruir o diálogo.

Do exposto, como interesses estruturantes adoptámos: a comunicação; a diferença; o respeito; a contraposição; e a tolerância. Estes interesses estruturantes foram traduzidos nos indicadores sintéticos da liberdade de expressão, da educação para o diálogo e da promoção do diálogo.

2.5. A não-violência

A essência da não-violência inspira-se, directamente, na concepção hindu de «ahimsa», cujo significado consiste em não fazer mal a outrem, em não prejudicar ou causar danos ao outro, isto é, em sentido amplo, a não prejudicar um ser vivo. Por isso, este conceito possui um carácter algo radical, na medida em que não se restringe somente as pessoas, mas abarca todos os seres vivos! Nestas circunstâncias, traduz o menosprezo e a renúncia ao desejo de violência em todas as condições e lugares, que nos leva a excluir, a afastar, a eliminar e a matar outro ser vivo.

Neste quadro cultural, quando tenta definir a não-violência, Gandhi enuncia, inicialmente, uma proposição negativa, considerando que a não-violência perfeita é a total ausência de animosidade em relação a tudo que vive¹¹⁰. Em seguida, pensa na forma positiva

¹⁰⁸ Ibid., op. cit., p. 91.

¹⁰⁹ Expressões tais como: *eu já sei o que ele vai dizer; ele pensa desta forma*, etc.

¹¹⁰ Apud Zanotto, Karin, *Não-violência na educação*, Conjectura, vol. 14, n.º 3, Set/Dez 2009, p. 211.

e refere que, na sua forma activa, a não-violência expressa-se como cordialidade em relação a tudo o que vive¹¹¹. Assim, pode afirmar-se que a não-violência se caracteriza, tanto por ausência de animosidade, como por vontade de cordialidade.

Para Gandhi a não-violência não é, unicamente, um método de acção. É, acima de tudo, uma atitude de benevolência e de bondade dirigida a outro homem, sobretudo ao Homem desconhecido. Assume, por isso, a natureza de princípio que preconiza um olhar para o outro como a si mesmo, na busca da verdade. Neste contexto, considera que a não-violência e a verdade estão entrelaçadas, e é praticamente impossível separá-las, na medida em que são uma única e uma mesma realidade, visto que a não-violência é a verdade do Homem, à qual ninguém se pode opor, e relativamente à qual nos devemos esforçar para nos aproximarmos a cada instante da nossa vida.

Relativamente à violência, Gandhi considera que afasta o homem da razão, pelo que o outro lado da verdade não é o erro, mas a violência. Nestas circunstâncias, erro é toda doutrina que tenta justificar a violência com a cumplicidade intelectual do Homem. Neste contexto, e no quadro desta investigação, é necessário reconhecer que a expressão não-violência é estranha à nossa cultura e está ausente da nossa língua. Quanto à cultura, é dominada pelo que se pode chamar a ideologia da violência necessária, legítima e honorável. Relativamente à língua, como expressão da cultura da nossa sociedade, ela exprime a cultura da violência, razão pela qual não existe uma só palavra que traduza a ideia de não-violência!

Nestas circunstâncias, na nossa cultura o primeiro encontro com o outro, com aquele que se aproxima de nós sem ser convidado é, de modo geral, um momento de medo. Medo que ele venha assumir o nosso lugar, ou tomar conta do nosso território. Talvez o outro se aproxime de nós com a melhor das intenções, mas não sabemos e percebemos a sua presença como uma ameaça. Por isso, na nossa cultura o outro é aquele que nos inquieta em relação aos nossos próprios direitos, porque os seus desejos opõem-se aos nossos, as suas ambições secretas vão contra as nossas, o seu projecto contraria os nossos. O outro é uma ameaça da qual temos medo, o que, no primeiro momento, desperta a nossa vigilância, aumenta a nossa atenção diante do perigo e leva-nos a aprender o que é precaução. Mas, o medo não deve prejudicar os nossos pensamentos e acções. Antes, deve ensinar-nos a ter força e coragem de afrontar o outro, a fim de que este reconheça o nosso direito e nós reconheçamos o direito do outro. Portanto, o “não” da não-violência não se opõe ao conflito, nem à agressividade.

¹¹¹ Ibid., ibidem.

Assim, quando ele ocorre, devemos colocar em jogo a nossa agressividade, reabilitando a luta, como um momento necessário à construção de um futuro melhor, pelo exercício da força não violenta, que restabeleça a justiça, facto profundamente diferente da violência que é, sempre, uma violação da vida porque, normalmente, significa morte. Neste contexto, não é banal dizer que o Homem é um ser de relação com o outro, a qual, para que exista respeito por si próprio, deve estar isenta de qualquer violência, que é sempre uma violação da dignidade do Homem, tanto daquele que a sofre, como daquele que a pratica.

Gandhi considera que comete grande erro aquele que acredita não haver uma relação intangível entre os meios e o fim. Em sua opinião, esse raciocínio é o mesmo daquele que insiste em dizer que podemos colher uma rosa, quando se plantam ervas daninhas! Nestas circunstâncias, se compararmos os meios a uma semente, e o fim a uma árvore, concluiremos facilmente que existe a mesma relação intangível entre os meios e o fim, e entre a semente e a árvore porque, como o fim se encontra nos meios, a árvore encontra-se na semente. Por outras palavras, os meios não violentos levam ao fim da justiça, enquanto os meios violentos têm como fim a morte.

Gandhi acredita que a não-violência é infinitamente superior à violência, que o perdão é humano, que a não-violência é a lei da espécie humana, como a violência é a dos brutos, e que a dignidade do Homem reclama obediência a uma lei superior. A intenção de Gandhi é aconselhar a não-violência em lugar da violência.

Gandhi queria converter os Homens à não-violência, mas tinha consciência de que, se não pudesse convencê-los, deveria coagi-los, pela forma restabeecedora da justiça porque, na sua opinião, o que dava poder ao império britânico na Índia não era a capacidade de violência dos ingleses, mas a submissão voluntária dos indianos. Assim, para livrar-se das injustiças impostas, os indianos deveriam cessar a cooperação com o governo britânico, porque uma nação com 350 milhões de pessoas, não tinha necessidade de recorrer a espadas ou a outras armas para afirmar a sua vontade de forma violenta. Para isso, bastaria desejar o que se quer e ser capaz de o fazer com imaginação, inteligência e coragem, desconstruindo os muros que separam os Homens com preconceitos, despezos, estigmas, rancores e medos, e construindo, antes, pontes que permitem que eles se encontrem, se reconheçam e se comecem a compreender.

O princípio da não-violência de Gandhi não dá soluções directas para os problemas de hoje da sociedade angolana, mas permite-nos perceber a essência do real desafio da desconstrução da violência social em Angola, que é a redução das injustiças sociais.

Do exposto, como interesses estruturantes adoptámos: a benevolência; a cordialidade; a verdade; a justiça; e a firmeza. Estes interesses estruturantes foram traduzidos nos indicadores sintéticos da educação para a paz, da dignificação humana e dos direitos humanos.

Factor estratégico	Interesses estruturantes	Indicadores sintéticos
Cultura de paz	<ul style="list-style-type: none"> • Valores • Atitudes • Tradições • Comportamentos • Estilos de vida 	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde • Educação • Habitação
Relação de alteridade	<ul style="list-style-type: none"> • Equidade • Confiança • Acolhimento • Abertura • Partilha 	<ul style="list-style-type: none"> • Emprego • Salário condigno • Condições sociais
Solidariedade	<ul style="list-style-type: none"> • Vontade • Responsabilidade • Reciprocidade • Unidade • Inclusão 	<ul style="list-style-type: none"> • Organizações solidárias • Recursos financeiros • Atitudes voluntárias
Diálogo	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação • Diferença • Respeito • Contraposição • Tolerância 	<ul style="list-style-type: none"> • Liberdade de expressão • Educação para o diálogo • Promoção do diálogo
Não-violência	<ul style="list-style-type: none"> • Benevolência • Cordialidade • Verdade • Justiça • Firmeza 	<ul style="list-style-type: none"> • Educação para a paz • Dignificação humana • Direitos humanos

Fig. 2 - Síntese dos factores estratégicos, dos interesses estruturantes e dos indicadores sintéticos do modelo de análise estratégico da paz social

CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO: roboteiros, zungueiros e taxistas

Chegados a este ponto da investigação dispomos do enquadramento teórico básico proporcionada pelos conceitos operacionais da estratégia e da paz, relevantes para a compreensão da problemática em estudo. Possuímos, também, o substrato teórico proporcionado pela análise da evolução histórica dos projectos pacifistas e de duas teorias pacifistas de referência, focalizadas na educação para a paz e no ideal da paz perpétua. Ainda que não centradas no objecto dos conflitos internos dos países, a partir das suas principais propostas, conjugadas com as conceptualizações da análise estratégica, dos grupos e tipos estratégicos, bem como da paz, das suas formas de materialização, e da paz social, considerando as perturbações e os factores de potenciação, deduzimos os factores estratégicos mais adequados à estruturação do modelo de análise estratégica da paz social. Conforme referenciado antes, os factores estratégicos são as grandes tendências ambientais que podem ter uma média a elevada probabilidade de impacto na paz social e que, por isso, precisam de ser acompanhadas e cuidadas através de linhas de acção adequadas, exequíveis e aceitáveis, desenvolvidas em função dos correspondentes interesses estruturantes e dos respectivos indicadores sintéticos.

Nestas circunstâncias, vamos agora aplicar o modelo apresentado no capítulo anterior aos grupos estratégicos sócio-profissionais dos roboteiros, zungueiros e taxistas da Maianga (Luanda), considerando, cada um deles, como entidades distintas e compostas por mais de um indivíduo, que perseguem estratégias semelhantes com recursos idênticos.

Na alínea dedicada à aplicação do modelo, tentaremos perceber como é que os factores estratégicos incorporam as aspirações dos grupos estratégicos sócio-profissionais dos roboteiros, zungueiros e taxistas. Na alínea consagrada ao esboço para estruturação das linhas de acção, procuraremos perceber como é que esses factores estratégicos poderão ajudar a definir medidas governativas destinadas à manutenção da paz social.

O inquérito apresentado em Anexo foi o instrumento de recolha de dados. A partir dele procuramos deduzir a percepção daquilo que é o pensamento da população sobre os factores estratégicos que poderão, na opinião dos três grupos estratégicos socio-profissionais estudados, influenciar a paz social em Angola, e retirar indicações que contribuam para esboçar as linhas de acção necessárias a essa finalidade.

Com este inquérito queremos, igualmente, obter alguma percepção para a propensão, ou rejeição, do conflito social, por parte das famílias mais pobres da sociedade angolana, razão pela qual, como já foi referido no enquadramento metodológico, escolhemos estas três categorias sociais e não outras.

O inquérito foi o mesmo para os três tipos de profissionais de trabalho informal, e nele foram apresentadas sete questões muito simples, onde o inquirido teve, apenas, que assinalar a afirmação que mais estava de acordo com o seu pensamento. Procedeu-se desta forma, devido aos baixos níveis de escolaridade dos componentes da amostra. Também, por esta razão, o inquérito foi formalmente apresentado e verbalmente explicado de forma cuidada pela investigadora a cada um dos indivíduos consultados.

Tendo em conta a natureza da profissão dos inquiridos, os roboteiros e os taxistas são todos do sexo masculino, enquanto que, nos zungueiros, houve equilíbrio de género. Todos eram habitantes do distrito urbano da Maianga (Luanda).

Dos inquéritos distribuídos, apesar dos nossos esforços, apenas puderam ser solidamente validados 19, relativos a cada uma das categorias sociais inquiridas, correspondendo a um universo total da amostra de 57 indivíduos. Este universo de amostragem pode não ter significância estatística, por não estarmos certos de que os indivíduos escolhidos reflectem cabalmente a população dos grupos estratégicos socio-profissionais onde se inserem. Porém, o que nos importou na nossa investigação, foi muito mais o desenvolvimento do modelo e a sua aplicação prática, que a obtenção de respostas rigorosas sobre potenciais linhas de acção para manter a paz social em Angola.

1. Aplicação do modelo

A primeira tarefa a realizar para testar o modelo de análise estratégica da paz social na realidade angolana foi, ainda antes da submissão do inquérito aos inquiridos, traduzir a formulação teórica de alguns dos factores estratégicos em ideias que pudessem ser percebidas pelos grupos estratégicos sócio-profissionais dos roboteiros, dos zungueiros e dos taxistas. Foi, neste contexto, que nos tivemos de empenhar pessoalmente no contacto, onde a verbalização das ideias teve de ser cuidada e pacientemente exposta.

Depois, e para desencadear a aplicação do modelo, o inquérito incluiu duas perguntas iniciais. Uma, sobre o grau de satisfação do indivíduo inquirido, relativamente à situação de

paz social em Angola, no momento da submissão do inquérito. Outra, onde se procura a hierarquização dos factores estratégicos da paz social em Angola. Se à primeira pergunta houve receptividade, na resposta à segunda questão, parte substantiva dos 57 inquiridos não soube ou não quis responder, o que invalidou muitos inquéritos, ainda que, parte dos indivíduos tivesse respondido, total ou parcialmente às questões 3 a 7.

Tabela nº 1: *Está satisfeito(a) com a situação de paz social que Angola tem na actualidade?*

Resposta	Frequência			Total	Percentagem
	Roboteiros	Zungueiros	Taxistas		
A) Sim	5	19	0	24	42
B) Não	14	0	19	33	58
C) Não sei	0	0	0	0	0
Total	19	19	19	57	100

Da análise aos resultados da Tabela n.º 1 verifica-se que 58% da população inquirida não está contente em relação à situação de paz social que tem na actualidade, mas que, 42% dessa população revela satisfação com a situação actual. Nenhum elemento dos grupos sociais inquiridos respondeu que não sabia.

Passando, agora, à análise por categoria social inquirida, verifica-se que, entre os roboteiros, todos do género masculino, não há unanimidade, pois apresentam 5 respostas que revelam satisfação contra 14 de insatisfação. Os zungueiros, com equilíbrio de género e um trabalho menos exigente do ponto de vista físico, são unânimes na satisfação pelas actuais condições de tranquilidade, enquanto os taxistas, todos do género masculino, são unânimes quanto à insatisfação. Desta forma, é da conjugação das insatisfações dos taxistas com as dos roboteiros, que resulta a posição de 58% da população inquirida. Tendo em conta que os roboteiros e os taxistas são homens, o potencial para o conflito social violento, por insatisfação sobre a situação de paz social actual, é um factor a considerar. Porém, isso não decorre do género, mas das circunstâncias do exercício da profissão, que são muito mais exigentes.

Gráfico nº 1: Situação de paz social - total e percentagem das respostas

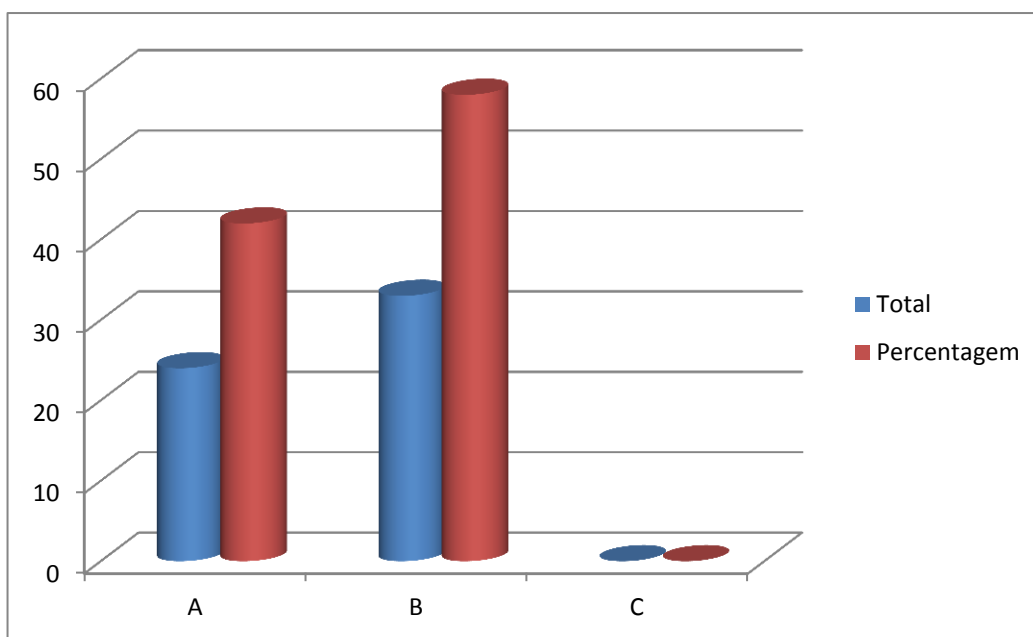


Tabela nº 2: O que considera mais importante para manter a paz social em Angola?

Factor estratégico	Frequência			Total	Percentage m
	Roboteiros	Zungueiros	Taxistas		
A) Cultura de paz	5	4	4	13	23
B) Relação de alteridade	4	4	4	12	21
C) Solidariedade	3	4	4	11	19
D) Diálogo	4	3	4	11	19
E) Não-violência	3	4	3	10	18
Total	19	19	19	57	100

Da análise aos resultados da Tabela nº 2 verifica-se que 23% dos inquiridos acham que, para manter a paz social em Angola, é necessário fomentar, em primeiro lugar, uma cultura da paz. Porém, a relação de alteridade foi considerada por 21% das respostas, enquanto a solidariedade e o diálogo mereceram a preferência de 19% das respostas. À não-violência corresponderam 18% das respostas, muito em linha com as atribuídas à

solidariedade e ao diálogo e, também, com distribuições semelhantes entre roboteiros, zungueiros e taxistas, o que confirma o referido na análise aos resultados da Tabela n.º 1 para estes dois grupos estratégicos socio-profissionais. Para além disso, importa referir que as respostas dos três grupos estratégicos sócio-profissionais são muito semelhantes, o que evidencia uma consistência na percepção de cada um deles sobre a relevância relativa dos factores estratégicos para manter a paz social em Angola.

Estes resultados suscitam quatro reflexões complementares.

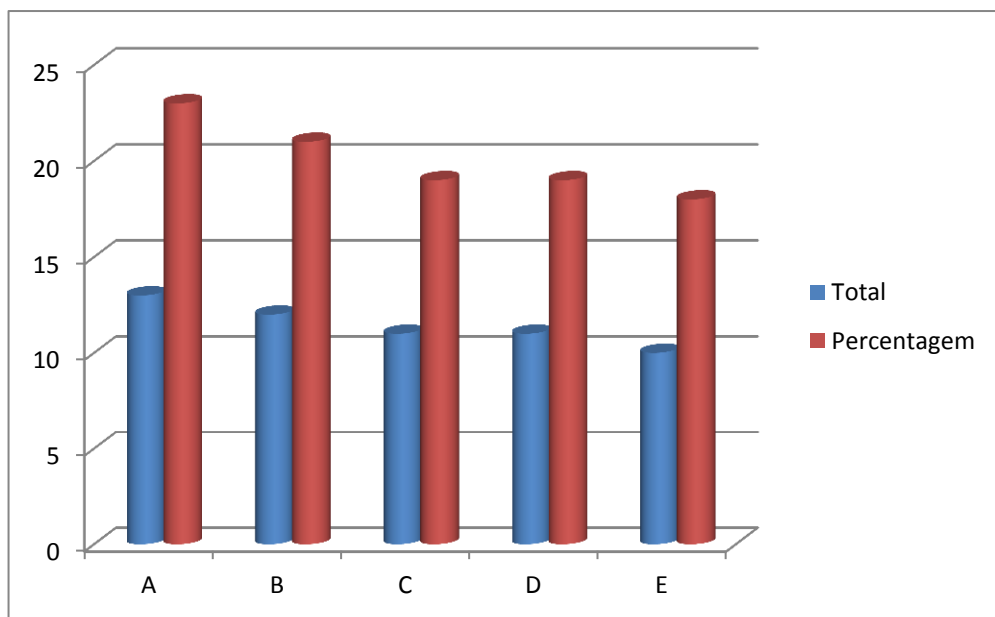
Em primeiro lugar, que a cultura da paz implica uma atitude cívica fundada no respeito pleno pela vida, na promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, e da prática da não-violência, pela educação, pelo diálogo e pela cooperação.

Em segundo lugar, que o conceito de relação de alteridade, por ser uma construção moral e política baseada no relacionamento em igualdade dos homens, no respeito da dignidade e auto-determinação dos indivíduos e na vivência em comunidade, relaciona-se com condições sociais, na medida em que, pugnar por uma relação de alteridade, é procurar alcançar as condições sociais que resultam da vida em comunidade, protegendo, a favor dos mais fracos, na busca de equilíbrio entre partes desiguais.

Em terceiro lugar, a proximidade dos resultados percentuais das respostas, evidencia que, para roboteiros, zungueiros e taxistas, qualquer dos factores estratégicos identificados é relevante para manter a paz social em Angola. Porém, a menor diferença entre a cultura da paz e a relação de alteridade, parece fazer depender a cultura da paz da relação de alteridade entre todos, a que está intrínseca a equidade de oportunidades e a manutenção das desigualdades, esta apenas para favorecer os mais desfavorecidos.

Por fim, sendo todos os factores estratégicos relevantes para manter a paz social em Angola, há uma relativa predominância e interrelação da cultura da paz com a relação de alteridade, o que permite confirmar a necessidade das políticas públicas incidirem na resolução dos problemas associados aos indicadores sintéticos da saúde, da educação, da habitação, do emprego, do salário e das condições sociais.

Gráfico nº 2: Manter a paz social – total e percentagem das respostas



2. Esboço para estruturação das linhas de acção

Depois de concluído o percepcionamento de como é que os factores estratégicos incorporam as aspirações dos grupos estratégicos socio-profissionais dos roboteiros, zungueiros e taxistas, vamos, de seguida, perceber como é que esses factores estratégicos poderão ajudar a definir medidas governativas destinadas a manter a paz social.

Para isso, e como foi antes explicado, cada factor estratégico tem associado um conjunto de interesses estruturantes, traduzidos em indicadores sintéticos, que ajudam a explicar, quantitativamente, de forma necessariamente agregada e empírica, conceitos sociais genéricos e abstractos, informando sobre a correspondente realidade social. Isto, para efeitos de se produzir um esboço para estruturar as linhas de acção que permitem operacionalizar e avaliar programas e políticas públicas de cariz social.

Os dados para análise foram obtidos através do inquérito anexo, nas partes correspondentes às perguntas 3 a 7, cuja análise se apresenta de seguida, complementada com o correspondente esboço para estruturação das linhas de acção.

Tabela n.º 3: *Se fosse um político angolano, qual seria o seu sector de actuação prioritário para promover a cultura de paz no nosso país?*

Indicadores sintéticos	Frequência			Total	Percentagem
	Roboteiros	Zungueiros	Taxistas		
A) Saúde	10	3	9	22	38.5
B) Educação	5	8	5	18	31.5
C) Habitação	4	8	5	17	30
Total	19	19	19	57	100

Da análise aos resultados da Tabela n.º 3 verifica-se que a resolução de problemas de saúde, com 38,5% de respostas, seria a prioridade de entre os indicadores sintéticos colocados à consideração dos três grupos estratégicos socio-profissionais. Sendo as questões relacionadas com a educação e a habitação, indicadas a seguir, com 31,5% e 30% respectivamente.

Daqui se depreende que as questões ligadas à vida são, no computo geral, as mais importantes de todas, em especial para roboteiros e taxistas, que têm as profissões mais exigentes do ponto de vista físico. Todavia, pela proximidade e distribuição das respostas, é evidente que roboteiros, zungueiros e taxistas consideram que a educação e a habitação, são outros aspectos essenciais aos direitos das pessoas para conduzirem a sua vida. De notar a proximidade da distribuição das respostas dos roboteiros e taxistas, todos do género masculino, que valorizam mais a saúde. Os zungueiros, com equilíbrio de género, valorizam mais a educação e a habitação, naquilo que consideram os direitos das pessoas.

Neste contexto, e como esboço para a estruturação das linhas de acção destinadas a manter a paz social em Angola, parece importante considerar, nos programas e políticas públicas de cariz social, medidas adequadas, exequíveis e aceitáveis para:

- a) Respeitar plenamente a vida;
- b) Educar, dialogar e cooperar.
- c) Promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais;

Gráfico n.º 3: Cultura de paz – total e percentagem das respostas

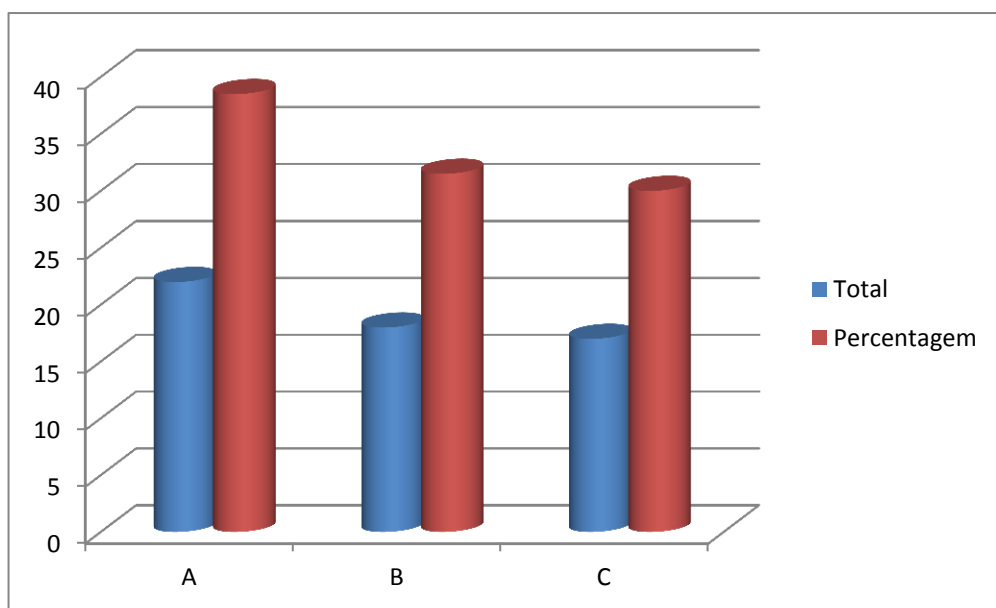


Tabela n.º 4: *Indique o que, na sua opinião, afecta mais a relação de alteridade entre angolanos?*

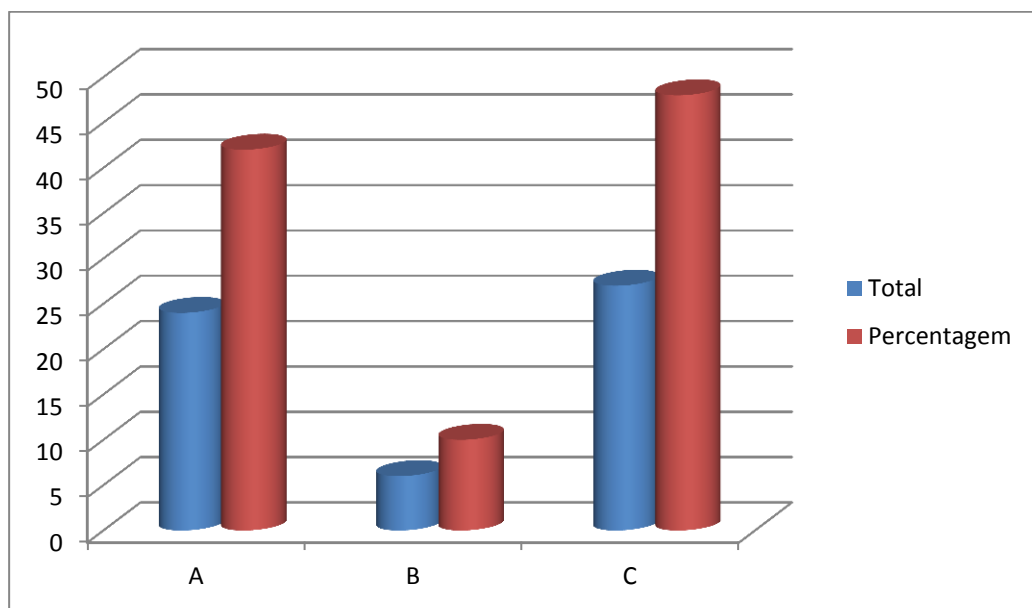
Indicadores sintéticos	Frequência			Total	Percentagem
	Roboteiros	Zungueiros	Taxistas		
A) Emprego	5	19	0	24	42
B) Salário condigno	6	0	0	6	10
C) Condições sociais	8	0	19	27	48
Total	19	19	19	57	100

Da análise aos resultados da Tabela n.º 4 verifica-se que 48% dos entrevistados confirmam que a falta de condições sociais afecta a relação de alteridade entre angolanos, enquanto 42% dizem que é a falta de emprego e, apenas 10%, elegem a falta de salário condigno. Importa, no entanto, notar que, enquanto os roboteiros, do género masculino, distribuem as suas respostas sem grandes desequilíbrios pelas três variantes, o mesmo não acontece com os zungueiros e taxistas. Os zungueiros, com equilíbrio de género, consideram,

unanimemente, que a falta de emprego é o facto que afecta a relação de alteridade em Angola. Os taxistas, do género masculino, são unânimes quanto ao carácter determinante da falta de condições sociais.

A falta de condições sociais, intimamente ligada à carência de emprego, afecta profundamente a relação de alteridade entre angolanos. Assim, para se prevenir qualquer situação de conflito social, deverão ser privilegiados os esforços sobre as questões que têm a ver com as condições sociais (habitação, alimentação, saneamento básico, saúde e educação), e o emprego. Percebe-se o índice conjugado e elevado dos que assim decidiram (90%), pois que o indivíduo que não dispõe de condições sociais ou de emprego, é mais susceptível de desencadear um conflito social, do que aquele que, apesar de tudo, tem um salário, mesmo que pouco condigno. Sem condições sociais e sem emprego não há como decidir, por exemplo, sobre o tipo de educação a dar aos filhos. Desta forma, qualquer tipo de educação é satisfatória. O mesmo acontece relativamente aos comportamentos.

Gráfico nº 4: Relação de alteridade – total e percentagem das respostas



Neste contexto, e como esboço para a estruturação das linhas de acção destinadas a manter a paz social em Angola, parece importante considerar, nos programas e políticas públicas de cariz social, medidas adequadas, exequíveis e aceitáveis para:

- a) Fomentar o relacionamento em igualdade entre os cidadãos;

- b) Respeitar a dignidade e a autodeterminação dos indivíduos;
- c) Viver em comunidade.

Tabela n.º 5: *O que pode fomentar a solidariedade em Angola?*

Indicadores sintéticos	Frequência			Total	Porcentagem
	Roboteiros	Zungueiros	Taxistas		
A) Organizações solidárias	10	9	10	29	51
B) Recursos financeiros	7	8	9	24	42
C) Atitudes voluntárias	2	2	0	4	7
Total	19	19	19	57	100

Da análise aos resultados da Tabela n.º 5 verifica-se que 51% dos inquiridos considera que as organizações de solidariedade social são determinantes, 42% atribui aos recursos financeiros a prevalência na solidariedade social em Angola, e apenas 7% afirma que a relevância da solidariedade está condicionada pelas atitudes voluntárias. Estes dados evidenciam que os roboteiros, zungueiros e taxistas atribuem, consistentemente, o fomento da solidariedade em Angola à acção de organizações especializadas e ao dinheiro atribuído a essa finalidade. Correlacionando esta informação com a apresentada nas das Tabelas n.º 3 e n.º 4, poder-se-á depreender que, para os três grupos estratégicos analisados, a cultura de paz e a relação de alteridade condicionam a solidariedade, na medida em que não privilegiam adequadamente o bem comum por insuficiência de organizações solidárias e de recursos financeiros.

Neste contexto, e como esboço para a estruturação das linhas de acção destinadas a manter a paz social em Angola, parece importante considerar, nos programas e políticas públicas de cariz social, medidas adequadas, exequíveis e aceitáveis para:

- a) Ajudar no que o outro não consegue;
- b) Desenvolver mecanismos de inclusão social;
- c) Criar oportunidades de contribuir para o bem comum.

Gráfico n.º 5: Solidariedade – total e percentagem das respostas

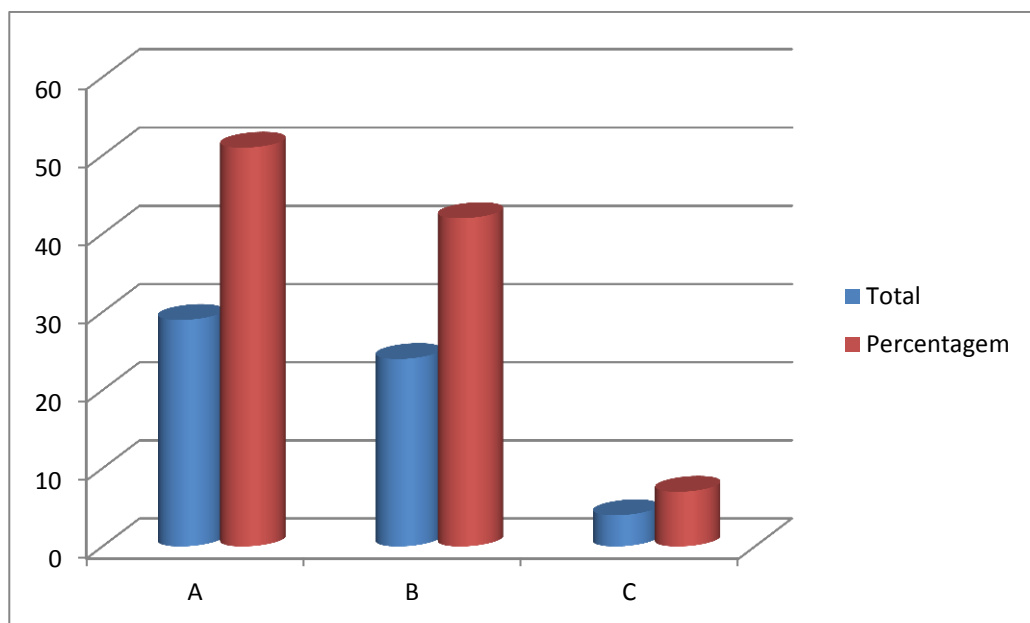


Tabela n.º 6: O que pode incrementar o diálogo social em Angola?

Indicadores sintéticos	Frequência			Total	Percentagem
	Roboteiros	Zungueiros	Taxistas		
A) Liberdade de expressão	9	9	9	27	47
B) Educação para o diálogo	8	9	7	24	42
C) Promoção do diálogo	2	1	3	6	11
Total	19	19	19	57	100

Da análise aos resultados da Tabela n.º 6 verifica-se a clara preferência dos inquiridos para fomentar a liberdade de expressão (47%) e pela educação dos jovens para o diálogo (42%) como condições de paz social. A promoção do diálogo social não suscita o empenho

de mais do que 10% dos inquiridos, o que parece um testemunho claro da maior relevância conferida à transferência dos hábitos do diálogo pela educação.

Os dados obtidos são muito consistentes entre os três grupos estratégicos socio-profissionais, tanto globalmente, como naquilo que já se referiu antes sobre a similaridade das respostas dos roboteiros e taxistas, revelando os zungueiros um padrão de respostas ligeiramente autónomo.

Neste contexto, e como esboço para a estruturação das linhas de acção destinadas a manter a paz social em Angola, parece importante considerar, nos programas as políticas públicas de cariz social, medidas adequadas exequíveis e aceitáveis para:

- a) Discutir e trocar ideias, conceitos e opiniões;
- b) Colocar-se nas circunstâncias do outro;
- c) Garantir a liberdade de informação, comunicação, troca de informações e conhecimentos.

Gráfico n.º 6: Diálogo social – total e percentagem das respostas

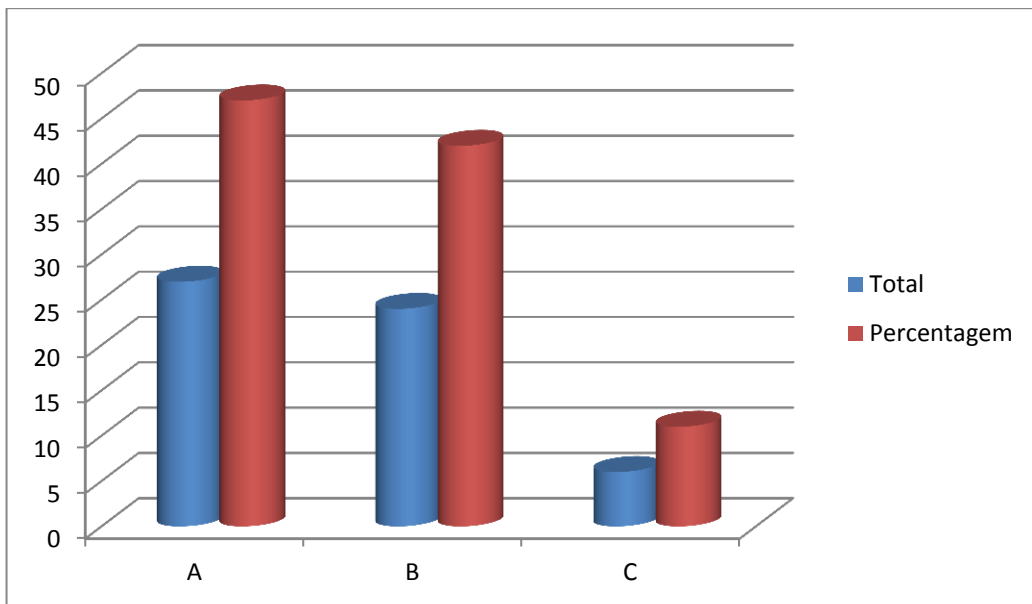


Tabela nº 7: *Como se deve promover a não-violência em Angola?*

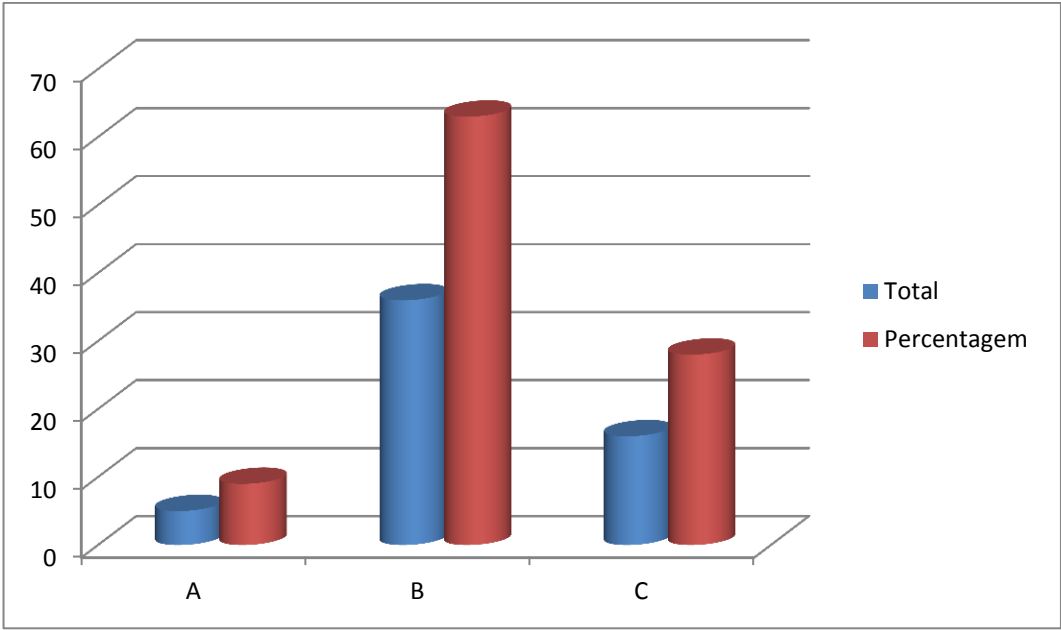
Indicadores sintéticos	Frequência			Total	Porcentagem
	Roboteiros	Zungueiros	Taxistas		
A) Educação para a paz	2	2	1	5	9
B) Dignificação humana	11	2	13	36	63
C) Direitos humanos	6	5	5	16	28
Total	19	19	19	57	100

Da análise aos resultados da Tabela n.º 7 verifica-se que 63% dos inquiridos sugerem que se promova a dignidade humana, enquanto que 28% acham que se deve apostar no respeito dos direitos das pessoas. Apenas 9% dos inquiridos considera a educação para a paz relevante na promoção da não-violência. Destas respostas nota-se, claramente, que a questão da promoção da não-violência é de primordial importância para os três grupos estratégicos socio-profissionais dos roboteiros, zungueiros e taxistas, e está ligada à dignidade e aos direitos das pessoas, facto compreensível num país saído de uma longa guerra civil que afectou, profundamente, a dignidade e os direitos das pessoas, todos por igual, razão que poderá explicar a consistência das respostas apresentadas.

Neste contexto, e como esboço para a estruturação das linhas de acção destinadas a manter a paz social em Angola, parece importante considerar, nos programas as políticas públicas de cariz social, medidas adequadas exequíveis e aceitáveis para:

- a) Rejeitar o medo relativamente ao outro;
- b) Fazer prevalecer os nossos direitos reconhecendo os dos outros;
- c) Compreender o pensar e o agir do outro.

Gráfico n.º 7: Não-violência – total e percentagem das respostas



Factor estratégico	Indicadores sintéticos	Esboço para estruturação das Linhas de acção
Cultura da paz	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde • Educação • Habitação 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeitar plenamente a vida • Educar, dialogar e cooperar • Promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais
Relação de alteridade	<ul style="list-style-type: none"> • Emprego • Salário condigno • Condições sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar o relacionamento em igualdade entre os cidadãos • Respeitar a dignidade e a autodeterminação dos indivíduos • Viver em comunidade
Solidariedade	<ul style="list-style-type: none"> • Organizações solidárias • Recursos financeiros • Atitudes voluntárias 	<ul style="list-style-type: none"> • Ajudar no que o outro não consegue • Desenvolver mecanismos de inclusão social • Criar oportunidades de contribuir para o bem comum
Diálogo	<ul style="list-style-type: none"> • Liberdade de expressão • Educação para o diálogo • Promoção do diálogo 	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir e trocar ideias, conceitos e opiniões • Colocar-se nas circunstâncias do outro • Garantir a liberdade de informação, comunicação, troca de informações e conhecimentos
Não-violência	<ul style="list-style-type: none"> • Educação para a paz • Dignificação humana • Direitos humanos 	<ul style="list-style-type: none"> • Rejeitar o medo relativamente ao outro • Fazer valer os nossos direitos reconhecendo os dos outros • Compreender o pensar e o agir do outro

Fig. 3 - Síntese dos factores estratégicos, dos indicadores sintéticos e do esboço para a estruturação das linhas de acção

CONCLUSÕES

1. Grandes linhas do procedimento seguido

1.1 Pergunta de partida

O fio condutor da investigação realizada para corresponder ao requisito académico de elaboração da presente dissertação, foi a pergunta de partida adoptada com a seguinte formulação: Quais os factores estratégicos a considerar na formulação das políticas públicas para garantir a paz social em Angola? A redacção final desta pergunta de partida resultou da interacção com a fase de exploração, na qual foram realizadas diversas leituras e entrevistas preliminares, sustentadas numa permanente observação participante, viabilizada pela nossa actividade profissional.

1.2 Construção do modelo

A definição da pergunta de partida foi uma tarefa que exigiu cuidada reflexão, de forma a revelar, com clareza, precisão, concisão, realismo e pertinência o que se procurava saber. Porém, a definição da pergunta de partida foi, também, uma tarefa determinante de toda a investigação, porque ela serviu de fio condutor e deu indicações sobre a necessidade de novas leituras, contactos e métodos complementares exploratórios, que permitiram obter mais informação apropriada à abordagem ao tema.

Enfatiza-se agora este aspecto porque, na realidade, tal abordagem teve de ser aperfeiçoada, em resultado da interacção verificada entre a pergunta de partida, a exploração e a problemática, fases do método de investigação científica, seguidas da construção do modelo de análise, da observação, da análise da informação recolhida e das conclusões.

O tema foi abordado segundo um modelo que, no essencial, é traduzido pelas questões derivadas da questão de partida. Assim, e em primeiro lugar, apresentaram-se os conceitos operacionais relevantes ao tratamento do tema. Na estratégia debate-se o conceito, bem como os conceitos de análise estratégica, de factores estratégicos de grupos e de tipos estratégicos. Relativamente à paz, trata-se o respectivo conceito, bem como as suas formas de materialização, a paz social, evidenciando as perturbações e os factores de potenciação, assim como a tranquilidade social e a relação desta com a paz social. Em seguida, apresenta-se o essencial de algumas teorias pacíficas consideradas relevantes para a compreensão da

natureza da paz social. Neste contexto, efectua-se uma síntese histórica dos projectos pacifistas e debate-se o essencial das concepções teóricas de Jean Jaques Roussau (educação para a paz), e de Immanuel Kant (o ideal da paz perpétua). Depois, com base nos conceitos operacionais e nas asserções teóricas sobre a paz social, identificaram-se os cinco factores estratégicos determinantes de um modelo susceptível de utilização para a análise à situação da paz social em Angola e para a eventual estruturação de linhas de acção adequadas à sua manutenção.

Em seguida, com recurso a um inquérito, realizou-se um levantamento destinado a obter a opinião de três grupos estratégicos socio-profissionais desfavorecidos da sociedade angolana, nomeadamente, os roboteiros, os zungueiros e os taxistas do bairro da Maianga (Luanda). Este estudo de caso destinou-se a refutar a validade do modelo concebido.

1.3 Campo de observação

Beneficiando da situação privilegiada que a nossa actividade profissional permite para o estudo da problemática em tratamento nesta dissertação, o campo de observação foi direccionado para três grupos estratégicos socio-profissionais muito vulneráveis, compostos por roboteiros, zungueiros e taxistas do Bairro da Maianga (Luanda) que, pela sua pobreza, falta de instrução ou desemprego, revelam alta propensão para a conflitualidade social.

Na observação experimentou-se sobre uma população-alvo deliberadamente escolhida, de forma a verificar o desempenho do modelo proposto. Para isso, recorreu-se a um inquérito formal, apresentado formalmente e explicado detalhadamente a cada um dos indivíduos consultados. Também se efectuou muita observação directa e alguma diferida, esta a partir de investigação documental. Observou-se destas três formas, porque a nossa actividade profissional implica o acompanhamento atento dos problemas e dos grupos sociais que revelam potencial para perturbar a paz social em Angola. Também se realizaram diversas reuniões formais e conversas informais com especialistas e peritos angolanos, que participam nos processos de elaboração de estratégias para preservar a paz social, que permitiram colocar questões e obter ideias sobre possíveis generalizações. Desta forma, validaram-se diversos aspectos em que se fundamenta o modelo proposto, bem como o esboço de linhas de acção estratégica que dele resultam, de forma a considerar plausíveis os resultados produzidos para os grupos estratégicos socio-profissionais considerados.

Foram mais de dois anos de intenso trabalho, onde se incorporaram muitos contributos resultantes das conversas mantidas com os especialistas, beneficiando das suas críticas, que conferiram um acrescido rigor científico, para que os resultados alcançados, ainda que baseados num modelo teórico e numa amostragem reduzida, possam ter credibilidade.

1.4 Comparação dos resultados

Na nossa investigação propusemo-nos a estabelecer o enquadramento teórico básico para conferir sustentação e rigor metodológico à abordagem do tema, proporcionado pelos conceitos de estratégia e de paz, bem como pelas teorias pacifistas relevantes. Este objectivo foi alcançado, na medida em que, relativamente à estratégia, se debateu o seu conceito, bem como os conceitos de análise estratégica, de factores estratégicos, e de grupos e tipos estratégicos. Quanto à paz, tratou-se do conceito, assim como das formas de materialização. Sobre a paz social, evidenciaram-se as perturbações e os factores de potenciação, bem como a tranquilidade social e a relação desta com a paz social. Para a consecução deste primeiro objectivo, também foi importante a análise à evolução histórica dos projectos pacifistas e a duas teorias pacifistas de referência, focalizadas na educação para a paz e no ideal da paz perpétua.

Também nos propusemos a conceber um modelo de análise, que permita identificar e caracterizar os factores estratégicos determinantes da paz social em Angola. Isso foi conseguido por dedução, no capítulo III, a partir dos conceitos operacionais e das asserções teóricas sobre a paz social apresentadas nos capítulos I e II. Desse trabalho resultaram cinco factores – a cultura de paz, a relação de alteridade, a solidariedade, o diálogo e a não-violência – estruturantes de um modelo que foi utilizado para a análise da situação de paz social em Angola e para a estruturação das linhas de acção adequadas à sua manutenção.

O terceiro objectivo era aplicar e testar esse modelo aos grupos estratégicos socio-profissionais dos roboteiros, dos zungueiros e dos taxistas da Maianga (Luanda). Neste contexto, podemos perceber que os factores estratégicos identificados, por incorporarem elementos estruturantes das aspirações dos três grupos analisados, são relevantes para determinar os comportamentos que relevam para a paz social em Angola. Para além disso, também inferimos que o potencial do modelo de análise estratégica concebido, para ser

aplicado a realidades mais vastas da sociedade angolana, é resultante da universalidade dos factores, consequência directa do método adoptado para a sua dedução.

Por fim, considera-se que a validade, a sobriedade e a simplicidade a que nos propusemos também foram alcançados, apresentando, em simultâneo, algumas novidades à comunidade académica e retirando alguma utilidade para a nossa actividade profissional.

Apesar de termos alcançado os objectivos básicos a que nos propusemos, o trabalho está longe daquilo que se queria e poderia ter feito, não fossem as enormes limitações e constrangimentos decorrentes, entre outros aspectos referidos na análise crítica, do distanciamento da Universidade e dos orientadores, assim como a escassez de bibliografia apropriada acessível.

2. Contributos para o conhecimento

2.1 O que se sabe mais

Em termos gerais, a investigação que conduziu à presente dissertação, apesar de todas as limitações decorrentes dos condicionalismos inerentes à sua realização, em especial, os antes referidos, a que acresce o facto de a nossa formação de base não ter sido feita no ISCSP, o afastamento físico dos seus professores e a reduzida amostragem realizada para o estudo de caso, permitiu perceber melhor como se poderá integrar a investigação científica na manutenção da paz social em Angola. Contribuiu, igualmente, para apresentar a estratégia como uma disciplina académica essencial ao estudo das problemáticas da paz social. Neste contexto, facultou mais conhecimentos sobre como a análise estratégica pode ajudar a caracterizar e a identificar soluções para os problemas que afectam a paz social em Angola. Claramente que, nesse âmbito, podem passar a ser incorporados diversos contributos dos conceitos operacionais da estratégia e dos procedimentos inerentes ao seu processo, de forma a obter maior sustentação teórica e rigor metodológico.

O incremento da sustentação teórica das abordagens à paz social em Angola, foi proporcionado pela identificação dos conceitos operacionais que a nossa experiência profissional considerou mais relevantes.

A melhoria do rigor metodológico foi proporcionada pelos factores estratégicos determinantes da paz social, deduzidos da conjugação dos conceitos operacionais com as teorias pacifistas relevantes para o objecto de estudo.

Neste âmbito, importa referir que os factores estratégicos identificados, embora carecendo de aprofundamento, refutação e validação, são um contributo acrescido para a construção de um modelo de análise estratégica aplicável à realidade angolana, que identifique potenciais focos de perturbação da paz social, ou ajude a estruturar linhas de acção adequadas à sua manutenção ou reposição.

2.2 O que se sabe de novo

Em termos gerais, a investigação permitiu estabelecer as bases de um novo modelo de análise estratégica à paz social, que poderá contribuir para conferir um acréscimo de sustentação teórica e de rigor metodológico a um processo que, em Angola, é demasiado elementar e baseado na experiência de vida dos seus participantes.

A novidade da sustentação teórica resulta da ligação directa e objectiva dos conceitos nucleares da estratégia aos da paz social, muito tratados no âmbito da sociologia. A inovação no rigor metodológico apenas foi esboçada no âmbito da exploração dos factores estratégicos determinantes da paz social no estudo de caso apresentado. Embora os resultados alimentem esperanças de alguma solidez no método proposto, importa aprofundá-los à luz de maior trabalho e experiência, tendo em vista apurar, com suficiente rigor científico, se o modelo proposto serve apenas para analisar, *a posteriori*, os problemas que afectam a paz social, ou se também pode ser usado antes da sua elaboração, para identificar focos de perturbação e construir linhas de acção capazes de os controlar e eliminar.

2.3 Análise crítica

A investigação realizada para a elaboração da presente dissertação não é definitiva, por várias ordens de razões. Em primeiro lugar, pelo facto de o assunto tratado não se poder esgotar num trabalho que é, apenas, um primeiro e humilde passo, num caminho que se pretende percorrer para nova valorização académica. Depois, porque o tratamento que foi dado ao tema nesta dissertação, carece de exploração com maior profundidade, amplitude social e rigor metodológico, em investigação científica de maior exigência. Para além disso, o facto de a nossa formação de base não ter sido feita no ISCSP, agravado pelo distanciamento físico da universidade, dos professores e dos orientadores, acrescida das dificuldades de acesso a bibliografia de apoio teórico e metodológico, bem como específica relativa ao tema, tornaram a elaboração desta dissertação extremamente difícil, o que, a par de uma intensa

actividade profissional, quase motivaram a nossa desistência, e impediram que, nela, se pudesse ir mais longe.

Apesar da dimensão do esforço realizado, assume-se, claramente, que o número da amostra utilizada é insuficiente para se tirarem conclusões, até parciais, quanto às linhas de acção adequadas, exequíveis e aceitáveis para dar corpo a uma estratégia para a paz social em Angola. Porém, o que importa realçar de útil é o caminho percorrido no desbravar de um método susceptível de ser aplicado ao serviço de realizações concretas em Angola.

Reconheceram-se e aceitaram-se estes condicionalismos na elaboração da presente dissertação, porque face às circunstâncias antes referidas, era-nos impossível ter a pretensão de alcançar maior perfeição de raciocínio e abordagem relativamente a uma matéria que, em Angola, está tão carente de investigação científica. Realça-se este aspecto, para que algumas das falhas identificadas não sejam imputadas por insuficiência de capacidade para desenvolver o raciocínio, mas sejam percebidas como resultantes dos condicionalismos a que fomos sujeita.

Ainda assim, espera-se, no futuro, continuar a aprofundar o tema à luz de maior experiência e reflexão, para que a paz social em Angola seja objecto de uma estratégia de longo prazo e profundo alcance. É no contexto de uma futura investigação que nos parece fazer todo o sentido, para além do já referido alargamento da população estudada a outros grupos sociais, dilucidar convenientemente a ideia, por vezes subjacente em sectores relevantes da nossa sociedade, de os grupos sociais mais vulneráveis, compostos por pobres, desempregados e analfabetos, serem, ou não, mais propensos a gerar conflitos sociais, do que outras camadas melhor estabelecidas na vida, ou se, pelo contrário, são os interesses e os comportamentos associados que estão na génese das motivações que levam à perturbação da paz, independentemente da condição social do indivíduo.

3. Contributos de ordem prática

Como é sabido, Angola foi palco de dois conflitos militares seguidos, que afectaram profundamente a paz social. Entre 1961 e 1974 a guerra colonial. No período pós independência (desde 1975) e até 2002, com alguns intervalos, uma guerra civil muito intensa e violenta. Nos dois conflitos morreram homens, mulheres e crianças que deveriam ter contribuído para engrandecer o país, porque não se encontraram soluções para as

divergências políticas que motivaram o recurso às armas. Infelizmente, isso aconteceu porque os esforços da comunidade internacional têm muito mais eficácia na resolução dos conflitos depois deles terem eclodido, do que na sua prevenção.

Ora, por esta realidade ser do nosso interesse e preocupação, procurou-se, com este trabalho académico, iniciar um percurso académico e científico que permita contribuir para a preservação da paz social em Angola.

Mas, muito mais do que apresentar linhas de acção concretas, este trabalho, relativamente à sociedade angolana, começa a desbravar um método com bases científicas para caracterizar, objectivamente, os factores essenciais à promoção da paz social num país com tantas diferenças étnicas, culturais, sociais e económicas.

Nesta conformidade, a presente dissertação, para além de ser um estímulo à continuação do nosso trabalho académico, apresenta-se, também, como uma oportunidade para outros alunos reflectirem sobre o tema, com o espírito de melhoria da abordagem que se adoptou, buscando novos aspectos que não foram explorados.

A inexistência de trabalhos deste tipo em Angola permite, ainda, perspectivar alguma utilidade prática da presente dissertação, quer para finalidades pedagógicas nas nossas instituições de ensino, quer como elemento de consulta e reflexão por parte daqueles que têm responsabilidades de formulação das políticas públicas relacionadas com a paz social.

Mas, a principal utilidade de ordem prática desta dissertação, foi ter proporcionado as bases científicas que nos permitirão continuar a progredir do ponto de vista académico e profissional.

BIBLIOGRAFIA

Instrumentos auxiliares de pesquisa

1. BIROU, A., *Dicionário das Ciências Sociais*, 4.^a ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1978.
2. MONTBRIAL, Thierry de e KLEIN, Jean, *Dictionnaire de Stratégie*, Paris, Presses Universitaires de France, 2009.

Obras gerais

1. ARON, Raymond, *Paz e Guerra entre as Nações*, 2.^a ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002.
2. DOUGHERTY, James E. e PFALTZ GRAFF, Robert L., *Relações internacionais: as teorias em confronto*, Lisboa, Gradiva, 2003.
3. GANDHI, Mahatma, *A única revolução possível é dentro de nós!*, s.l., Ed. Projeto Periferia, eBOOKSBrasil.com, 2006.
4. IMBAMBA, José Manuel, *Uma nova cultura para mulheres e homens novos*, Luanda, Universidade Católica de Angola, 2003.
5. LARA, António de Sousa, *Elementos de Ciência Política*, Rio de Mouro, Pedro Ferreira Editora, 1995.
6. LARA, António de Sousa, *Colonização Moderna e Descolonização – Sumários para o Estudo da sua História*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2000.
7. LARA, António de Sousa, *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2002.
8. MALTEZ, José Adelino, *Princípios de Ciência Política*, 2.^a ed., Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1998.
9. MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 2002.
10. MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, 5.^a ed., Coimbra, Almedina, 2012.
11. PIGNATELLI, Marina, *Os Conflitos Étnicos e Interculturais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2010.

Obras de apoio teórico e metodológico

1. ALMEIDA, Jane Soares de, «Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A Feminização do Magistério ao longo do século XX», em Saviari, Dermeval e outros, *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*, 2ª ed., s. l., Editora Autores Associados Lda, s. d..
2. ALVES, José Lopes, *Lições de Estratégia*, vol. I, Pedrouços, Instituto de Altos Estudos Militares, 1971.
3. ANSOFF, H. I., «Strategic Management in a Historical Perspective» in *International Review of Strategic Management*, vol. 2, n.º 1, Chinchester, Wiley, 1991.
4. BEEDE, Benjamin R. ed, *The War of 1898, and U.S. intervention, 1898-1934*, An Enciclopédia, s. l., Benjamin R. Beede, 1994.
5. BESSA, António Marques, *Introdução à Política*, vols. 1, 2 e 3, Editorial Verbo, Lisboa, 1999, 2001 e 2002.
6. BORGES, Giovanna Leal, *Dinâmicas de grupo: crescimento e integração*, 9ª ed., Rio de Janeiro, Vozes, 2011.
7. CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, BR/2002/PI/H/12, Representação da UNESCO no Brasil, 2002. Consultada em userdoc.unesco.org/imagens/0014/001472/147273por.pdf, em 10 de fevereiro de 2015.
8. CORRÊA, Rosangela Azevedo, *Cultura, educação para, sobre e na paz*, in *Cultura de Paz – Estratégias, Mapas e Bussulas*, Salvador, Edições INPAZ, 2003, pp. 97-141.
9. EDITORIAL, *Jornal de Angola*, edição online, de 3 de Dezembro de 2012. Disponível em <http://jornaldeangola.sapo.ao>, p. 1. (Acesso em 21 de Março de 2013)
10. ENCÍCLICA POPULORUM PROGRESSIO de Sua Santidade o Papa Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos, parág. 76, 1967. Analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122417371489sEDOfo7Tg77TI9.pdf. (Acesso em 11 de Janeiro de 2015).
11. EVANS PIM, Joám, *Paz e conflito no pensamento kantiano: uma aproximação efêmera para a paz perpétua*, Rianxo, Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, 2006.
12. FREIRE, Ana Maria, *Educação para a paz segundo Paulo Freire*, Porto Alegre, Educação, ano XXIX, n. 2 (59), p. 387-393, Maio/Agosto 2006.
13. GREGÓRIO, Sérgio Biagi, *Reflexões sobre a paz*, disponível em www.ceismael.com.br/artigo/reflexoes-sobre-apaz.htm. Acesso 14-12-2012.
14. GRENSING-POPHAL, *Strategic planning*, New York, Alpha, 2011.
15. GOUMY, Edouard, *Étude Sur la Vie et les Écrits de l'Abbé de Saint-Pierre*, Genebra, Slatkinc Reprints, 1971.

16. KANT, Immanuel, *Sobre a expressão corrente: Isto pode ser correcto na teoria, mas nada vale na prática*, s. l. lusosofia:press, sd, descarregado de www.lusosofia.net, em 10 de agosto de 2014.
17. KANT, Immanuel, *A Paz Perpétua*, Rianxo, Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, 2006.
18. LARA, António de Sousa, *Da História das Ideias Políticas à Teoria das Ideologias*, Rio de Mouro, Pedro Ferreira Editora, 2000.
19. LARA, António de Sousa, *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004.
20. LEMOS, Gleice Amélia Lemos, *Os sentidos da paz: o mesmo e o diferente*, Brasília, Universidade Católica, 2007.
21. *LONG-RANGE PLANNING*, vol. 17, n.º 3, 1984, Campbell, “Foresight Activities in the USA: Time for a Re-Assessment?”.
22. LUDGERO, Chez, *Paz e tranquilidade sociais*, disponível em <http://ludgerocv.blogspot.com>. (Acesso em 14 de dezembro de 2012)
23. MARTINS, José M. Q., *Digitalização e Guerra local: factor do equilíbrio internacional*, Tese de Doutoramento em Ciência Política, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
24. MONTESSORI, Maria, *Educação e a Paz*, s. l., Papirus, s. d., descarregado pelo Google Play, em 15 de fevereiro de 2015.
25. MOREIRA, Adriano, *A Europa em formação (a crise do atlântico)*, 4.ª ed., Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004.
26. MOUNIER, Emmanuel, *O personalismo*, São Paulo, Centauro Editora, 2004.
27. MULLER, Jean-Marie, *Não-violência na educação*, São Paulo, Editora Palas Athena, 2006.
28. NYE, Joseph S., *Compreender os Conflitos Internacionais, Uma Introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Gradiva, 2002.
29. PUREZA, José Manuel, *O desafio crítico dos estudos para a paz*, Relações Internacionais n.º 32, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais, 2011.
30. RIBEIRO, António Silva, *Estratégia pura: fundamentos teóricos*, Luanda, Instituto de Informações e Segurança de Angola, 2011.
31. RIBEIRO, António Silva, *Política e estratégia de segurança nacional: modelo de elaboração*, Luanda, Instituto de Informações e Segurança de Angola, 2012.
32. RIFFE, Ron, *Paz e Tranquilidade*, São Paulo, E. P. N., 2007. Consultado em <http://www.espada.eti.br/p246.asp>. (Acesso em 17 de Maio de 2015).

33. ROUSSEAU, Jean Jaques, *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, 5.^a ed., São Paulo, Nova Cultural, 1991.
34. SACCHETTI, António Emílio, *Temas de Política e Estratégia*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1986.
35. SAINT-PIERRE, Abbé, *Projecto para tornar perpétua a Paz na Europa*, São Paulo, Editora Universidade de Brasília, 2003.
36. SEITENFUS, Ricardo, «O Abade de Saint-Pierre: os fundamentos as instituições internacionais», prefácio de Saint-Pierre, Abbé, *Projecto para tornar perpétua a Paz na Europa*, São Paulo, Editora Universidade de Brasília, 2003.
37. SUNG, Jung Mo e SILVA, Josué Cândido da, *Conversando sobre ética e sociedade*, Rio de Janeiro, Ed. Petrópolis, 2009.
38. TJIPLICA, Paulo, *Jornal de Angola*, edição online, consultado em <http://jornaldeangola.sapo.ao>, (Acesso em 14 de Dezembro de 2012).
39. VIEIRA, Gustavo Oliveira, *A paz e os direitos do homem no pensamento de Norberto Bobbio*, Revista de Ciências Sociais Civitas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, vol. 5, n.º 2, JUL-DEZ 2005.
40. WARTCHOW, Elisabeth Susana, *Por uma cultura da paz, a promoção da saúde e a prevenção da violência*, Brasília, Ministério da Saúde, 2009.
41. WHEELLEN, Thomas L. e HUNGER, J. David, *Concepts in Strategic Management and Business Policy*, 12^a ed., Boston, Prentice Hall, 2010.
42. WILMERDING, John, *Justice as active Peace*, *Contemporary Justice Review*, Journal of the Justice Studies, vol. 15, Issue 2, Junho 2012, disponível em http://internationalpeaceandconflict.org/form/topics/john-woolman-college-of-active-peace?xg_source=activity. (Acesso em 20 de Fevereiro de 2013)

Obras específicas

1. ALVES, Rodrigo Vitorino Souza, *Sobre a Liberdade: Indivíduo e Sociedade em Stuart Mill*, Revista CEPPC – Centro de Ensino Superior Catalão, Ano XIV, n.º 25, 2º Semestre/2011.
2. BERBÉM, António Neves, *O atlântico (a) sul como questão estratégica mundializada*, 4.^a ed., Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1993.
3. BOKOVA, Irina, *85º Fórum Cultura de Paz – Uma década de visionários*, consultado em comitepaz.org.br/index.php/850-forum/. (Acesso em 12 de Agosto de 2014).
4. CARVALHO, Adélia de, et al., *Angola a festa e o luto: 25 anos de independência*, 12^a ed., Lisboa, Vega, 2000.

5. DESMOND, William, *A Filosofia e os seus outros modos do ser e do pensar*, São Paulo, Loyola, 2000.
6. DISKIN, Lia e NOLETO, Marlova Jovchelovitch (coord.), *Cultura de paz: da reflexão à ação*, Brasília, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), 2010.
7. HARING, Bernhard e SALVOLDI, Valentino, *Tolerância por uma ética de solidariedade e paz*, São Paulo, Paulinas, 1995.
8. JASPER, Karl, et al., *Introdução ao pensamento filosófico*, 8.^a ed., São Paulo, Edições Loyola, 2005.
9. McALISTER, Alfred, *Juvenile Violence in the Americas: Innovative Studies in Research, Diagnosis and Prevention*, Washington, Pan American Health Organization, 1998.
10. MILANI, Feizi Masrour e JESUS, Rita de Cássia Dias P., *Cultura de Paz: Estratégias, Mapas e Bússolas*, Salvador, Edições INPAZ, 2003.
11. MINAYO, Maria C.S e SOUZA, Edimilsa R, *É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da Saúde Pública*, Rio de Janeiro, Ciência & Saúde Coletiva, vol. 4, n.º 1, pp. 7-32, 1999.
12. MULLER, Jean-Marie, *O princípio da não-violência: percurso filosófico*, Lisboa, Instituto Piaget, 1995.
13. NOLETO, Marlova Jovchelovitch, «A construção da cultura de paz: dez anos de história» em DISKIN, Lia e NOLETO, Marlova Jovchelovitch (coord.), *Cultura de paz: da reflexão à ação*, Brasília, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), 2010.
14. OLIVEIRA, Elias Chinguli de, *Segurança Regional em África*, 1.^a ed., Luanda, Editora Nzila, 2008.
15. OLIVEIRA, José H. Barros de, *É preciso renascer*, 3.^a ed., Vila Nova de Gaia, Seminário dos Carvalhos, 1985.
16. OLIVEIRA, Simone Barros de, *Desenvolvimento sustentável e cultura de paz no meio escolar: desafios para o serviço social*, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.
17. PAULO VI, mensagem para celebração do IV Dia Mundial da Paz, 1 de Janeiro de 1975, consultado em w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/messages/peace/documents/hf_j_vi_mes_19701114_iv_world_day_for_peace.html. (Acesso em 5 de Agosto de 2014).
18. PERALVA, Angelina, *Violência brasileira: Entre crescimento da igualdade e fragilidade institucional*. In: *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção*, LEVISKY, D. L. (org.), São Paulo, Casa do Psicólogo/Hebraica, 2001.
19. SILVA, Paulo César, *A Antropologia Personalista de Karol Wojtyla*, Aparecida, Ideias e Letras, 2005.

20. WHAT IS DEMOCRACY? RIGHTS, U.S. Department of State's Bureau of International Information Programs, em www.ait.org.tw/infonsa/zhtw/docs/whatsdem/whatdem3.htm/. (Acesso em 19 de Outubro de 2014).
21. ZANOTTO, Karin, *Não-violência na educação*, Conjectura, vol. 14, n.º 3, Set/Dez 2009.

Sítios da INTERNET:

1. <http://www.alemmar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEuklVpIVlBgTfuAxP>. Acesso 12.11.2013.
2. [http://pazparatodosnos.blogspot.com/Tipos de Paz](http://pazparatodosnos.blogspot.com/Tipos%20de%20Paz). Acesso 12.11.2013.
3. <http://pensador.uol.com.br/autor/eugenedelacroix/>. Acesso 12.11.2013.
4. [http://gigilio.blogspot.com/2012 01 01 archive.html](http://gigilio.blogspot.com/2012/01/01_archive.html). Acesso 10.11.2013.
5. <http://www.paralerepensar.com.br/gandhi.htm>. Acesso 12.11.2013.
6. <http://gandhinaoviolencia.blogspot.com/>. Acesso 12.11.2013.
7. <http://pt.scribd.com/doc/36147859/Projeto-Paz-Perpetua-Na-Europa-St-Pierre>. Acesso 17.03.2013.
8. <http://pt.scribd.com/doc/116256796/Abbe-de-Saint-Pierre-Projeto-para-tornar-a-Paz-Perpetua-Na-Europa>. Acesso 12.11.2013.
9. <http://pensador.uol.com.br/frase/NDg1MjYy/>. Acesso 12.11.2013.
10. <http://ligadavirtude.blogspot.com/2009/03/violencia.html>. Acesso 10.11.2013.
11. <http://pt.scribd.com/doc/86652865/Conceito-de-Conflito>. Acesso 08.07.2012.
12. <http://political-science.blogspot.com/2004/10/paz-do-terror.html>.Martim Vasques da Cunha. Acesso 12.11.2013.
13. <http://educacaoepaz.blogspot.com/2008/12/educacao-para-paz-segundo-paulo-freire.html%2001%2001%20archive.html>. Acesso 12.11.2013.
14. <http://paulocesarramalha.blogspot.com/2011/07/pazpeace.html>. Acesso: 10.11.2013
15. <http://www.diretonet.br/artigos/exibir/468/Etica-e-a-responsabilidade-social>. Acesso 12.11.2013.
16. <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?!ddh=5087>. Acesso 08.12.2013.
17. <http://www.emanarp.com.br/index.php/para-refletir/96-justics-paz-social-e-religiosa>. Acesso 17.03.2013.
18. <http://www.espada.eti.br/p246.asp> . Acesso 12.11.2013
19. <http://jornaldeangola.sapo.ao>. Acesso 14-12-2012.

20. <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Tipos-De-Paz/177542.html>. Acesso 17.03.2013.
21. <http://geofaust.files.wordpress.com/2013/04/lutherking.jpg>. Acesso 12.11.2013.

ANEXO

INQUÉRITO

Responda, com sinceridade, às questões a seguir propostas, que se destinam à elaboração de um trabalho académico, que visa identificar possíveis medidas para a manutenção da paz social em Angola, tendo como públicos-alvo os zungueiros, os roboteiros e os taxistas da Maianga (Luanda). A sua opinião será muito importante para o estudo que se pretende levar a cabo, no âmbito da nossa dissertação de mestrado em Estratégia, a apresentar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, em Portugal.

1- Está satisfeito com a situação de paz social que Angola tem na actualidade?

- A) Sim_____
- B) Não_____
- C) Não sei _____

2- O que considera mais importante para manter a paz social em Angola?

- A) Cultura de paz _____
- B) Relação de alteridade _____
- C) Solidariedade _____
- D) Diálogo _____
- E) Não-violência _____

3- Se fosse um político angolano, qual seria o seu sector de actuação prioritário para promover a cultura de paz no nosso país?

- A) Saúde _____
- B) Educação _____
- C) Habitação _____

- 4- O que, na sua opinião, pode afectar mais a relação de alteridade entre angolanos?
- A) Emprego _____
 - B) Salário condigno _____
 - C) Condições sociais _____
- 5- O que pode fomentar a solidariedade em Angola?
- A) Organizações solidárias _____
 - B) Recursos financeiros _____
 - C) Atitudes voluntárias _____
- 6- O que pode incrementar o diálogo social em Angola?
- A) Liberdade de expressão _____
 - B) Educação para o diálogo _____
 - C) Promoção do diálogo _____
- 7- Como se deve promover a não-violência em Angola?
- A) Educação para a paz _____
 - B) Dignificação humana _____
 - C) Direitos humanos _____

Obrigada pela resposta.

Maria da Glória Adão António

Luanda, Março de 2013.

Nota: Este inquérito foi formalmente apresentado e verbalmente explicado, de forma cuidada, pela investigadora a cada um dos indivíduos consultados.